Renato Mendonça

A Influência Africana no Português do Brasil

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2012

A INFLUÊNCIA AFRICANA NO PORTUGUÊS DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso
Rafael Ramos da Luz
Wellington Solon de Souza Lima de Araújo

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2012

M539

MENDONÇA, Renato.
A influência africana no português do Brasil / Renato Mendonça, apresentação de Alberto da Costa e Silva, prefácio de Yeda Pessoa de Castro. — Brasília : FUNAG, 2012.
200 p.; 15,5x22,5 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7631-399-1

1. Língua portuguesa. 2. África. 3. Etnografia. 4. Linguística. 5. Escravidão no Brasil. 6. Fonética e morfologia. 7. Folclore. 8. Literatura. I. Título. II. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 811.134.3

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

À memória do ***Prof. Rozendo Martins***
que formou a minha personalidade.

Apresentação

Em 1789, no primeiro dicionário monolíngue do idioma português, Antônio Morais e Silva já identificava várias palavras de origem africana, como batucar, cafuné, malungo e quiabo, de uso corrente entre os brasileiros. Ao longo do século XIX e nas três décadas do seguinte, não faltaram vozes a chamar a atenção para a presença africana no português do Brasil, mas mesmo num estudo mais penetrante como o de Antônio Joaquim de Macedo Soares, "Sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala no Brasil", estampado em 1880 na *Revista Brasileira*, essa participação era considerada ainda menor do que a do tupi e outras línguas ameríndias. Embora Macedo Soares visse com interesse quase afetuoso o contributo africano, é ainda pequeno o espaço que lhe é reservado no seu *Dicionário brasileiro da língua portuguesa: elucidário etimológico crítico das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou neles vêm com forma ou significação diferente*, publicado em 1889 até o verbete "candeeiro". Esse importante dicionário foi completado, com base no amplo material recolhido por aquele pesquisador, por seu filho, Julião Rangel de Macedo Soares, que o pôs nas estantes somente em 1954.

A situação começara a mudar em 1933, com o aparecimento de *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo, e principalmente deste livro, *A influência africana no português do Brasil*. O autor, Renato Mendonça, era um rapaz de 21 anos, que tinha como único título — e o pôs sob seu nome na capa e folha de rosto da 1ª edição —

o de bacharel em ciências e letras pelo Pedro II. É de imaginar-se a perplexidade dos que tiveram de julgar este trabalho, quando foi apresentado como tese ao concurso para o provimento da cadeira de português do internato daquele mesmo colégio. Os examinadores viram-se diante de uma monografia bem fundamentada sobre um tema que, surpreendentemente, se revelava mais do que relevante e que, até então, quase não fora estudado ou o fora de modo pouco atento. As teses do ex-aluno que aspirava ascender a professor estavam, como é natural, abertas à polêmica, mas eram convincentes e expostas com discreta erudição e seriedade.

Renato Mendonça arrolava cerca de 350 palavras de proveniência africana que se haviam infiltrado no português do Brasil, um número consideravelmente superior às 47 que Antenor Nascentes identificara como tais, no seu *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, que saíra um ano antes. Embora ainda muito distante dos quase 3.000 termos reconhecidos, no fim do século XX, por Yeda Pessoa de Castro em *Falares africanos na Bahia* — aos quais, para se formar ideia do tamanho dos aportes da África ao português do Brasil, se teria de acrescentar uma boa quantidade de palavras usadas somente em outros estados —, o vocabulário que ocupava 1/3 do livro de Renato Mendonça já servia de argumento contra os que subestimavam a contribuição dos povos negros às maneiras brasileiras de falar e escrever. Essa influência africana — advertiu, também pioneiramente, Renato Mendonça — não se reduzia ao enriquecimento lexical: ela se estendia à fonética, à morfologia, à sintaxe, à semântica, ao ritmo das frases e à música da língua. O rapaz de 21 anos era ousado, e, entre as várias propostas novas e sedutoras que se sucedem em seu livro, sustenta — antecipando o que hoje se reconhece — que o contributo do quimbundo fora mais importante do que o do iorubá na conformação do português do Brasil.

De que foi excepcional a repercussão deste livro nos meios cultos — e sintomaticamente no mesmo ano em que *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, alterava inteiramente nossa maneira de ver o Brasil e o que devíamos à África —, há um indício claro: sua segunda edição sairia, ampliada, em 1935, numa coleção de enorme prestígio, a Brasiliana, que só abrigava obras fundamentais para o conhecimento do país. Na página de rosto dessa nova edição, embaixo do nome do autor, substituiu-se o título com que se apresentava de bacharel pelo Colégio Pedro II para integrante dos quadros do Ministério das Relações Exteriores.

Renato Mendonça entrou mocinho no Itamaraty, mas, como diplomata, sua carreira não fluiu como esperava. Tinham-no como pessoa

difícil de trato, ríspida e impaciente. Quando o conheci, creio que em 1968, era embaixador na Índia e viera ao Brasil para o lançamento de uma nova edição de outro importante livro seu, *Um diplomata na Corte da Inglaterra*, sobre o barão de Penedo e a sua época, publicado originalmente em 1942. Com o volume na mão, era todo felicidade, mas no resto do tempo parecia estar sempre irritado ou zangado. Dava-me a impressão de que se julgava traído pela vida. Quando menos, pelo Itamaraty, que não o tratara, no correr da carreira, pelas suas qualidades intelectuais, como julgava merecer.

Além do seminal *A influência africana no português do Brasil* e de *Um diplomata na Corte da Inglaterra,* Renato Mendonça foi autor de várias outras obras, entre as quais, *O português do Brasil: origens, evoluções, tendências*, de 1936, *História da política exterior do Brasil*, de 1942, e *Fronteira em marcha*, de 1956, que tiveram pouca ressonância.

Esta nova edição de sua obra mais famosa, no ano do centenário de seu nascimento — Renato Mendonça nasceu em 23 de dezembro de 1912 —, traz uma introdução de Yeda Pessoa de Castro, que, há mais de 50 anos, estuda línguas africanas e suas influências sobre o português do Brasil, com pesquisas de campo nos dois lados do Atlântico. Sendo ela a maior especialista brasileira no assunto, respeitada internacionalmente, não conheço ninguém mais capacitado para avaliar a importância histórica e a permanência deste livro na mesa de trabalho do filólogo e do etnolinguista.

Ao correr os olhos sobre o vocabulário levantado por Renato Almeida, dos verbos de origem africana, só encontrei três de uso quotidiano, "batucar", "cochilar" e "xingar", que devem ter vindo do quicongo ou do quimbundo. Vários outros poderiam ser acrescentados: "capengar", "cochichar", "fungar", "fuxicar" e "zangar", por exemplo. Dificilmente passamos um dia sem empregar pelo menos um deles, o que mostra como, no plano vocabular, o de apreensão mais rápida, a África nos valeu para expressar gestos e ações, além de nos ter legado os substantivos com que designamos vegetais, comidas, adornos, danças, instrumentos de música e os mais diferentes objetos que atravessaram durante tantos séculos o Atlântico. Ao longo deles, África entranhara-se na maneira de falar e escrever do brasileiro, e foi isso o que nos revelou, com segurança e apuro, um jovem estudioso mal saído da adolescência, num livro que entrou para a história da cultura brasileira.

Alberto da Costa e Silva

Sumário

Prefácio – Renato Mendonça e "A influência africana no português do Brasil", um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro

Yeda Pessoa de Castro..... 15

Prefácio de Rodolfo Garcia 29

Siglas 31

Capítulo I – Etnografia Africana

A penetração do continente negro. A colonização africana e a obra dos exploradores e missionários. Classificação antropológica: suas falhas. Classificação etnográfica baseada na linguística. Os semito-camitas no Mediterrâneo. O grupo cuchito-camítico. Povos primitivos da África. A família negra. Repartição geográfica dos sudaneses e bantu 33

Capítulo II – Linguística Africana

Classificação tradicional de Schlegel. A classificação genealógica. Ensaios de classificação das línguas africanas: Lepsius e Meyer. A classificação de Hovelacque. A classificação moderna de Delafosse e Homburger. A classificação mais moderna de Drexel. Opinião de W. Schmidt a respeito de Homburger. 37

Capítulo III – O Tráfico

Os Portugueses na Guiné. Primeiros escravos introduzidos no Brasil. As Companhias de Comércio e o contrabando. O número de escravos vindos para o Brasil. Estatísticas remanescentes. Crítica à avaliação dos historiadores. A população negra do Brasil atual 45

Capítulo IV – Povos Negros Importados

Insuficiência dos dados sobre o assunto. Valor das estatísticas aduaneiras. Denominações confusas dos negros no Brasil. Procedências variadíssimas dos negros brasileiros: sudaneses e bantu. Pernambuco, Bahia e Rio: focos disseminadores do escravo preto. A distribuição do elemento negro. Povos e línguas predominantes 59

Capítulo V – Fonética e Morfologia do Quimbundo

Caracteres gerais das línguas africanas. Fonética: vogais do quimbundo e suas alterações na passagem para o português. Consonâncias simples e nasaladas. Os grupos consonânticos e suas transformações na passagem para o português. Morfologia: prefixos nominais: classe e número. Prefixos pronominais: concordância. As dez classes do quimbundo 65

Capítulo VI – Influência Africana no Português

O dialeto brasileiro e seus subdialetos. Fatores de diferenciação. Indistinção entre o fator indígena e o africano. O "mina": dialeto crioulo de existência efêmera. O negro e a fonética brasileira. Vestígios africanos na morfologia e na sintaxe. A contribuição negra para o folclore e o léxico brasileiros 75

Capítulo VII – Folclore

Totemismo e feitiçaria. Teriam sido totêmicos os nossos negros? O incremento da macumba no Brasil. Sobrevivências africanas na poesia popular brasileira. A música dos pretos e seus instrumentos. A tríplice origem Ariana, indígena e africana dos contos populares. Dificuldade em discriminar o elemento indígena e o africano. A opulenta contribuição do folclore africano para o folclore brasileiro: contos populares negros 89

Capítulo VIII – O Negro na Literatura Brasileira

O negro na vida da família brasileira. Casas-grandes e senzalas. O abolicionismo e seus reflexos na literatura. O introdutor do negro na literatura brasileira. Poetas da escravidão. O negro no romance nacional. Contos e peças de teatro. A lascívia do negro na veia satírica de Gregório de Matos 107

Vocabulário 121

Addendum 175

Bibliografia 179

Obras do Autor 185

Anexo 189

Prefácio

Renato Mendonça e "A influência africana no português do Brasil", um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em "Cabildos negros, refugios de africanias en Colombia" (*Revista Montalbán*, Universidade Católica Andrés Bello,1988), podemos entender *africanias* como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão e que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião, no modo de ser e de ver o mundo, e, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformaram-se e converteram-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (23/12/1912 – 20/10/1990), em sua monografia sobre *A influência africana no português do Brasil*, tratou de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira.

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasiliana (*Série V*, *Vol. XLVI*), ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão,

que vem em *addendum*, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante área de pesquisa, mas cuja repercussão no meio científico corresponde a menos do seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, em grande parte por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa de interesse dos africanistas e dos especialistas no domínio dos estudos "afro-brasileiros", assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separados por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo *afro*, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um *aparte* eventual no processo e não *a parte afrobrasileira* inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Tal tendência foi desenvolvida em consequência mesmo da orientação teórico-metodológica que tomaram esses estudos entre nós quanto à avaliação da influência nagô-iorubá e banto no Brasil e da controvérsia quanto à parte de arcaísmos e regionalismos em face à parte de interferência africana e ameríndia na linguagem popular e nas diferenças que afastaram, na fonologia, o português do Brasil do de Portugal.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas. A partir de 1966, com a classificação proposta por Joseph Greenberg em *The languages of Africa*, editada pela Indiana University, essas línguas foram incluídas na grande família nígero-congolesa que se encontra concentrada na África Subsaariana.

Sobre a carta linguística policromada do continente africano, uma das ilustrações do livro, feita em colaboração com Walfrido Freire, Professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, podemos atualizá-la, levando em consideração as especificidades de seus contingentes humanos, renomeando-os de acordo com estudos mais recentes.

A África, onde são faladas mais de 2.000 línguas, é um continente que engloba quatro grupos etnolinguísticos ou quatro famílias de povos com suas línguas respectivas:

— Afroasiática, antes chamada de hamíto-semítica, são as línguas da África do Norte, compreendendo cinco subgrupos: *semítico* (o árabe e línguas etíopes); *cuxítico* (Somália); *chádico* (o hauçá, noroeste da Nigéria); *berbere* (Maghreb); *egípcio antigo* (em territórios do Nilo).
— Khoisan, dos povos Khoi e San, com suas línguas de clique, concentrados no deserto de Kalahari.
— Nilo-Saariana, com as línguas nilóticas do sul do Sudão e do Saara (kanure, songhai, maban...)
— Níger-Congo, a maior família linguística, com cerca de 1.500 línguas, abrange dois grandes grupos: o banto, localizado abaixo da linha do equador, e o que é a oesteafricano, ao longo da costa atlântica, que vai do Senegal à Nigéria, na região do Golfo do Benin, com línguas tradicionalmente denominadas de sudanesas. Entre elas, as do grupo linguístico gbe ou ewe-fon do Togo, Gana e Benin, antigo Daomé, conhecidas no Brasil por minas ou jejes, e o iorubá falado na Nigéria Ocidental e no vizinho reino de Ketu, no Benin atual, onde é chamada de nagô.

Além da família nígero-congolesa, a mais significativa entre todas para a nossa História, também merecem destaque os povos Khoi e San, antes chamados de hotentotes e bosquímanos. São as mais primevas populações do mundo. Nômades, ocupavam os territórios ao longo de toda a extensão abaixo da linha do equador há 20.000.000 de anos atrás. Expulsos de suas antigas terras pelas invasões seguidas do povo banto, a partir do primeiro século da nossa era terminaram refugiados e concentrados no deserto de Kalahari, na Namíbia.

Não são negroides (Fernandes e Ntondo, *Angola*, *povos e línguas*, Luanda, 2002), uma comprovação que vai ao encontro da concepção inadequada, mas popularizada, de que o ser humano nasceu necessariamente negro, porque a África, que é o berço da humanidade, é um continente negro, como costuma ser vista em vários meios, sem se atentar que se trata de uma generalização que foi divulgada com propósitos colonialistas, voltada para sustentar o volume da carga humana do tráfico transatlântico. A África não é um continente negro, mas um continente de população majoritariamente negra, e essa população encontra-se em territórios abaixo do deserto de Saara.

Quanto à avaliação em torno da influência nagô-iorubá e banto no Brasil, a obra de Mendonça exibe o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial baseado no equivoco metodológico instalado por Nina Rodrigues no âmbito dos estudos afrobrasileiros, a partir da publicação de *Os Africanos no Brasil* em 1932. No mapa, os iorubás estão concentrados na Bahia e bantos em outros Estados, como se essas duas áreas de influência estivessem em compartimentos limítrofes, mas estanques entre si. Esse tipo de entendimento tem levado pesquisadores a atribuir uma origem iorubá, mesmo quando não o são, a marcas de africania em nossa identidade cultural e linguística, a exemplo de algumas palavras de origem fon no vocabulário de Mendonça, que discutiremos adiante.

Para Nina, os nagôs foram os africanos mais influentes e numerosos na Bahia, embora suas pesquisas nunca tivessem passado do âmbito da Capital do Estado, chamada por ele pelo antigo nome de Bahia, sem esclarecer que se tratava da cidade do Salvador, à época, povoada de iorubás trazidos para Salvador e região circundante do Recôncavo em numerosos contingentes, na última fase do tráfico, no século XIX, quando o Brasil passava por um processo de desenvolvimento urbano que exigia a concentração de mão de obra escravizada nas cidades. A entrada dos bantos, porém, ocorreu desde o início do tráfico, ao final do século XVI, com um fluxo contínuo e ininterrupto até o século XIX, e foram dirigidos para todos os núcleos coloniais em formação que demandavam mão de obra escravizada.

É notável a erudição demonstrada por Renato Mendonça, seu conhecimento de uma bibliografia atualizada para a sua época e o conteúdo das suas observações ainda hoje relevantes para o entendimento da formação do português do Brasil.

No Capítulo V sobre a fonética e morfologia do quimbundo, ele começa informando que o termo *bantu*, plural de *muntu*, com o significado de povo, foi proposto em 1856 por Wilhelm Bleek em *Comparative Grammar of South African Languages*, para nomear a família linguística que descobrira ao estudar as línguas sul-africanas, e avançou a hipótese do enorme número de línguas com características comuns terem tido origem em uma única língua que os bantuistas denominaram de protobanto, falada há quatro mil anos. Só mais tarde, vale acrescentar, o termo banto passou a ser usado pelos estudiosos de outras áreas para denominar 300.000.000 de indivíduos que habitam territórios compreendidos em toda a extensão sul da linha do equador, englobando a África Central, Meridional e Oriental.

Dentro deste contexto, cabe esclarecer que a denominação *yorubá*, segundo o renomado historiador nigeriano Saburi Biobaku, vem do termo árabe *yariba*, através dos hauçás, povo islamizado da região norte

da Nigéria, que assim chamavam os seus vizinhos do antigo Império de Oyó. Atualmente aplica-se a um grupo linguístico de vários milhões de indivíduos, que, além do iorubá como língua comum, estão unidos por uma mesma cultura e tradição, tendo como centro religioso a cidade de Ile-Ifé, considerada por eles como o Berço da Humanidade.

O uso do termo com essa significação foi divulgado pelo Reverendo Samuel Ajayi Crowther no seu vocabulário da língua iorubá – A Vocabulary of the Yorubá Language – publicado em Londres, em 1852. Até então, eles se conheciam pela denominação dos seus respectivos grupos regionais: ifés, oyós, ijexás, ondos, etc.

Diante destes fatos é pertinente observar que banto e iorubá são designações contemporâneas na própria história da África, consequentemente, não fazem parte da nossa história colonial onde os primeiros eram identificados por congos, angolas, benguelas, etc., de acordo com a sua procedência africana, enquanto os iorubás, no Brasil, ainda são tradicionalmente apelidados de nagôs. O termo iorubá só começou a ser divulgado e popularizado entre nós a partir de 1961, quando foi oferecido o primeiro cursos dessa língua pelo antigo CEAO, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, sob a responsabilidade do professor nigeriano Ebenezer Lashebikan.

A respeito das marcas de africania no português do Brasil, Renato Mendonça aborda o tema através de análises baseadas em estudos de renomados pesquisadores que lhe antecederam, não só brasileiros, e trata da questão de maneira exemplar, abrangendo as importantes áreas de entendimento da ciência da linguagem na fonética, na morfologia, na sintaxe e no vocabulário. No entanto, em relação às línguas negroafricanas, há um acentuado favoritismo pelo quimbundo, que ele justifica "porque exerceu no português uma influencia maior do que o nagô devido ao seu uso mais extenso e mais antigo". Poderia ter alegado, como fez João Ribeiro no seu *Dicionário Gramatical* (1ª ed. 1988, Montenegro; 3ª ed. 1906, Francisco Alves), "que iria tratar apenas da influência extensíssima do ambundo (quimbundo), língua de Angola e do Congo, por falta de outros documentos especializados".

É provável que, por essa mesma razão, Mendonça mencione os povos do grupo ewe-fon no Capítulo III, dedicado ao tráfico transatlântico, mas não o suficiente para levá-lo a identificar marcas de suas línguas no extenso vocabulário do seu livro. Conhecidos no Brasil pela denominação de minas ou jejes, entre eles, fons ou daomeanos, minas, jejes, ardras, mahis, guns, entraram no Brasil em grandes contingentes durante o século XVIII para os trabalhos de garimpagem nas minas de ouro e diamantes no

interior de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás, simultaneamente com a produção de tabaco na região do Recôncavo baiano, nas cidades de Cachoeira e São Felix.

Sua concentração foi de tal ordem em Vila Rica que chegou a ser corrente entre a escravaria local um falar de base ewe-fon, registrado em 1731/41 por Antônio da Costa Peixoto em *A obra nova da língua geral de mina*, só publicada em 1945, em Lisboa. É o documento linguístico mais importante do tempo da escravidão no Brasil, um caderno contendo mais de 700 palavras e expressões daquele falar. Por sua vez, Nina Rodrigues, ao findar do século XIX, também teve a oportunidade de registrar um pequeno vocabulário jeje-mahi (fon) de que ainda se lembravam alguns dos seus falantes na cidade do Salvador em sua época (Yeda Pessoa de Castro, *A língua mina-jeje no Brasil*, Fundação João Pinheiro, 2002).

Este povo trazido do Golfo do Benim foi responsável pela construção da estrutura conventual de base jeje-nagô do prestigioso modelo urbano do candomblé nagô-queto da Bahia, introduzindo, entre outros elementos sagrados do seu ritual, os tambores *rum*, *rumpi e lé* que compõem a orquestra cerimonial, o toque do *adarrum* para acelerar o transe de possessão, sua divindade anciã *Nanamburucu*, o altar das oferendas ou *peji*, termos que Mendonça registra no glossário, mas equivocadamente lhes atribui uma origem iorubá. O mesmo engano ele comete quanto à procedência do *acarajé*, do *abará*, do *acaçá*, do *angu* e do *bobó*, comidas com que os jejes-minas enriqueceram a cozinha brasileira.

O Capítulo V é dedicado a analisar a fonética e a morfologia do quimbundo, língua falada pelos ambundos na região central de Angola, em Luanda, sua Capital, Malanje, Bengo até Ambriz, em territórios equivalentes ao antigo reino do Ndongo que os colonizadores portugueses começaram a chamar de Angola, do título "Ngola", o divino, atribuído aos soberanos locais.

Tomando o quimbundo como paradigma para falar da estrutura das línguas do grupo banto, a análise de Mendonça está fundamentada em duas obras clássicas e também pioneiras no domínio dos estudos da linguística africana: *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense e Diccionario abreviado da lingua congueza*, de Cannecattim (Lisboa, 1859) e *Introduction to the phonology of the Bantu Languages*, de Carl Meinhof (Berlim, 1932).

De posse da lição desses afamados autores e da obra revolucionária de Bleek com a descoberta da grande família banto, pilares da linguística africana moderna, sob o ponto de vista morfofonológico, Mendonça

analisa as adaptações, ao sistema linguístico do português, dos lexemas de base quimbundo que foram incorporados pelo português no Brasil, para tratar das dez classes de prefixos nominais, uma característica comum das línguas do grupo banto.

Ordenam-se em pares (cl. 1/2, 3/4, etc.) para marcar o singular e o plural dos nomes, permitindo ainda delimitar um valor semântico, como o aumentativo, o diminutivo, o locativo, o infinitivo dos verbos. Lembremos, por exemplo, da própria denominação *ba.ntu*, pessoa, plural de *mu.ntu*, pessoas, com o prefixo nominal cl.1/2 *mu/ba*, que indica seres vivos, também observados em muitos aportes lexicais africanos ou bantuismos correntes na língua portuguesa em geral, a exemplo dos substantivos *muleque*, *criança*, e *mucama*. Estudos recentes atestam que, a depender da língua, essas classes variam entre 18 e 19 (Meeussen, *Reconstructions Grammaticales du Bantou*,Tervuren, 1965).

Esse capítulo quinto vai servir de subsídio para que, no capítulo seguinte, Mendonça procure sistematizar os fatos da nossa linguagem popular que lhe parecem resultado direto do contato de línguas africanas com o português europeu antigo, a partir da análise das transformações e adaptações que resultaram desse contato, ressaltando sempre a interferência do quimbundo, à qual ajuntamos a do quicongo, falado na região de Mbanza Congo, no antigo reino do Congo. São duas línguas muito assemelhadas dentro do grupo banto – como se observa entre as línguas românicas diante da proximidade evidente do espanhol com o português, razão pela qual elas foram colocadas na mesma zona linguística do domínio banto, a zona H, na classificação de Malcolm Guthrie em *The classification of the Bantu languages* (1948, Oxford).

Com ligeiras alterações, em *O português do Brasil*, publicado pela Civilização Brasileira em 1936, o mesmo estudo é reproduzido entre as páginas 183 e 194.

É no Capítulo V em que se encontra a maior contribuição que a obra de Renato Mendonça trouxe para os estudos da constituição do português brasileiro, ao introduzir e legitimar nessa história a participação dos falantes negroafricanos, o que ainda hoje encontra certa resistência por parte de filólogos e linguistas brasileiros. Preferem continuar atribuindo a fatores de ordem extralinguística o afastamento do português do Brasil do de Portugal, ignorando que, no isolamento territorial de três séculos a que foi submetido pela Coroa Portuguesa, o Brasil era habitado por um contingente de negros escravizados, superior em número ao de portugueses, e falavam línguas nativas articuladamente humanas. Levados a adquirir a língua do colonizador como língua estrangeira, terminaram

imprimindo, necessariamente, nesse novo falar hábitos linguísticos de seu falar materno que proporcionaram a configuração da modalidade da língua portuguesa transplantada para o Brasil.

Na página 106 da edição de 1935, Renato Mendonça mostra-se contra essa postura discriminatória da parte dos estudiosos brasileiros em relação às línguas negroafricanas, ao afirmar que, "na gênese da sua constituição, o dialeto brasileiro, além da separação do português do Brasil do português de Portugal, teve na América outros fatores diferenciais".

Referia-se à participação dos falantes indígenas e africanos, mas criticando a proeminência indevida que se conferiu ao índio com prejuízo do negro na formação da nacionalidade brasileira. Ao final, termina por dizer que "o negro, suado e esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro que erra pelas florestas", atribuindo essa ideia fantasiosa, então popularizada, ao imaginário construído pelo indianismo da literatura de Gonçalves Dias.

No que diz respeito especificamente à influência de línguas negroafricanas no português do Brasil, Mendonça levanta as mesmas questões que João Ribeiro fizera antes dele, em 1888, seguido, anos depois, em 1946, por Gladstone Chaves de Melo em *A língua do Brasil* (Agir Editora,) e, em 1963, por Serafim da Silva Neto, em *Introdução ao estudo da lingua portuguesa no Brasil* (Instituto Nacional do Livro/ MEC). O largo intervalo entre as poucas publicações que abordam o tema tem servido de motivo para muitos pesquisadores encontrarem uma desculpa para justificar a falta de interesse em estudar as línguas africanas e sua influência no Brasil, sob o pretexto declarado de que não valeria mais a pena voltar a investigar o assunto, uma vez que esse já havia sido esgotado por Jacques Raimundo e Renato Mendonça na primeira metade dos anos 1930.

João Ribeiro que, em 1888, inaugurou timidamente o capítulo da história da língua portuguesa no Brasil em seu *Diccionario Grammatical*, define e analisa o que chama de "elemento negro" como "toda a espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas faladas pelos escravos introduzidos no Brasil", afirmando que essas alterações, ao contrário do que se pensava – referia-se ao trabalho pioneiro de Macedo Soares (1880) –, eram bem mais profundas tanto no léxico quanto no sistema gramatical da língua portuguesa. Entre elas, mencionava a redução das formas verbais e a simplificação das flexões de plural na fala popular, o que, segundo ele, poderia ter sido reforçado pela influência das línguas indígenas brasileiras, pelo uso, até o século XVIII no Brasil, de uma "língua geral" de base tupi-guarani.

Neste momento, é preciso lembrar que Renato Mendonça não ignora a importância das línguas indígenas nesse processo, mas com certa cautela, parecendo antever a advertência que, vinte anos depois, o foneticista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara, em *Para o estudo da fonêmica em português* (1954, Organização Simões), faria sobre aquela lingua geral que, segundo ele, "não deve ser confundida com uma suposta persistência dos falares tupis na sociedade europeia do meio americano", uma noção ainda vigente em vários meios. No estudo mais recente, de 1996, outro foneticista brasileiro de renome, o indianista Aryon Dall'Igna Rodrigues, em um artigo sobre *As línguas gerais sul-americanas* (Papia 4:2: 6-18), é categórico ao esclarecer que "já no século XVIII, essa língua *não era nada mais do que um tupi-guarani simplificado devido a convivência com diversos povos e respectivas línguas*", mas sem explicitar quais eram esses povos, eximindo-se, assim, de ressaltar a participação das línguas negroafricanas na constituição da denominada "língua geral".

Em 1946, Gladstone Chaves de Melo, em *A língua do Brasil*, começa o Capítulo III "A influência africana", chamando a atenção para o fato da bibliografia sobre a questão ser bastante pobre e que geralmente a paixão tem obscurecido o senso crítico dos pesquisadores. Depois de fazer uma avaliação crítica na obra de Renato Mendonça, Melo admite que a influência mais profunda das línguas africanas no português brasileiro se processou "na morfologia, na simplificação e redução das flexões de plural e das formas verbais na fala popular." Além desse tipo de influência que ele chama de "vertical", considerando-a "mais profunda que a do tupi", reconhece ainda uma influência "horizontal", a da contribuição ao léxico, nas suas palavras, "menos extensa que a do tupi, mas igualmente significativa para o enriquecimento da língua portuguesa".

Seguindo essa linha de pensamento, Serafim da Silva Neto, no estudo já mencionado, admite que a influência africana na língua de Brasil se fez sentir por "ação urbana e por ação rural, a primeira foi exercida nas cidades do litoral pelas mucamas e negros de serviços domésticos, enquanto a segunda operou-se nos campos do interior em face da numerosa escravaria carreada para as fainas agrícolas". E complementa, dizendo que "no tocante aos índios, que cedo saíram da cidade, só podemos falar em influência rural".

Tanto Silva Neto quanto Melo retomam e confirmam a observação de Mendonça sobre o caráter arcaizante e conservador da língua no Brasil que a tornou diferenciada da de Portugal, destacando na conclusão que "a língua portuguesa nunca deixou de ser ideal linguístico no Brasil". No entanto, ao contrário de Mendonça, ambos terminam por atribuir o

peso maior das razões que deram lugar a toda essa discussão quase que exclusivamente aos "empréstimos africanos" ao vocabulário brasileiro, uma alegação muito popularizada e acolhida em grande parte pelo nosso meio acadêmico.

Em 1979, é publicado pela Padrão, no Rio de Janeiro, *A unidade linguística do Brasil*, da autoria de Sílvio Elia, outro conceituado filólogo brasileiro, que, a exemplo de Melo e de Silva Neto, diminui a importância da influência africana no português do Brasil e aventa a hipótese de crioulização. Esse tema, que pela primeira vez foi tratado pelo português Adolfo Garcia em *A língua portuguesa*, editada no Porto, em 1880, levanta uma questão que Mendonça descarta, ao afirmar que "no Brasil, deve ter surgido dialetos crioulos, porém de existência efêmera e cedo desapareceram", uma opinião compartilhada pela maioria dos pesquisadores brasileiros da atualidade.

Quanto à tentativa para justificar a diferença entre a pronúncia da língua portuguesa no Brasil e em Portugal, sem dispor dos recursos de dados de pesquisas cientificamente mais elaboradas, Mendonça não passou de uma explicação muito simplificada, a de que "a pronúncia portuguesa possui mínima complexidade das sílabas, gerada pelo enfraquecimento das vogais e o acúmulo das articulações". Em outros termos isso implica em dizer que a proximidade relativa entre a estrutura fonológica do português antigo e das línguas do grupo banto, entre elas, o quimbundo ressaltado por Mendonça, potencializou a continuidade do tipo prosódico de base vocálica do português antigo na modalidade brasileira, afastando-a do português de Portugal, cuja tendência é a de eliminar vogais átonas, criando grupos consonânticos impronunciáveis pelos brasileiros (Yeda Pessoa de Castro, 2001/2005).

Quanto aos Capítulos VII – Folclore, em grande parte dedicado a discutir "totemismo e feitiçaria" na África e suas importações nas "macumbas" do Brasil, e VIII – O negro na literatura brasileira, ambos estão arraigados das teorias preconceituosas e europeizantes vigentes à época e devem ser vistos como "lugares de memória" dos estudos afrobrasileiros.

O Vocabulário registrado por Mendonça contém 375 termos, segundo ele, "de origem africana, usados no Brasil ou empregados por escritores brasileiros", entre os quais a maioria é proveniente do quimbundo, como ele acentua, mas também do quicongo, comprovado por pesquisas recentes, as quais também apontam os termos fon identificados por engano como de étimo iorubá, sobre o que já comentamos e justificamos. Outro fato positivo e inovador é a indicação das áreas geográficas de ocorrência

de cada termo e as de uso associado a diferentes contextos socioculturais de linguagem, bem assim daqueloutros que já eram de uso geral e correntes no Brasil a ponto de tomarem o lugar de seus equivalentes em português, sem consciência, por parte dos falantes brasileiros, de que se tratavam de palavras africanas, muito menos de origem banto. Entre eles, registrados por Mendonça, *ca*çula por benjamim, *cachaça* por aguardente, *cochilar* por dormitar, *xingar* por insultar, *marimbondo* por vespa, *mulambo* por trapo que ainda são desconhecidos ou pouco usuais no linguajar lusitano.

Ao contrário dos bantuismos que circulam em diferentes contextos socioculturais de linguagem, os termos do iorubá, em número relativamente menor no glossário, procedem da linguagem religiosa afrobrasileira, ou seja, de uso entre os terreiros de candomblé. Trata-se, principalmente, de nomes de suas entidades – Oxum, Ogum, Oxóssi, Xangô – que começaram a ser conhecidos a partir do momento em que passaram a gozar de certo prestígio sociocultural no Brasil e divulgados por compositores da música popular brasileira, entre eles, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Vinicius de Morais.

Destaque para *mandinga*, *miçanga*, *senzala* e *jimbo* porque já se encontram registrados no século VII, na obra satírica do poeta baiano Gregório de Matos e Guerra (1633-1696). No século seguinte, como "termos do vulgo no Brasil", mereceram verbetes no *Vocabulário Português Latino* de Raphael Bluteeau, publicado na primeira metade do século XVIII, em Lisboa (1° vol. 1712 e 10° vol. 1728), e, ao final do mesmo século, em 1889, no dicionário de João Ribeiro, entre os 57 verbetes que ele classifica de "africanismos".

Entre tais exemplos, só a palavra *jimbo*, com o sentido de dinheiro, não foi incorporada pelo uso geral ao português do Brasil, não passando da categoria de gíria, enquanto *cabaço* e *mataco*, que nomeiam partes do corpo humano e funções sexuais, também continuam marginalizados como termos chulos, de baixo calão. No entanto, graças a sua inclusão em recentes repertórios da nossa música popular, o bantuismo *bunda* passou a ser um termo usado por todos os brasileiros, sem nenhum constrangimento. Por outro lado, *senzala*, assim como *banguê*, *banzo*, *mucama* já são termos de aspecto arcaizante, por associados ao tempo da escravidão, mas que também denunciam a antiguidade do povo banto no Brasil, tese defendida por Mendonça e reconhecida por parte dos pesquisadores que se dedicam a estudar as marcas de africania no português brasileiro.

Outra informação importante da análise do vocabulário de Mendonça, que vale comentar, é a definição de *samba* como "dança

de negros", seguida da explicação de que "hoje é termo bem vivo no sentido de composição musical". A palavra *samba*, do étimo quimbundo/quicongo *kusamba*, significa rezar, orar para os deuses e ancestrais, sempre festejados com danças, cânticos e músicas, celebrações que certamente eram vistas com estranheza e de caráter lúdico pela sociedade católica circundante. Contagiado pela cadência rítmica e gestual da dança, o que antes era dança de negros foi esvaziado do seu conteúdo religioso original e o samba-oração negroafricano foi apropriado na categoria de gênero musical-dançante para se tornar mundialmente reconhecido como a mais autêntica e representativa expressão da musicalidade brasileira.

No Vocabulário, merece reparo algumas etimologias incorretas, mas resultado, obviamente, da limitação da bibliografia de que Mendonça dispunha à época. No entanto, essa mesma bibliografia fez com que ele atribuísse origem tupi à palavra banto *mocotó*, com certeza levado por aquela onda do indianismo brasileiro que ele criticava. O *mocotó* ou mão de vaca, iguaria muito popular no Brasil, é banto. Jamais poderia ser de origem indígena. Os indígenas brasileiros desconheciam o gado bovino. É curioso, porém, observar que os grandes dicionários brasileiros da língua portuguesa, Aurélio e Houaiss, insistem em cometer o mesmo erro.

Enfim, procurei fazer uma análise criteriosa do campo conceitual da sua obra, que faltou nas edições anteriores, reinterpretando os conceitos vigentes à sua época à luz de novos conhecimentos, com o objetivo de salientar a importância de um estudo que não foi valorizado como deveria em razão de preconceitos epistemológicos e históricos que ainda hoje permeiam e o domínio da filologia e da linguística em relação à influência africana no português do Brasil.

Enfim, devo confessar que, ao reler esta monografia de Mendonça, que há alguns anos passados despertou em mim o propósito de levar adiante a pesquisa sobre a participação de falantes africanos na formação da língua do Brasil e buscar entender onde se encontram essas contribuições que afastaram o português do Brasil de Portugal, compreendi que nossos pesquisadores ainda têm uma dívida a pagar a Renato Mendonça, cobrada por ele à página 103 da edição já mencionada, ou seja, "seguir novos trilhos e organizar planos de pesquisas dialetológicas por todo o país". Em outras palavras, os dados assim obtidos permitirão uma correta interpretação das culturas negroafricanas, dos seus códigos, do seu resgate do âmbito meramente folclórico ou lúdico, da sua valorização e adequada difusão, cujo avanço, além de subliminar passe a ser explícito e visível no Brasil.

A influência africana no português do Brasil é um estudo de notável visão antropológica e linguística, mas que deve ser lido com senso crítico,

levando-se em consideração o contexto histórico e sociocultural da época em que foi escrito. Do contrário não estaremos fazendo historiografia, nem ciência.

Pela vontade de saber que nele se expressa, pelo espírito inovador e pelo seu comprometimento com as grandes questões do seu tempo, ainda atuais, é muito bem-vinda e merecida esta nova edição de *A influência africana no português do Brasil*, comemorativa dos cem anos de Renato Firmino Maia de Mendonça.

Cidade de São Salvador da Bahia, setembro de 2012.

Yeda Pessoa de Castro
Doutora em Línguas Africanas
Autora *de Falares africanos na Bahia*
(Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2001/2005)

Prefácio de Rodolfo Garcia

O Prof. Renato Mendonça estuda nesta monografia a influência que as línguas africanas tiveram no português falado no Brasil. O tema é dos mais interessantes, a exigir competência especial e investigação acurada. Uma e outra, cumpre adiantar, se revelam nestas páginas pelo método adotado e pela bibliografia, que abona as conclusões estabelecidas.

Os estudos de linguística africana não têm sido cultivados no Brasil como sua importância está a pedir. Afora algumas contribuições lexicográficas de Macedo Soares, de Neves Leão, citadas por Beaurepaire-Rohan, e deste por conta própria, pouco mais pode ser trazido à colação. Entretanto, o negro contribuiu também, menos que o índio, é certo, para a formação do vocabulário brasileiro, como demonstra o avultado número de nomes designativos, de muitas espécies de iguarias, de plantas, animais, etc., a ele incorporados.

O inventário desses nomes, seu exame etimológico, faz o autor com segurança no vocabulário que fecha seu livro. Nos primeiros capítulos estuda a Etnografia africana, a penetração do continente negro, a obra dos exploradores e missionários, para abordar a classificação etnográfica daqueles povos baseada na linguística, desde os ensaios de Lepsius e Meyer, até as classificações modernas de Delafosse, Homburger e Drexel. Em seguida passa a tratar dos povos importados pelo tráfico negreiro para o Brasil, com os seus três centros principais de atração: Pernambuco, Bahia e Rio.

De modo geral, pode-se dizer que para essa imigração concorreram apenas dois grupos étnicos: o Bantu, com as suas diversas denominações

tribais, para o Norte e para o Sul; o Joruba, ou Nagô, também inçado de designações várias, para o Centro. As necessidades da lavoura, como depois as necessidades da mineração, determinaram, ou melhor, forçaram a imigração, bem assim a consequente distribuição dos negros por onde eles se faziam precisos. Nos dois primeiros séculos, Pernambuco e Bahia foram "os grandes centros de condensação africana" — disse Oliveira Viana, e repete o autor; a mineração, no século seguinte, erigiu o Rio de Janeiro em um terceiro centro, porventura mais importante do que os outros dois. Este recebeu em maior porção os representantes do grupo Bantu, principalmente, os quimbundos, que já figuravam no Norte, em Pernambuco, ao passo que na Bahia foi o Joruba com os nagôs, o grupo predominante.

Seria para lembrar que na rebelião servil de 1835, nessa última província, entre os duzentos e trinta e quatro processos-crimes dos sediciosos, se encontram cento e sessenta e cinco em que os nagôs eram implicados.

Para o autor, o quimbundo exerceu mais funda influência no português do Brasil do que o nagô. Assim deve ter sido efetivamente, e o vocabulário até hoje recolhido prova-o de certo modo. Entretanto, é possível que investigações mais demoradas venham a apurar maior contingente joruba do que se conhece. Observe-se que o quimbundo, desde Canecatim até Oliveira e Francina, C. da Mata, Pereira do Nascimento e outros, sempre mereceu melhores cuidados; do nagô, que chegou a ser língua geral entre a multidão negra do Brasil, bem pouco ficou, além dos vocabulários tomados pelo pintor alemão Rugendas e impressos por A. Baldi, em seu "Atlas Ethnographique du Globe" (Paris, 1822), e pelo viajante francês Douville, em 1833, — esse comunicado a D'Avezac pelo capitão Sandes Ranger e por ele incluído em sua "Notice sur le Pays et le Peuple des Yébous en Afrique" (Paris, 1844).

Nos capítulos seguintes o autor estuda a fonética e a morfologia do quimbundo, a influência africana no português, o folclore e o vocabulário. Quanto deles se pode dizer é que representam, com os que os precedem, uma soma considerável de pesquisas, servidas de erudição e crítica apreciáveis. Em resumo, o trabalho do jovem Professor não tem a pretensão de ser definitivo, como ele próprio declara; é, porém, contribuição ponderável, que o tempo e o estudo terão de ampliar, para o melhor do conhecimento do nosso idioma.

1948

Siglas

A. — Antropos.

B. M. N. R. J. — Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

B. S. C. A. S. L. — Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa.

R. A. B. L. — Revista da Academia Brasileira de Letras.

R. B. — Revista Brasileira.

R. I. G. H. B. — Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

R. I. H. G. B. — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

R. F. H. — Revista de Filologia e História.

R. L. P. — Revista da Língua Portuguesa.

R. S. S. G. L. B. — Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil.

Capítulo I

Etnografia Africana

A penetração do continente negro. A colonização africana e a obra dos exploradores e missionários. Classificação antropológica: suas falhas. Classificação etnográfica baseada na linguística. Os semito-camitas no Mediterrâneo. O grupo cuchito-camítico. Povos primitivos da África. A família negra. Repartição geográfica dos sudaneses e bantu.

O sertão da África permaneceu até meados do século XIX um enigma geográfico. São célebres as afirmações de Aristóteles sobre a inabitabilidade deste continente, as quais, apesar de desmentidas pela experiência, parece se fixaram com o peso dos anos na mentalidade europeia.

Povos, línguas, costumes, religiões, geografia, história da África, tudo em suma foi desconhecido ou confundido nas denominações imprecisas herdadas dos romanos

Os primeiros conhecimentos seguros datam do século X quando escritores árabes, depois de excursões pelo Sudão, assinalaram ali a existência do poderoso e antigo Estado negro, o império de Ghana[1].

Com os descobrimentos do século XV, continuou a exploração do litoral africano e regiões próximas, e assim perdurou a situação até meados do século XIX[2].

Os primeiros exploradores desta região iam levados pela caça ao negro, já escasso no litoral para o tráfico de escravos. No início do século XVII, as atenções dos portugueses voltaram-se para o reconhecimento das estradas interiores da África, com tal objetivo[3].

Os missionários que, na piedosa obra da catequese, se empenharam, contribuíram grandemente para a penetração do continente negro. E já

[1] M. Delafosse, *Los negros,* 1931, p. 27.
[2] Konrad Kretschmer, *Historia de la Geografia,* Barcelona, 2.ª ed., p. 142.
[3] O. Martins, *O Brasil e as colônias portuguesas*, Lisboa, p. 236.

em 1643 e 1697, os jesuítas Francisco Porcânio e Pedro Dias publicavam trabalhos sobre o quimbundo.

Com efeito, a obra então iniciada continua até os nossos dias em que se citam, entre missionários, linguistas e etnógrafos especializados em assuntos africanos como Frobenius, A. Le Roy, Courtois, Seligman e inúmeros outros.

Todavia, as causas determinantes da exploração do interior da África foram variadas. Por um lado, econômicas com o desenvolvimento da indústria europeia, que carecia mais e mais de matéria-prima, e o aumento de população que absorvia as terras necessárias ao cultivo destes materiais. Daí a procura de novas terras para estas satisfações. Também devemos tomar em consideração o impulso dado pela "African Association" de Londres, a qual organizou um plano científico de penetração. Procurou-se a solução de problemas geográficos como os do Zambeze e do Congo, e outrossim das questões do curso do Níger e das fontes do Nilo.

Desta maneira, exploradores de nacionalidades várias cruzaram os recônditos do continente e depararam os tipos étnicos mais diversos.

Descritos primeiramente pelos geógrafos, em seguida pelos antropólogos, é entre os etnógrafos que os povos africanos despertam o mais vivo interesse.

E diante das centenas de nomes de povos, avulta o valor de uma classificação baseada na linguística sobre a firmada na antropologia, que exige, para um resultado pequeno, uma soma avultada de dados.

Guiados pela ocupação linguística e seguindo a distribuição geográfica, podemos na etnografia africana distinguir vários grupos: o semito-camítico, o etíope ou cuchito-camítico, o negrilho e o hotentote--boximane e, sobretudo, a família negra[4].

Os semito-camitas ocupam a faixa mediterrânea e compreendem os *berberes* de Marrocos (*mouros* mestiçados com árabes e sudaneses), da Argélia (*cábilas*), de Túnis (*zuavos*) e Trípoli. A população camítica do Egito é formada pelos *fellahin* do Baixo Nilo e pelos *coptos* que vivem nas cidades. Convém notar no Alto Egito os *bedya* ou *berberines* núbios. Atrás dos povos do litoral, vivem ao oeste do Saara os *tuaregues,* e abaixo deles, os *fulbi* ou *peul*[5].

O grupo cuchito-camítico ou etíope se estende pela Abissínia onde a influência milenar do árabe se reflete até na antiga língua sagrada, o *geez*, tronco de vários dialetos atuais; pela Núbia de população constituída pelas

[4] J. Deniker, *Les races et les peuples de la terre*, Masson, 2ª edição, 1926, p. 513.
[5] Michael Haberlandt, *Etnografia,* Barcelona, 2.ª ed., 1929, pp. 300-303.

tribos *bedsha*, e finalmente os *galas*, *somalis* e *danakil*, povos do nordeste africano, e os *massai*, de feição etíope, também se prendem a este grupo.

Os *negrilhos* ou *pigmeus* habitam as florestas equatoriais da África e mais especialmente a bacia do Congo. Têm sido eles alvo principal dos estudos da escola Histórico-Cultural e são compreendidos num dos círculos culturais organizados por Schmidt[6].

Os *hotentotes* e *boximanes* consideram-se os povos mais primitivos do continente. Os *boximanes,* antigamente espalhados em quase toda a África do Sul, limitam-se hoje ao deserto de Kalahari, enquanto os *hotentotes* vivem no sudoeste[7].

A família negra bifurca-se em ramificações muito distintas: sudaneses e bantu. No confronto de ambas, saltam diferenças de línguas, de populações e de cultura. Os sudaneses apresentam uma grande fragmentação linguística oposta à unidade substancial das línguas bantu. Enquanto as camadas étnicas dos sudaneses são influenciadas pelos elementos hamíticos (berberes e tuaregues) e semítico (árabes) homogeneamente, a influência hamítica (galas) predomina nos povos bantu[8].

As diferenças de cultura inclinam-se favoravelmente para os sudaneses, graças ao contato com os árabes, e tornou-se muito conhecida não só a arquitetura sudanesa bem como a Arte negra de Benin.

Os etnógrafos repartem os negros do Sudão em ocidentais, centrais e orientais.

Os negros ocidentais, quase todos habitantes do litoral, estendem-se pela costa ocidental até o Níger no interior, pelas costas da Guiné, dos Escravos, do Ouro e da Pimenta, e compreendem mais algumas tribos da Senegâmbia e do Senegal. Aí estavam os célebres reinos africanos Dahomé, Mandinga, Achanti e Benin. Vivem nesta região os *yolof*, *mandingas*, *felup*, *achanti*, *kru*, *ewe* e *yoruba.*

Sudaneses centrais são os haussás, e os quatro reinos negros *Bornú*, *Baghirmi*, *Wadai* e *Darfur.* Também há os *kanuri*, *songhai* e *yedina.*

Finalmente, os orientais se constituem das populações *dinka, bari, shiluk, nuer* e *nuba*[9].

Os povos bantu possuem uma homogeneidade característica. Alargam-se do Congo até o norte no Kalahari no sul da África. Nesta gigantesca área geográfica salientam-se três grandes grupos: os povos do Congo, as tribos da África oriental e as tribos do sul.

---

6 Fernando Pires, *A forma, primitiva da família,* Rio de Janeiro, 1930, pp. 64-78.
7 A. C. Haddon, *Lês races humines et leur repartition géographique*, Paris, Felix Alan, pp. 34-36.
8 A. H. Keane, *Man past and present*, Cambridge, 1920, p. 44.
9 Keane, *Man past and present*, pp. 78-83.

Os povos do Congo compreendem cerca de cinquenta tribos diversas, mais ou menos importantes, a que pertencem também os povos *kassai*[10].

Dentre as tribos da África oriental, as mais relevantes são os *waniamwesi* e os *dshaga,* povos dos lagos; os *wahehe*, *zulus* e *watussi,* entre os lagos e o litoral, e junto ao litoral os *suaheli,* completamente arabizados. No sudeste, ainda encontramos uma tribo bantu, os *wangoni.*

As tribos bantu do sul mais conhecidas são os *cafres* do sudeste, os *matabele*, *bechuanas* e os *cafres* do norte. Ainda notáveis no sudeste há os *ovaherero,* os *ondonga* e os *ovambo*, além dos povos do Zambeze.

[10] M. Harberlandt, *Etnografia*, p. 310.

Capítulo II

Linguística Africana

Classificação tradicional de Schlegel. A classificação genealógica. Ensaios de classificação das línguas africanas: Lepsius e Meyer. A classificação de Hovelacque. A classificação moderna de Delafosse e Homburger. A classificação mais moderna de Drexel. Opinião de W. Schmidt a respeito de Homburger.

Friedrich Von Schlegel, autor da monumental obra que exerceu grande influência no domínio linguístico em princípios do século passado *Ueber die Sprache und Weisheit der Indier* (1808), dividiu as línguas do mundo em duas classes: uma constituída pelo sânscrito e suas congêneres e a outra por todas as demais línguas.

As primeiras possuem um crescimento orgânico das raízes por meio da flexão e nas segundas este crescimento se realiza com o acréscimo de afixos (prefixos e sufixos)[11].

Mas, como afirma Jespersen, "Schlegel's bipartion of the languages of the world carries in it the germ of a tripartion"[12].

Com efeito, Schlegel teve sua classificação alterada pelo irmão A. W. Schlegel e linguistas posteriores, que a transformaram na tradicional divisão das línguas em isolantes, aglutinantes e flexivas[13].

Seguindo esta classificação, as línguas africanas dos negros estariam compreendidas no grupo das aglutinantes.

Esta classificação tradicional, porém, já prestou bons serviços e hoje não satisfaz mais às exigências científicas.

Sem dúvida, classificação de valor e utilidade em nossos dias há somente a genealógica que se baseia sobre a história das línguas. Nela sobressai um critério sólido qual o ditado pela continuidade morfológica[14].

---

[11] O. Jespersen, *Language, its nature, development and origin*, London, 1934, p. 35.
[12] Idem, p. 36.
[13] Idem, pp. 36 e 37.
[14] Meillet et Cohen, *Les langues du monde*, Champion, p. 1.

A classificação genealógica grupa as línguas como ramos de um tronco primitivo de que são alterações. Este tronco, quando não conservado, é reconstituído de acordo com as línguas cuja comunidade de origem se revela pela comparação. É o caso do germânico comum e do eslavo comum reconstruído pelo método comparativo, ao passo que o latim foi conservado pelos monumentos literários[15].

Por este modo, estabeleceram-se as grandes famílias de línguas, entre as quais situou o grupo bantu ao lado do indo-europeu, do semítico, do camítico, do fino-ugriano, do dravídico, do indo-chinês e do malaio-polinésio.

Todavia, apenas as línguas bantu são contempladas nesta classificação. Como, porém, deixar de lado as numerosas línguas sudanesas?

A dificuldade aumenta se estas línguas são mais ou menos desprovidas de gramáticas, ou se o léxico oferece uma mobilidade estonteante, como as línguas mandê da África ocidental[16].

A ausência de documentos e a ignorância dos estados anteriores destas línguas, cujo conhecimento histórico não vai além de cinquenta anos, são lacunas que deixam as classificações numa lamentável insegurança.

Daí, no estado atual da linguística africana, ser uma classificação provisória a mais aceitável.

As primeiras tentativas neste sentido fizeram-se no século passado. Lepsius, ao publicar sua gramática da língua nuba, lançou uma classificação geográfica em que a África era dividida em três zonas linguísticas: *a)* uma zona do norte, entre o Saara e o Mediterrâneo com as línguas camíticas; *b)* uma zona do centro, entre o equador, o Saara e o Sudão, com as línguas centrais ou sudanesas; *c)* uma zona austral com as línguas bantu.

Meyer, em seguida, discriminou as línguas africanas em cinco grupos: árabe e camita ao norte; línguas centrais, não classificadas; bantu e hotentote.

Esboços imperfeitos, com nomes vagos que encobriam a miséria de conhecimentos, estas classificações já representam uma iniciativa.

A velha divisão de Hovelacque repartia os idiomas do continente negro em: *a)* línguas da África meridional, com a língua dos hotentotes e a dos boximanes; *b)* línguas dos negros não bantu, com o wolof, o mandê, felúpio, o sonrai, o haussá, o bornu, o kru, o egbê (de que é parente o ioruba ou nagô), o ibo, o mitchi, o mosgu, o maba, o baghirmi e as línguas do alto Nilo, shiluk, dinka, nuer e bari; *c)* línguas do grupo bantu com

[15] J. Vendryres, *Le language*, 1921, p. 354.
[16] Idem, p. 365.

três ramos: ocidental (principais: congo, quimbundo e herero), central (tekeza e setchuana), e oriental (tête, zulu, cafre e macua); *d)* o pui ou fula; *e)* línguas nubianas, com o núbio, o dongolavi, o tumalê, o koldadji e o kondjara[17].

É oportuno acrescentar aqui o quadro das 601 línguas e dialetos da África, segundo traçou Cust. Seu interesse e curiosidade — sobretudo para dar ideia da vastidão e complexidade da matéria — são tais que Blaise Cendrars na magnífica edição da sua *Anthologie nègre* (Paris, 1947), verdadeiro Decameron africano, julgou o esquema de Cust merecedor de citação.

Ei-lo em poucas linhas:

		Línguas	Dialetos
1º Grupo	Semita	10	9
2º Grupo	Camita	29	27
3º Grupo	Nubio-Fula	17	17
4º Grupo	Negro	195	49
5º Grupo	Bantu	168	55
6º Grupo	Hotentote e Boximane	19	6

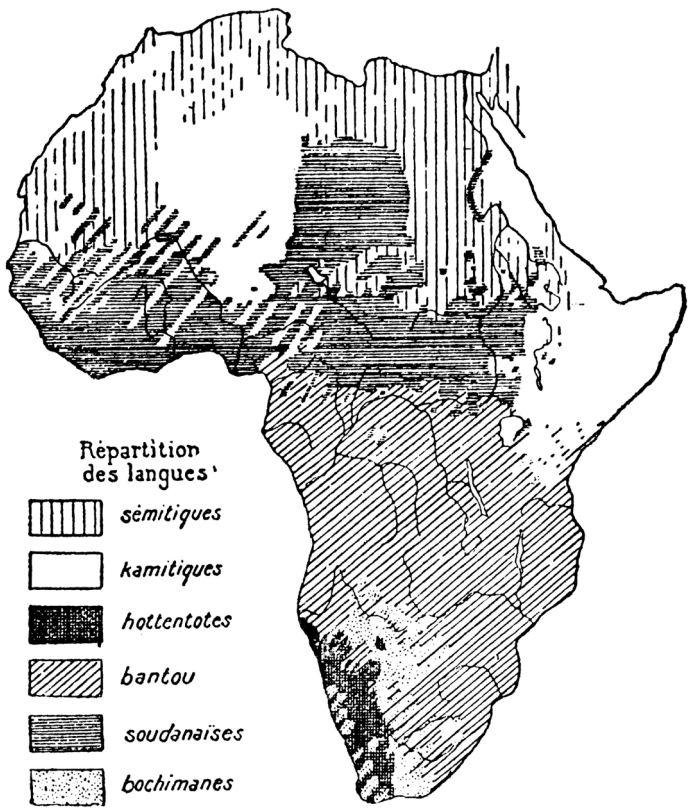
A predominância da família bantu com suas 168 línguas é assim esmagadora, principalmente devido à sua unidade, e empregada por milhões de Africanos da Cafraria ao golfo da Guiné. São línguas excessivamente ricas, e até cada modo de andar se exprime por um nome especial...

Ultimamente Maurice Delafosse, africanista de renome, fez uma classificação das línguas sudanesas que se torna completa com as das línguas bantu da autoria de Homburger.

Ambas pertencem a especialistas de apurado cunho científico, sendo que Delafosse insiste muitas vezes sobre o caráter *provisório* do seu esforço.

Reconhecendo que na linguística africana só se projetam duas individualidades fortes: *línguas bantu* e *línguas não bantu*, divide Delafosse as línguas do continente negro em dezessete grupos, dos quais um é o bantu, constituindo os demais as línguas sudanesas e guineanas[18].

[17] Abel Hovelacque, *La Linguistique*, 4ª ed., p. 474.
[18] M. Delafosse, in *Les langues du monde*, pp. 479-556.



CARTE I

REPARTIÇÃO DAS LÍNGUAS DA ÁFRICA

(*Segundo B. STRUCK*)

Com efeito, as línguas do Sudão e da Guiné compreendem os dezesseis grupos seguintes que vamos enumerar rapidamente[19]:

I. *Grupo nilo-chadiano* (30 línguas) — é o mais setentrional e sem dúvida o mais vasto pois se estende pelo vale do Nilo de Issuan até perto de Fachoda, contornando o lago Chad. A este grupo, pertence o *kanuri* ou língua dos Bornus falada no Brasil.

II. *Grupo nilo-abissínio* (15 línguas) — ocupa o vale do médio Nilo Azul e o do Nilo Branco. São deste grupo as línguas dos *chilucos*, *nuer* e *dinka* a que já nos referimos.

III. *Grupo nilo-equatoriano* (26 línguas) — subsequente ao grupo nilo-abissínio, começa ao norte na altura de Lado, estendendo-se até a 6º de latitude sul. A língua dos *massai* pertence a este grupo.

IV. *Grupo cardofoniano* (10 línguas) — forma geograficamente uma espécie de tampão isolador, entre o grupo nilo-chadiano e o nilo-abissínio. Meinhof foi quem estudou esse grupo.

V. *Grupo nilo-congolês* (19 línguas) — de área muito estreita, insinua-se entre as áreas dos grupos nilo-abissíno, nilo--equatoriano e bantu.

VI. *Grupo ubanguiano* (25 línguas) — o limite setentrional deste grupo é o alto Mambêrê e o meridional, o Ituri. Deriva seu nome do rio Ubangui.

VII. *Grupo chari-uadiano* (12 línguas) — seu domínio estende-se ao sul da parte ocidental do grupo ubanguiano.

VIII. *Grupo chariano* (15 línguas) — forma ao longo do médio e alto Chari um encravo entre as línguas norte-ocidentais do grupo anterior.

IX. *Grupo nígero-chadiano* (31 línguas) — segue-se ao Oeste aos grupos nilo-chadiano, chari-uadiano e chariano. Faz parte deste grupo o *haussá* falado por quase 4.000.000 de negros espalhados pelas províncias de Sokoto, Gober, Talma, Katsena. O *haussá* foi língua muito falada na Bahia.

X. *Grupo nígero-cameruniamo* (66 línguas) — é dentre os grupos do Sudão e da Guiné o que maior número contém de línguas distintas. Convém notar neste grupo o *nupê* ou *nifê* ou *tapa,* o *iebu* ou *idjebu,* e principalmente o *ioruba* ou *egba* ou *nagô*, línguas essas já faladas no Brasil, havendo a última sido língua adotada pelos sudaneses da Bahia.

[19] M. Delafosse, in *Les langues du monde,* pp. 479-556.

XI. *Grupo do baixo-nígero* — compreende uma única língua, *djo* ou *ido,* falada no delta do Níger por uma população negra ou Idjo.

XII. *Grupo voltaico* (53 línguas) — ocupa toda a bacia superior dos diversos braços do Volta. Um de seus subgrupos, o *gurunsi*, compreende oito línguas entre as quais o *nuruma* ou *nubuli* ou *guresi grusi* ou *gurunsi* ou *grunsi,* língua que foi falada no Brasil pelos negros Galinhas.

XIII. *Grupo ebúrneo-dahomeano* (48 línguas) — acompanha a costa do golfo da Guiné, a Oeste, e confina ao Norte com os grupos nígero-cameruniano e voltaico, tem ainda um encanto na Libéria formado pelo *gola.* Este grupo é de todos o mais notável para nós, porquanto a maioria das línguas sudanesas faladas no Brasil a ele pertence: *mahi* (ao Norte de Abomeí), *mina* ou *gê* ou *gegbe* ou *popo*, *êhuê* ou *ewe,* que era a língua dos Gêges, *fanti* e *tchi* ou *asanti* ou *achanti,* que usavam respectivamente os negros Fantees e Achanti.

XIV. *Grupo Nígero-senegalês* (36 línguas) — pela sua extensão territorial ocupa o terceiro lugar depois dos grupos bantu e nilo-chadiano. Salientam-se neste grupo as línguas: *mandinga* ou *mandê* ou *mali*, idioma de grande expansão e tende a ser a língua de toda a África ocidental pois já é falada por cerca de 4.500.000 naturais; e o *sussu* ou *soso*, ambas já foram faladas no Brasil deixando de si vestígios[20].

XV. *Grupo ébúrneo-liberiano* (24 línguas) — limitado à floresta densa situada entre Bandama e Saint-Paul.

XVI. *Grupo guíneo-senegalês* (24 línguas) — possui como mais notáveis o *peul* ou *fula*, *wolof* e *pepel*, que tiveram representantes nos Fulas, Jalofos e Pépeis do Brasil.

Homburger, mulher de excepcional cultura das línguas bantu, traçou-lhes uma classificação que comparada à mais moderna de Drexel não deixa muito a desejar.

É esta a opinião de W. Schmidt: "Die Gliederung von Homburger, obwohl auch der geographischen Verbreitung folgend, stimmt durch in einer Reihe von wichtingen Einzelheiten mit der von Drexel ueberein"[21].

Portanto enumeraremos esquematicamente os seus trabalhos. Ao lado de uma divisão geral das línguas bantu em: *a)* línguas do grupo

[20] Ver Vocabulário.

[21] "A classificação de Homburger, apesar de também obedecer à propagação geográfica, está de acordo com a linha de importantes particularidades e em harmonia com a divisão de Drexel". W. Schmidt, *Die Sprachfamüien und Sprachenkreise der Erde*, Heidelberg, 1926, p. 92.

sudeste, *b)* línguas do grupo sudoeste, e *c)* línguas do grupo nordeste[22], esmiúça outra divisão pormenorizada dos falares bantu:

I. *Grupo norte* ou *ganda,* a noroeste do lago Vitória Niansa, de que são falares mais importantes: *ganda, nioro, kerewe.*
II. *Grupo ruanda,* a sudeste do grupo ganda e a nordeste do lago Tanganika; representantes notáveis: *ruanda* e *kirundi.*
III. *Grupo do nordeste,* que se estende pela região do Kilimandjaro; falares mais conhecidos: *kikúiu*, *kamba*, *tchagga*, *mochi* e *siha.*
IV. *Grupo norte da costa oriental* e países limítrofes, falares principais: *tawetai*, *tata*, *tchssu*, *pokomo.*
V. *Grupo da África oriental*, línguas: *nyamwezi*, *gogo*, *heho*, *pogoro*, *konde.*
VI. *Grupo do sudeste* compreende a África oriental portuguesa e o nordeste da União Sul Africana: línguas de importância*: tchuana*, *soto*, *kololo.*
VII. *Grupo zulu* com as línguas: *cafre* ou *xosa*, *zulu*, *tébele.*
VIII. *Grupo do centro* com as *línguas bemba*, *senga*, *tonga.*
IX. *Grupo ocidental*, para nós o mais importante, pois contém o *mbunda*, *quimbundo*, *umbundo*, *lunda*, *ndongu.*
X. *Grupo congolês* com os falares *hanioka*, *kele.*
XI. *Grupo nordeste* com as línguas *bangui*, *galoa*, *benga*[23].

Drexel, nos seus trabalhos, vindos à luz na conceituada revista *Anthropos*, classificou as línguas da família negra em três séries: *a) sudanesas*, *b) bantu* e *c) bantuídeas.*

As bantuídeas formam uma espécie de transição entre o bantu e as línguas sudanesas[24].

Esta classificação como é a mais moderna e de base científica incontestável, acha-se ilustrada com uma Carta linguística que acompanha o texto.

As línguas sudanesas são repartidas por Albert Drexel em cinco divisões[25]:

I. *Línguas wule* que compreendem vários grupos: oriental, central, ocidental e o grupo *fang* e *yaund.*

[22] Homburger, *Les langues du monde*, pp. 575-576.
[23] Homburger, *Les langues du monde*, pp. 578-587.
[24] Kieckers, *Die Sprachstamme der Erde*, 1931, p. 165.
[25] W. Schmidt, *Die Sprachenfamilien und Sprachenkreise der Erde*, pp. 92-110 e Kieckers, op. cit., pp. 153-165.

II. *Línguas -ngo e -nke,* assim chamadas por ser *-nke* o sufixo masculino e *-ngo* o sufixo empregado para designar animais; os principais grupos são *bambara*, *soninke* e *songai.*
III. *Línguas manfu* com um grupo ocidental ou *kru,* outro central ou *egba* (a que pertencem o *achanti*, o *ioruba* e *iebu)* e um terceiro oriental ou *adamaye.*
IV. *Línguas kanuri* das quais as de maior relevo são *kanuri* e *maba.*
V. *Línguas nilóticas,* onde avulta o grupo *nuba.*

As línguas bantu distribuem-se por sete ramificações constituídas pelas:

I. *Línguas teke* que possuem os grupos duala, bongo, lolo, kuba.
II. *Línguas songo.*
III. *Línguas ndonga,* em que há os grupos herero, nyamwezi.
IV. *Línguas suaheli,* que possuem o nika.
V. *Línguas konde* com os falares sena-nyandja, yao-bemba, pokoro-kinga.
VI. *Línguas makua* das quais sobreleva o tugula.
VII. *Línguas sotho* com os subgrupos xosa, zulu, tchuana, peli[26].

Finalmente, Drexel estabelece cinco grupos para as línguas bantuídeas:

I. *Grupo norte* por sua vez subdividido num grupo norte--oriental e norte-ocidental.
II. *Grupo norte central* que contém o gola e as línguas zurma.
III. *Grupo central meridional* compreende os subgrupos mossi e grussi.
IV. *Grupo meridional* (togo) subdivide-se em línguas do norte, do sul e isoladas.
V. *Grupo oriental* com as línguas tagoy e kanderma[27].

Assim fica aí uma perspectiva rápida e imperfeita sobre o estado atual da linguística africana no que toca ao elemento negro.

[26] W. Schmidt, *op. cit.*, pp. 85-92 e Kieckers, *op. cit.*, pp. 144-153.
[27] W. Schmidt, *op. cit.*, pp. 110-114 e Kieckers, *op. cit.*, pp. 165-168.

Capítulo III

O Tráfico

Os Portugueses na Guiné. Primeiros escravos introduzidos no Brasil. As Companhias de Comércio e o contrabando. O número de escravos vindos para o Brasil. Estatísticas remanescentes. Crítica à avaliação dos historiadores. A população negra do Brasil atual.

Os descobrimentos da escola de Sagres, orientada pelo famoso Infante D. Henrique, contaram entre uma de suas consequências a introdução de escravos pretos em Portugal.

Foi Antão Gonçalves que, em 1441, levou a D. Henrique alguns mouros aprisionados no rio do Ouro.

O mesmo Antão trocou dois desses mouros por dez negros, na sua volta às costas da África. Com mais alguns outros capturados na ilha de Arguim, e foram eles os primeiros negros transportados diretamente para Portugal.

É este, na opinião de Fortunato de Almeida, o ponto de partida da Companhia de Lagos, fundada em 1444, cujo objetivo era desenvolver o comércio e as explorações no continente negro[28].

Com efeito, a viagem inicial do tráfico negreiro foi empreendida por esta Companhia, em uma expedição composta de seis caravelas ao mando do escudeiro Lançarote, a qual transportou duzentos e trinta e cinco cativos.

Já de 1450 até 1455, o suprimento anual de pretos introduzidos em Lisboa orçava de setecentas a oitocentas peças, e por volta de 1530, subiam a dez e doze mil os escravos entrados no Tejo, quer para uso da metrópole e colônias, quer a fim de exportação para país limítrofe[29].

O forte de Arguim, na Guiné, construído desde 1452, facilitava e assegurava as relações comerciais dos portugueses e foi seguido de outras fortificações.

---

[28] Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Coimbra, 1923, tomo H, p. 76.

[29] Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, 1867.

Pouco depois se iniciava a remessa direta de escravos para o Brasil e os primeiros negros da Guiné vieram em 1538 trazidos por um navio pertencente a Jorge Lopes Bixorda, arrendatário da colônia. Também, Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, se interessava na importação de tais peças e a El-Rei escrevera em 1539, rogando isenção de direitos para aquela "mercadoria".

Desta forma, se nos guiarmos pelas *Informações* do padre José de Anchieta, em 1585, havia na colônia uma população de 57.000 almas, das quais 14.000 escravos da África, sendo 10.000 em Pernambuco, 3.000 na Bahia, e cerca de uma centena no Rio[30].

Fernão Cardim, referindo-se ao período de 1583 a 1590, cita algarismos bastante diferentes porquanto coloca 2.000 em Pernambuco e perto de 4.000 escravos na Bahia[31].

Atendendo à época, em que a posição geográfica devia favorecer o Recife, bem como aos algarismos de Anchieta, preferimos os cálculos deste, com uma ligeira redução para 10.000, número que menos se afasta do apresentado pelo padre Fernão Cardim.

Eis por que nos fins do século XVI, pensamos que a população negra do Brasil devia orçar por 10.000 pretos, dos quais 6.000 em Pernambuco, 3.000 na Bahia e o restante esparso pelos outros núcleos coloniais.

Até meados do século XVII, o tráfico permanece entre as mãos de particular, que obtinham da Fazenda Real a concessão dos "asientos" ou privilégios para a importação das "peças" da África.

O *Regimento e Ordenações da Fazenda d'El-Rei,* de 17 de outubro de 1516, e o *Farol da Alfândega de Lisboa*, de 15 de outubro de 1587, estipulavam todos os meios necessários ao pagamento da dízima aduaneira correspondente à venda de negros, ordenando o primeiro que todos os navios com pretos da Guiné transitassem por Lisboa, enquanto o segundo regimento facilitava aos que seguissem para o Brasil, a percepção do imposto, no porto de destino.

Em breve, porém, a concessão de licenças de favor, para fazerem o tráfico, a outros que não os detentores do "asiento", trazia a ruína aos assentistas, que muitas vezes abriam falência.

Com o tempo, o tráfico passa a ser feito administrativamente e pagos os impostos, existe inteira liberdade para fazer o comércio de escravos.

Rumos diversos seguia o Brasil holandês que abatecia seu mercado pela Companhia das Índias Ocidentais, a qual no decênio de 1636 a 1645, introduziu 23.163 peças[32].

[30] Barão do Rio Branco, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, p. 29.
[31] Narrativa epistolar.
[32] Calógeras, *A política exterior do Império*, I, p. 307.

É verdade que a política dos "asientos", criada por Carlos Quinto, deixa de existir com a completa emancipação de Portugal, não mais orientado ou dominado pela Espanha.

O êxito que tiveram as Companhias de Comércio da Holanda, assim como o tino político do padre jesuíta Antônio Vieira indicavam a El--Rei novas diretrizes. Deu-se a fundação da Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada pelo alvará de 10 de março de 1649, a qual se não fazia o tráfico de escravos, iniciava o sistema do monopólio. A anulação posterior de favores especiais como o monopólio da farinha, vinhos e bacalhau, malgrado o aumento dos fretes para o açúcar, trouxe a extinção da Companhia, em fevereiro de 1720.

Esta primeira e útil tentativa teve suas vantagens, quais a entrada no Brasil de capitais arredios, e mereceu muito ser seguida de outras.

As guerrilhas das várias feitorias da África que se entrechocavam no fornecimento de escravos, as incursões devastadoras dos corsários e piratas, as queixas vindas do Congo e de Angola, motivaram a formação de várias companhias negreiras.

Constituiu-se então, em 1675, por contrato com o Conselho Ultramarino, a primeira *Companhia de Cacheu,* que durou até 1680. Negociava em gêneros de Cacheu e Cabo Verde, em negros para o Reino e colônias, e para as índias de Castela. A perseguição dos negociantes de Cabo Verde provocou a falência da Companhia. Volta o período de anarquia até a organização da nova Companhia, em 1690.

Desta vez, procurava-se reconciliar os interesses dos entrepostos de Cacheu e Cabo Verde e surgia a *Companhia de Cabo Verde* e *Cacheu de Negócios dos Pretos.* Esta logo originou, três anos depois, a *Companhia Real de Guiné e das índias*, com licença para introduzir negros nas *Índias* da Espanha. Tal Companhia várias vezes teve sua vida renovada até que foi extinta em 1706.

Ainda em 1679 se fundou a *Companhia do Estanco do Maranhão,* destinada a fornecer escravos às Capitanias do Norte. De sua insuficiência diz a revolta de Beckman, em que muito se clamava contra a escassez de pretos.

Todavia, esta navegação relativamente intensa para o Norte, não é correspondida no Sul e ao findar o século XVII, o Rio somente recebia de Angola três navios por ano. Daí a enorme procura de negros nas Minas Gerais, cujas entradas recém-descobertas atraíam aventureiros.

Eis por que cedo se esboça um grande movimento de escravos, que eram mandados buscar na Bahia para as Minas Gerais, a ponto de se fazer uma Carta Régia em 1701, com proibição da ida de escravos das capitanias do Norte para as Gerais.

Esta exigência de escravos para a mineração crescia sempre, e, cinco anos depois, se pediam mil homens de Angola e umas três ou quatro levas da Costa da Mina.

A necessidade crescente do braço africano para a lavoura da terra e a indústria das minas requeria aproximação cada vez maior entre o Brasil e a África. Esta a razão por que, em maio de 1723, o Conselho Ultramarino entregava ao vice-rei do Brasil a construção da fortaleza de Ajudá, hoje Widah, na costa da Guiné.

Ainda no mesmo ano se fundava a *Companhia da Costa de África*, destinada a exportar negros para o Brasil. Esta sociedade teve a concessão do tráfico durante quinze anos e muito contribuiu para a sua regularização.

Mas acabada a concessão, volta a balbúrdia no tráfico a qual apenas se atenuara, e, em meio da confusão, prossegue o comércio negreiro.

Mesmo assim, as relações entre compradores do Brasil e vendedores da África se estreitavam sempre. Régulos africanos enviam suas embaixadas à Bahia. O vice-rei recebe explicações de chefes de cubatas pelas incursões em território luso. Há trocas de presentes e desculpas. Mestiços que negociam na Guiné recebem dos reis africanos títulos pomposos como de "Irmão". Tais os mulatos Felix de Sousa e Domingos Martins, negociantes de escravos em Ajudá e Kotonu que merecem do rei de Dahomey o título de "Primeiro dos Brancos"[33].

Pombal ainda tenta normalizar o tráfico, já então em larga escala entregue ao contrabando e aos desmandos dos particulares. Datam de então a *Companhia do Grão-Pará* e *Maranhão* bem como a *Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba,* organizada e iniciada em 1760. Esta última fornecia as capitanias do mesmo nome com escravos vindos de Angola e da Costa da Mina. Nos dezoito anos que funcionou de 1760 a 1777, fez baixar o nível das importações precedentes.

Com efeito, de 1742 a 1760, entraram em Pernambuco e Paraíba, trazidos pelo tráfico 54.981 negros, ao passo que depois de estabelecida a Companhia, na sua duração só entraram 38.157 peças[34].

A insuficiência do comércio organizado em Companhias fez com que tal sistema fosse abandonado. E depois da queda de Pombal, tais Companhias foram extintas em 1778, com a retirada do monopólio.

Voltou, e desta vez até acabar o tráfico, a liberdade das navegações e, com ela, a grande confusão, bem favorecedora do contrabando.

É o século XVIII a época em que o tráfico alcança maior intensidade. Nele a importação atingiu cifra bem alta, que permitiu haver no Brasil,

[33] Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 46.
[34] P. Calógeras, op. cit., I, p. 319.

em 1800, segundo o Barão do Rio Branco, cerca de 1.600.000 escravos negros. E pouco tempo depois, em 1817, este número ainda subia a 1.930.000 escravos[35].

Mas a campanha de Wilberforce iniciada tão brilhantemente na Inglaterra vem refletir no Brasil, que, no seu tratado de comércio com a Grã-Bretanha, em 1810, se compromete a extinguir gradualmente o comércio da escravatura[36].

Criam-se os Tribunais Mistos da Serra Leoa para atender às nossas relações com a África, a respeito da repressão do tráfico.

Abolido o tráfico pela lei de 7 de novembro de 1831, a qual o declarava extinto no Brasil, proliferou a obra do contrabando. Foi preciso a energia de Eusébio de Queirós para extingui-lo definitivamente, em 1850.

Continuaram, porém, os desembarques clandestinos, e segundo narra o eminentíssimo historiador Basílio de Magalhães, verdadeiro mestre da nossa história, o último desembarque clandestino se deu a 13 de outubro de 1855. Foram duzentos e nove africanos que desembarcaram em Serinhaem, no Estado de Pernambuco[37].

Mas — já é tempo de saber — em todo este longo período, quantos africanos entraram no Brasil? Qual o total? Qual o coeficiente anual de entradas? Quais as tribos?

Quanto às tribos, veja o leitor o capítulo seguinte, em que analisamos as principais, bem como sua procedência e distribuição no mapa histórico junto.

Vejamos agora os resultados numéricos de cerca de trezentos anos de tráfico.

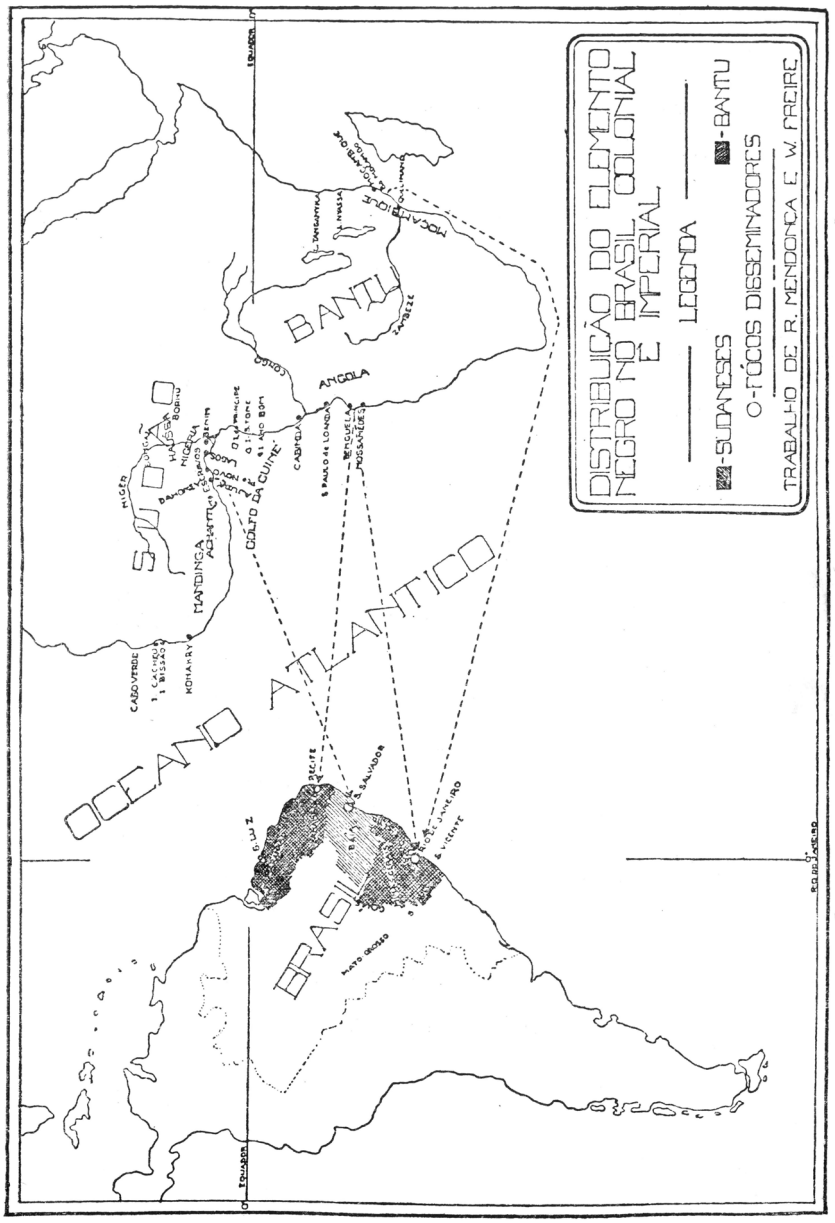
Os mercados da Serra Leoa, de S. Luís, da Gâmbia, de Angola e de Benguela, protegidos por outros tantos fortes, abasteciam os navios negreiros, que aí buscavam sua triste mercadoria.

Eram embarcações miseráveis, sem ideia do que fosse higiene, com a preocupação exclusiva de amplos e bojudos porões, a fim de permitir maior acúmulo de negros. Ficou-lhes célebre o epíteto de *Tumbeiros*...

Os processos primitivos usados para conservar um pouco a vida a estas criaturas são-nos descritos por vários escritores que deles nos deixaram a narrativa, como Melo Morais Filho, cujas descrições das soturnas viagens e seus portos de destino ainda merecem leitura[38].

---

[35] Barão do Rio Branco, *História do Brasil*, 1930, p. 88.
[36] Evaristo de Morais, *A escravidão africana no Brasil*, São Paulo, 1933.
[37] *História do comércio, indústria e agricultura*, São Paulo, 1934, p. 423.
[38] *Festas e tradições*, capítulo "Na terra e no mar", pp. 375-392.


DISTRIBUIÇÃO DO ELEMENTO NEGRO NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL
LEGENDA
-SUDANESES
-BANTU
O-FÓCOS DISSEMINADORES
TRABALHO DE R. MENDONÇA E W. FREIRE
OCEANO ATLANTICO
BRASIL
BANTU
SUDÃO
ANGOLA
MOÇAMBIQUE
GOLFO DA GUINÉ
MANDINGA
ACHANTI
CABO VERDE
KOMAKRY
CONGO
ZAMBEZE
NIGER
BORNU
NIGERIA
BENIN
CABINDA
S. PAULO DE LOANDA
BENGUELA
MOSSAMEDES
RECIFE
S. SALVADOR
RIO DE JANEIRO
S. VICENTE
MATO GROSSO
EQUADOR

Relato mais fiel ainda conhecemos o do capitão inglês Guilhaume Snelgrave, comandante de navio inglês, que numerosas travessias fez no tráfico de escravos. Aí se narram pormenores curiosos de como se mantinha a disciplina a bordo e quão frequentes eram as revoltas, às vezes tragicamente dominadas[39].

É preciso, portanto, ter em vista que na travessia marítima muitas vidas se perdiam. E por isso valem pouco as raras estatísticas subsistentes de embarques na África.

Quanto às nossas, sabido é o destino romântico que tiveram, queimadas como cartinhas de namorados.

Analisemos os dados remanescentes e vejamos o cálculo dos historiadores.

Sigamos os resultados numéricos que apresenta o preclaro historiador Pandiá Calógeras, em sua notabilíssima obra sobre *A política exterior do Império*, bem como os dados coligidos por outros autores.

Pelo Relatório de Domingos de Brito a Filipe II de Espanha, datado de 1592, teriam ido de Angola para a América portuguesa e Índias de Castela:

de 1575 a 1591 – 52.053 negros ou cerca de 3.100 por ano

Segundo Oliveira Martins, o tráfico apresentou os seguintes algarismos, de Angola para o Brasil:

de 1759 a 1803 - 624.000 negros
de 1817 a 1819 - 66.000 negros

Ou respectivamente uma média anual de 14.500 e 22.000 escravos.

Acrescenta o mesmo autor, embora vagamente, que nos primeiros anos, a Companhia Grão-Pará teria levado até 100.000 cabeças, das quais 42 ou 43.000 se destinavam ao Rio.

Manuel Barata, em suas *Efemérides paraenses,* afirma que em vinte e dois anos chegaram, apenas ao Pará, cerca de 12.600 pretos.

Waetgen, para o Brasil holandês, enumera especificadamente por ano um total de 23.163 peças no decênio 1636 a 1645.

Para Pernambuco, existem algarismos oficiais entre 1742 e 1777, graças a uma certidão passada a 7 de maio de 1778 pelo escrivão da alfândega do Recife.

[39] *Nouvelle relation de quelques endroite de Guineé*, Amsterdam, 1735.

Assim, antes do estabelecimento da Companhia de Pernambuco e Paraíba, durante 18 anos, de 1742 a 1760, as entradas foram:

de Angola ..... 38.787 cabeças
da Costa da Mina ..... 16.194 cabeças

Total 54.981

Depois do seu estabelecimento, a Companhia, de 1760 a 1777, importou:

de Angola ..... 30.202 cabeças
da Costa da Mina ..... 7.955 cabeças

Total 38.157

Portanto neste período de 1742 a 1777, que abrange trinta e seis anos, a importação, de acordo com os dados oficiais subsistentes, foi de 93.138 escravos, ou cerca de 2.600 por ano.

Isto no Recife.

Luís dos Santos Vilhena, citado por Calógerás, refere que pela alfândega da Bahia, em 1798, passaram vindos:

de Angola ..... 2.151 cabeças
da Costa da Minas ..... 4.903 cabeças

Total 7.054

No *Inventário de documentos,* de Castro e Almeida, precioso repositório de informações, existem as seguintes cifras, um pouco arredondas, sobre a importação de negros no período que vai de 1797 a 1806, especificadamente por ano:

de Angola ..... 10.850 cabeças
da Costa da Mina ..... 46.930 cabeças

Total 57.780

Nina Rodrigues coligiu no jornal *Idade de Ouro*, primeiro publicado na Bahia, uma estatística da importação de escravos, baseada no movimento do porto, pela qual teriam entrado na Bahia, de 1812 a 1820:

da África Meridional:

(Congo, Cabinda, Angola, Moçambique, Quilemane, Malambo): ..... 20.841 escravos

da África Setentrional:

(Costa da Mina, Ajudá, Bissau, Camerun): ..... 17.691 escravos

Total ..... 38.532 escravos

Convém notar que a partir de 1816 o comércio de escravos já não é mais lícito e começa a ser dificultado pelos ingleses[40].

No Catálogo da Exposição de História do Brasil também se encontram dois mapas e uma relação de escravos vindos para o Brasil.

Sob o número 15.155 daquele catálogo, acha-se uma "Relação dos escravos vindos da Costa da Mina", no período de 1º de janeiro de 1785 a 31 de dezembro de 1790. Por esta relação entraram na Bahia, 12.233 em cinco anos, ou seja uma média anual de cerca de 2.500 escravos.

No quinquênio subsequente, outros documentos acusam uma entrada de 34.348 cabeças, com uma média anual de cerca de 7.000 cabeças[41].

No mesmo catálogo, o documento nº 15.160 dá os direitos alfandegários pagos por 35.710 escravos entrados no Rio de Janeiro de 1799 a 1802, na média de 12.000 por ano.

Ainda para o Rio, Mrs. Graham cita a estatística oficial da alfândega que dá em[42]:

1821 ..... 21.199 peças
1822 ..... 25.934 peças

Em todo o Brasil, segundo Debret (ao que parece firmado em estatísticas oficiais), entraram, no ano de 1828, 43.601 escravos, e nos seis primeiros meses de 1829, outros 23.310[43].

---

[40] *Os africanos no Brasil*, p. 40.
[41] Calógeras, *A política exterior do Império*, I, p. 326.
[42] *Voyage to Brazil*.
[43] Debret, *Voyage pittoresque et historique*, Paris 1835, vol. 30º, p. 75.

Estes números parecem exatos, porquanto outros dados coligidos por Calógeras na obra de Walsh comprovam aqueles outros de Debret.

O Rio, no período de 1820 a 1828, segundo estatística aduaneira, oferecia uma média anual de 20 a 30 mil escravos, tendo atingido o máximo de 44.000 em 1828[44].

O Barão do Rio Branco, em sua *História do Brasil*, nos oferece os seguintes dados:

Antes do bill Aberdeen: Negros		*Depois do bill Aberdeen: Negros*	
1840	30.410	1846	50.324
1841	16.000	1847	56.170
1842	17.345	1848	60.002
1843	19.095	1849	54.000
1844	22.489	1850	23.000
1845	19.453		

Como se vê, antes do *bill* Aberdeen, a importação é fraca, sendo que depois se acentua, alcança o máximo em 1848, para depois cair progressivamente em consequência da lei Eusébio de Queirós:

Negros importados:

1851 .....3.287
1852 700
de 1853 a 1856[45].....512

Eis os resultados numéricos existentes. O mais é cálculo dos historiadores.

Dos que calculavam o número de negros importados, ressaltam pelo relevo indiscutível da documentação, Pandiá Calógeras e o seu crítico Mário de Vasconcelos.

Para o primeiro, a importação do elemento africano no Brasil atingiu um coeficiente anual de 54.500 peças, o que o leva a estimar em 5 a 6 milhões por século os negros entrados no Brasil.

Portanto, segundo Calógeras, teriam entrado no Brasil um total de cerca de 15 milhões de negros durante três séculos, ou seja a duração do tráfico!

[44] Op. cit., II., p. 512.
[45] Op. cit., p. 124.

O exagero é evidente, sobretudo se atendermos à proliferação intensa de raça e os remanescentes, que não aderiram ao *melting-pot*.

Mário de Vasconcelos, em um livro verdadeiramente criterioso, prova a exageração daquele cálculo e, depois de uma crítica particular, sugere meios vários tais como a avaliação que toma em conta o "decrescimento do elemento africano no país", documentos subsistentes nos Arquivos do Itamaraty, e sobretudo a proliferação do negro[46].

Números de escravos entrados no Brasil
(Avaliação baseada em estatísticas aduaneiras subsistentes)

	Regiões	*Entradas anuais*	*Total anual*	*Total da importação*
Século XVI	Todo o Brasil	—	—	30.000
Século XVII	Brasil holandês Brasil português	3.000 5.000	8.000	800.000
Século XVIII	Pará Recife Bahia Rio	600 5.000 8.000 12.000	25.000	2.500.000
Século XIX (até 1830)	Rio Todo o Brasil	20.000 —	50.000	1.500.000
Durante o tráfico				4.830.000

Levando em conta as estatísticas atrás referidas, podemos fazer uma avaliação, defeituosa como todos os cálculos, mas que se coloca entre as primeiras tentativas no sentido de determinar quantos escravos entraram no Brasil.

Apurando mapas e documentos, dados e informações oficiais e particulares, tentamos determinar em cada século um total anual, aproximado e bem razoável, porquanto crescente de acordo com a intensificação do tráfico e com os números dos documentos consultados. Este total anual multiplicado pelo número de anos dá o total da importação, e assim a um total anual de 8.000 escravos correspondem 800.000 no século XVII, e sucessivamente.

[46] Mário de Vasconcelos, *Motivos de história diplomática do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, pp. 62-72.

O leitor pode bem aferir a aproximação dos números enfeixados no quadro, pelas médias anuais de importação extraídas dos documentos citados.

Falta-nos documentação sobre a importação pelo porto de S. Luís no Maranhão, bem como dos demais portos, a não ser referentes ao século XVIII.

Em todo caso, parece-nos muito mais consentâneo com os documentos aduaneiros remanescentes, variar a entrada anual média, conforme os séculos, do que supor, como fez Calógeras, um coeficiente só, anual, de 54.000 escravos.

Na verdade, é um exagero palpável calcular em 15 milhões o número de escravos importados no Brasil, durante o tráfico. Calógeras, como notou Mário de Vasconcelos, não teve bem em vista o coeficiente de proliferação da raça no Brasil.

Pelo quadro esboçado atrás, vê-se que pelas nossas Alfândegas passaram seguramente cerca de 4.830.000, ou melhor, em número mais arredondado, perto de 5 milhões. É um cálculo bem possível. E se admitirmos que o contrabando conseguiu introduzir no Brasil uns 2 milhões de negros, durante o período, teremos um total bem verossímil de 7.000.000 de pretos, entrados, em pouco mais de trezentos anos, graças ao comércio de tal "mercadoria".

É um cálculo que aí fica, sujeito às críticas dos doutos e cujo objetivo é despertar interesse pelo assunto, e ver se desta forma se publicam documentos por acaso inéditos, que melhor esclareçam a matéria.

E parecem ainda confirmar este algarismo de 7 milhões de negros, os cálculos aproximados da estatística nacional e os dados coligidos pelo sábio Prof. Roquette Pinto, segundo os quais, na constituição antropológica do povo brasileiro, os negros têm uma percentagem de 10% sobre um total de 44.000.000 de habitantes, ou seja um total de negros correspondentes a 4.400.000 almas.

Mesmo atendendo ao decrescimento da população negra no Brasil, em consequência da arianização progressiva de nosso povo, esta percentagem de pouco mais de 4.000.000 de pretos afasta os 15 milhões de negros que teriam entrado aqui, segundo Calógeras.

A proliferação da raça daria uma percentagem muito maior que a atual.

Eis porque reduzimos a 7 milhões o número global de africanos, entrados no Brasil, quer passados pelas nossas Alfândegas, quer produtos do contrabando.

Aliás, convém referir que muito se aproxima do cálculo acima a avaliação de 6 milhões de escravos, importados em todo o período do tráfico, avaliação esta feita pelo operoso historiador Pedro Calmon[47].

[47] Pedro Calmon, "O Brasil e a Imigração negra", *in Jornal do Comércio*, de 31 de dezembro de 1938.

Numa revisão recente e que traz documentos de valor, o arguto pesquisador Luís Viana Filho arredondou em 4.300.000 o número de escravos entrados no Brasil[48].

É um resultado para nós tanto mais satisfatório quanto demonstra a nossa proximidade de verdade histórica.

[48] Viana Filho, *O negro na Bahia,* p. 100.

Capítulo IV

Povos Negros Importados

Insuficiência dos dados sobre o assunto. Valor das estatísticas aduaneiras. Denominações confusas dos negros no Brasil. Procedências variadíssimas dos negros brasileiros: sudaneses e bantu. Pernambuco, Bahia e Rio: focos disseminadores do escravo preto. A distribuição do elemento negro. Povos e línguas predominantes.

A lastimável incúria, em que estiveram os estudos sobre o negro no Brasil, demonstra-se pela inexistência de dados diretos como pela raridade, durante muitos anos, de trabalhos modernos sobre o assunto. Para as primeiras lacunas, o suplemento natural seriam as estatísticas aduaneiras e a história do tráfico. O primeiro foi inutilizado graças à mentalidade original, encarnada no Ministério da Fazenda que, pela circular n° 29, de 13 de maio de 1891, mandou queimar os documentos históricos ou Arquivos da escravidão[49].

A história do tráfico é, portanto, ao lado de estatísticas avulsas, o guia mais seguro para discriminar as procedências variadíssimas dos negros brasileiros.

Por muito tempo foi crença geral que os negros brasileiros eram em quase sua totalidade do sul da África, pertencentes assim ao grupo bantu[50].

Spix e Martius, primeiros em tratar do assunto, limitam o tráfico brasileiro ao sul da África, ilhas de Cacheu, Bissau e do golfo de Guiné. Para eles, *Congos*, *Cabindas* e *Angolas* da África Ocidental e *Macuas* e *Anjicos* da Contracosta formavam a massa da nossa população africana[51].

A autoridade de ambos divulgou esta conclusão que passou a ser repetida pelos autores mais escrupulosos.

[49] Brás do Amaral, As *tribos negras importadas,* p. 40, e N. Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 39.
[50] Ver cap. I, Etnografia africana.
[51] N.Rodrigues, Os africanos no Brasil, p. 32.

Sílvio Romero, malgrado sua crítica penetrante, adotou-a plenamente e quando nos fala da composição étnica do povo brasileiro, coloca, como elemento de sua base triforme, os "negros do grupo bantu"[52].

É verdade que mais adiante abre uma brecha para alguma saída eventual e acrescenta sobre os negros: "Eram *quase* todos do grupo bantu"[53].

Com efeito, posteriormente, em 1906, Sílvio, num ato seu, retificava o que havia dito anos atrás. E enumera vários povos sudaneses, como Jalofos, Jorubas, Haussás e Fulas, ao lado "das gentes do grupo bantu". Vai até ao absurdo: "Os vários ramos de Boximanes e Hotentotes entraram também com o seu contingente". E ainda ajunta escravos do grupo núbio (*sic*), "os mais inteligentes que se conheceram no Brasil"[54].

João Ribeiro copia neste ponto Spix e Martius sem adicionar-lhe palavra, apesar de trasladar para sua obra um parágrafo de Varnhagem em que aparecem *Berberes*, *Jalofos*, *Felupos* e *Mandingas*[55].

Em sua abundante história, Rocha Pombo quase silencia sobre assunto tão importante[56].

Assim fica patente o descuido em que sempre permaneceu essa questão.

Todavia, podemos afirmar que a procedência dos negros brasileiros é da África superequatorial e meridional, ou melhor, sudanesa e bantu. Ambas as correntes tiveram elevado coeficiente numérico. Dos sudaneses vieram as nações mais importantes da Bahia: Jalofos, Mandingas, Fulos, Haussás, Jorubas ou Nagôs, Achanti e Gêges ou Ewes.

Os negros da Guiné predominaram na Bahia[57].

Negros bantu foram os Angolas, Congos ou Cabindas, Benguelas, Cassanges, Bángalas ou Inbángalas, Dembos, Macuas e Anjicos. Predominaram os bantu no sul do Brasil: Estado do Rio, Minas, São Paulo, bem como no norte: Pernambuco e Maranhão. Estas origens tão diversas e mal conhecidas refletem-se nas denominações confusas dos negros, que muitas vezes permanecem uma incógnita sem solução.

Em todo o caso, o trabalho isolado, de alguns escritores, dignos de confiança, interpreta um pouco esse caos linguístico. Os Nagôs que vieram de Jorubá, Ilorin, Ijesa, Ybadan, Igê, Iebú, Egbá (donde às vezes receberam estas denominações geográficas), são os Jorubas africanos[58].

---

[52] S.Romero, *História da literatura brasileira*, I, 1888, p. 66.
[53] Idem, p. 30.
[54] S. Romero e J. Ribeiro, *Compêndio de história da literatura brasileira*, 1909, p. XLIX.
[55] *História do Brasil*, 12º edição, 1929, pp. 234-245.
[56] *História do Brasil*, tomo II, pp. 515-517.
[57] Manuel Quirino, *A raça africana e seus costumes*, p. 142.
[58] Artur Ramos, *Os horizontes míticos do negro na Bahia*, p. 6.

Aparentados com os Nagôs, pois em suas línguas, de tão semelhantes que são, conseguem entender-se, temos os Tapas ou Nupês e Nifês dos etnógrafos[59].

Os Gêges são os Evés dos Franceses e Ewes dos Ingleses. Muitos Gêges se dizem *Efan*, vulgarmente chamados *caras queimadas*, e outros Mahis, pequeno povo do Dahomé. Os Fulbi ou Peul chamaram-se entre nós Fulas ou Filanins.

Os Guruncis receberam no Brasil uma denominação curiosa: Galinhas, proveniente talvez do rio das Galinhas, em cuja foz os portugueses em tempo tiveram um forte ou presídio[60].

Os Bornus, muçulmanos, chamavam-se Adamauás na Bahia.

"Minas" foi um nome vago que se deu aos negros oriundos do forte de S. Jorge da Mina, na África. Havia os Minas-Achanti, de língua achanti e os Minas-Popes, de língua Tchi. Eram os Agoins da África. "Fantees" era o nome dos Minas da Costa do Ouro[61].

Mas a lista é interminável e fornece material para uma monografia extensa.

O nosso trabalho deve consistir apenas em estudar a sua distribuição geográfica como os povos e respectivas línguas que prevaleceram nesta mixórdia étnica e linguística: a imigração negra.

Pernambuco foi certamente o primeiro ponto em que aportaram os escravos africanos[62].

A barateza do negro vindo por mar, em relação à carestia do índio, objeto de luxo, determinou a preferência de negociantes e fazendeiros do litoral em seu favor. Por outro lado, a sua maior capacidade de trabalho na lavoura da cana, acabou de convencer todos sobre a excelência desta inovação.

Como boa aquisição, que era na época, propagou-se rapidamente e a Bahia tornou-se o maior mercado negro.

Pernambuco e Bahia, nos dois primeiros séculos da história colonial, são os grandes centros de condensação africana[63].

O descobrimento e a exploração das minas vieram, porém, criar um novo polo, diverso do agrícola, para a economia brasileira. E a este movimento seguiu-se outro de migração, fazendo-se sentir a ausência de braços. É ainda o negro quem vai fornecer o contingente necessário.

Então, o Rio transforma-se num grande centro de condensação africana, papel que exerce juntamente com a Bahia durante dois séculos.

---

[59] Brás do Amaral, Op. cit., p. 53.
[60] Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 168.
[61] Brás do Amaral, *As tribos negras importadas*, p. 54.
[62] Idem, p. 40.
[63] Oliveira Viana, *Evolução do povo brasileiro*, p. 147.

Depois no século XIX, a lavoura do café desloca uma grande leva de escravos do Norte para São Paulo e Minas Gerais e Estado do Rio.

Convém não esquecer que com a fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará, Belém e S. Luís constituíram-se entrepostos de escravatura[64].

Ainda hoje, no Maranhão, junto aos vales dos rios Itapecurú e Mearim há um forte núcleo de pretos que lembra bastante a África[65].

Mas estes centros de condensação disseminam também e formam outros tantos mercados distribuidores.

Pernambuco é o regulador da irradiação para o negro, durante muito tempo, até o Maranhão.

A Bahia agiu sempre como um propulsor de escravos para os engenhos do seu interior.

Contudo ficou reservado ao Rio o papel de mais relevo. No século XVIII, o Rio semelha um porto africano. O Valongo, mercado de escravos, tem um jeito de Luanda. É a maior feira de escravos de todo o Brasil, que exporta para São Paulo, Minas, Estado do Rio e Goiás[66].

Assim se esboça a distribuição do negro no Brasil, que, no período colonial, se estende numa zona predominante por toda a faixa litorânea, de S. Vicente ao Maranhão, e "para o interior, em todos os centros de atividade agrícola ou mineradora, quer os do planalto meridional quer os do sertão do norte"[67].

Todavia, nem todos os povos se conservaram uniformemente em zonas determinadas. Distribuídos heterogeneamente, causas várias contribuíram para a eliminação de uns e predomínio de outros povos: se o clima está eliminando o negro do planalto paulista[68], a repressão sanguinolenta de suas revoltas quase extinguiu os Haussás.

Na população negra prevaleceram os Nagôs na Bahia, talvez os Congos em Pernambuco e os Angolas no Sul, no Rio e em São Paulo.

A predominância dos Nagôs na Bahia não importava, porém, no exclusivismo dos povos sudaneses. Ali vieram ter os negros bantu, de várias regiões de Angola.

Um historiador baiano, o Sr. Luís Viana Filho, foi mais longe na afirmativa em prol dos bantu em sua terra: "Bantus e sudaneses, em épocas diversas, foram trazidos para o mercado baiano de escravos com igual intensidade"[69].

---

[64] Rocha Pombo, *História do Brasil*, II, p. 527.
[65] S. Fróis Abreu, *Na terra das palmeiras*, 1931, p. 249.
[66] Rocha Pombo, *História do Brasil*, II, p. 530.
[67] O. Viana, *Evolução do povo brasileiro*, p. 150.
[68] Alfredo Ellis Júnior, *Noções de geografia superior*, p. 50.
[69] Op. cit., p. 116.

Temos provas de que foram faladas no Brasil as seguintes línguas: Nagô ou ioruba, quimbundo, gêge ou ewe, kanuri ou nifê, e guruncis. Provas estas que constam de vocabulários dessas línguas, coligidos pessoalmente por Nina Rodrigues e outros.

Destas se salientaram duas que foram adotadas pelos negros no país, como línguas gerais: o nagô ou ioruba na Bahia e o quimbundo no Norte e no Sul[70].

O quimbundo, pelo seu uso mais extenso e mais antigo, exerceu no português uma influência maior do que o nagô, razão por que passamos a analisar-lhe a estrutura no capítulo seguinte.

Com efeito, no vocabulário os termos quimbundos superam e de muito os termos nagôs, de circulação bem mais restrita.

[70] Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 196.

Capítulo V

Fonética e Morfologia do Quimbundo

Caracteres gerais das línguas africanas. Fonética: vogais do quimbundo e suas alterações na passagem para o português. Consonâncias simples e nasaladas. Os grupos consonânticos e suas transformações na passagem para o português. Morfologia: prefixos nominais: classe e número. Prefixos pronominais: concordância. As dez classes do quimbundo.

A família negro-africana, na sua gramática comparada, apresenta certos traços comuns que lhe são peculiares. Línguas sudanesas e bantu coincidem nas características gerais. Daí parte a suposição da existência anterior de um africano comum, em era não muito remota, e nessa reconstituição da língua comum reside o maior incentivo dos que se dedicam à linguística africana.

William Bleek, autor da clássica *Comparative grammar of the south-Africans languages*, iniciou seriamente tais estudos em relação ao *bantu*, nome que deu às línguas austrais com geral aceitação, em 1856.

Bleek encontrou sucessor condigno no grande linguista alemão Carl Meinhof, cujos trabalhos são fundamentais em linguística africana, merecendo especial relevo a *Introduction to the phonology of the bantu languages*, que é um resumo de sua obra.

Classes nominais: — O traço mais original que apresentam as línguas africanas, marcadamente as bantu, está na divisão do vocabulário em um número determinado de *classes*, que se distinguem entre si por *afixos* próprios a cada uma.

A classe forma uma espécie de sistematização das palavras por grupos, que lembram até certo ponto as declinações das línguas clássicas.

Todavia o critério é diferente e na constituição da classe observam-se não só os prefixos (elemento material), mas também o sentido da palavra (elemento espiritual). Deste modo há uma classe constituída pelos seres humanos, outra pelos nomes de plantas, uma terceira pelos nomes abstratos, uma quarta pelos nomes de líquidos, e sucessivamente[71].

[71] Delafosse, in *Les langues du monde*, p. 468.

O afixo classificador é um *prefixo* no Sudão e na Guiné, bem como no domínio bantu. Ou é um *sufixo*, coisa muito rara, nas línguas do grupo guineo-senegalês como o *peul* ou *fulbi*. E aparecem ambos *prefixos* e *sufixos* juntos ao mesmo radical em certas línguas do grupo voltaico[72].

O afixo classificador de cada termo tem uma importância tão grande que se repete no correr da frase em todas as palavras que com ele se relacionam.

Vejamos uns exemplos de Bleek que cita Jespersen em seu monumental livro *Language.*

Na frase "nosso formoso homem aparece, nós o amamos", a palavra "homem" traduz-se em cafre por *umuntu* e cada vocábulo a ela ligado deve, de acordo com regras fixas, ter um prefixo que lembre o começo de *umuntu*; *mu* ou *u*, ou *w* ou *m*:

*umu*ntu	*w*etu	*omu*chle	*u*yabonakala	si*m*tanda
homem	nosso	bonito	aparece	amamos

A mesma frase no plural muda de prefixo: "homens" = *abantu*:

*aba*ntu	*b*etu	*aba*chie	*bay*abonakala	si*b*atanda
homens	nossos	bonitos	aparecem	amamos[73].

A classe no domínio africano é, portanto, a representante da noção de gênero das línguas indo-europeias e a sua existência domina as línguas bantu[74].

Todavia, como nota um especialista, as línguas negro-africanas tiveram e ainda têm uma tendência para abandonar as classes nominais[75]. Aliás esta tendência é semelhante à manifestada pelas línguas indo--europeias na redução das flexões casuais o que nos é tão conhecido no latim popular.

Distinção acessória entre "nome" e "verbo". — Uma vez desaparecido o afixo ou incorporado ao radical, só a posição da palavra na frase, e nada mais, permite distinguir o nome do verbo. É verdade que em alguns casos, o verbo tem um afixo que lhe designa a conjugação, e o substantivo derivado se denuncia como tal através de seu prefixo de derivação.

Fora disto, em línguas como o *mandinga*, em que as classes nominais desapareceram completamente, a posição passa a ser função.

[72] Idem, p. 469.
[73] Jespersen, Language, p. 353.
[74] Vendryes, *Le language*, p. 113.
[75] Delafosse, *Les langues du monde*, p. 468.

Aspectos verbais. — *Aspecto*, assim se chama a categoria da duração[76].

Pondo de lado o infinito e os particípios, o verbo tem três aspectos fundamentais que originam os restantes, ou com pronomes especiais ou com a ajuda dos auxiliares[77].

O primeiro indica que a ação não está acabada ou está por adquirir, representa, portanto, o presente e o futuro da nossa gramática. Chamam-no "aoristo" os linguistas. O "perfeito" é o segundo aspecto verbal e denota a realização completa da ação ou o seu estado adquirido. Finalmente, o "injuntivo" exprime que a ação se realizou ou se realiza ou no passado, ou no presente ou no futuro, como resultado de outra ação. O injuntivo traduz os nossos subjuntivos, imperativo e optativo.

Sintaxe de posição. — Já vimos que, com o desaparecimento das classes nominais, a posição da palavra na frase lhe determina a função. Independente desta, todas as línguas negro-africanas conhecem uma sintaxe de posição.

Vocabulário. — Impressiona a identidade subsistente na composição do vocabulário negro-africano o qual, nas línguas mais distantes entre si, nos grupos mais afastados, com poucas exceções apresenta os principais elementos formativos de outro grupo qualquer.

Tons musicais. — Menos geral sem dúvida, a tonalidade musical é ausente em algumas línguas, presente em outras e coexistente mesmo em certas línguas.

Nas línguas que o possuem, o tom baixo expressa afirmação, aumentativo, plural e o ouvinte; o tom alto, negação, diminutivo, pejorativo, singular e o falante.

Tratando das línguas sudanesas, particularmente o Yoruba e o Tui, Seligman cita ambas como as mais características do grupo. Observa ainda que a maioria dos seus vocábulos são simples monossílabos geralmente uma consoante seguida de vogal. Daí a importância da entoação. A elevação da voz pode mudar completamente o sentido de uma palavra. Assim, *da*, jogar (em tom baixo), significa cruel (em tom alto); *do*, estar triste (tom baixo), quer dizer dormir com uma entoação média.

Estudadas assim muito imperfeita e vagamente as características das línguas negro-africanas, passemos a precisar alguns fenômenos importantes no estudo do quimbundo.

Fonética. — O quimbundo tem as vogais *a*, *e*, *i*, *o*, *u*, ao lado das semivogais *y* e *w*.

[76] Vendryes, Op. cit., p. 117.
[77] Delafosse, *Les langues du monde*, p. 471.

Não há vogais, como em português, que são mudas no fim da palavra.

As semivogais *y* e *w* aparecem sempre antes de vogal como no português *payol*, *agwa.*

Em quimbundo não existem ditongos e as combinações vocálicas *au*, *ai*, *eu*, *oi*, *ou* são dissilábicas e como tais devem ser emitidas.

Dão-se, porém, na emissão, rápidas contrações vocálicas que se aproximam de ditongos. As principais são as seguintes:

a + a = *a*
a + e = *e* ou *ae*
a + i = *e* ou *ai*
a + o = *o* ou *a*
a + u = *o*, *au* ou *a*

Estas crases e assimilações facilitam-nos a explicação da sorte das vogais átonas quimbundas na passagem para o português. O acento tônico cai geralmente na penúltima sílaba: *ambáta.*

As combinações vocálicas *au*, *ai*, *eu*, *oi* e *ou* quando finais têm o acento tônico na primeira voz: *sái*, *rikáu*, mas se seguidas de consoantes, têm o acento na segunda: *kubaúka.*

As tônicas, em geral, conservam-se na passagem para o português:

sanzála..... *senzala* (e também sanzala)
mbangue..... *banguê*
njimbu..... *jimbo*
macóta..... *macota*
macutu..... *macuto*

As átonas sofrem alterações:

a) síncope de pretônica:

caricúnda..... *carcunda*

b) assimilação:

cakimbu ..... *cacumbu*
nzangu..... *zungu*
cazuli ..... *caçula*

c) dissimilação muito mais comum:

Kijila..... *quezila*
Kitútu..... *quitute*
Mbirimbau ..... *minhoca*

d) u final passa a *o* surdo em português, *u* medial gera *i* algumas vezes:

nguzu ..... *guzu*
macutu ..... *macuto*
lubambu..... *libambo*
munhoca..... *minhoca*

e) nota-se um *z* eufônico em algumas palavras africanas:

angú + *z* + *ó*..... *anguzó*

Esta palavra tem sido considerada nagô pelo sufixo *ô* comum no ioruba, jalofo[78].

Convém notar que certas tônicas do quimbundo se trocam em fonemas homorgânicos ou mesmo muito diferentes:

Bumba ..... *bombo (cp. zabumba)*
Calumba ..... *calombo*
Nzangu..... *zungu*

As palavras do quimbundo, assim como as das línguas bantu, terminam sempre por vogal.

Consoantes. — As consoanâncias são, em maioria absoluta, simples: *b, f, j, p, h, k, l, m, n, ñ, r, s, t, v, x, z*.

As nasaladas formam mais propriamente grupos consonânticos e resultam da aposição *nasal* + *consoante.*

[78] Macedo Soares, *Dicionário Brasileiro*, 1889 pp. 39 e 45.

As consonâncias simples, segundo o ponto de articulação na boca ou a maneira por que se proferem, podem ser classificadas de acordo com o seguinte quadro fonético:

		Velares	Palatais	Dentais	Labiais	
					Labiodentais	Bilabiais
Oclusivas		*quê* *guê*		*tê* *dê*		*pê* *bê*
Constritivas	*Fricativas*			*sê zê* *chê jê*	*fê* *vê*	
	Vibrantes			*lê rê* (fraco)		
	Nasais		*nhê*	*nê*		*mê*

Portanto, o fonema *g* é sempre duro: *tangela* = pron. *tanguela.*

O *s* nunca se sonoriza e adquire o valor de *z: husanesa* = pron. *hussanessa.*

O *r* é sempre brando e nunca forte ou desacompanhado de *i: caricunda.*

O *h* nas palavras em que aparece é sempre aspirado: *h'ógi*, *h'áchi*, *h'uéri.*

A respeito das consonâncias nasais convém frisar que jamais nasalizam a vogal antecedente e sim a consonância seguinte: *ambata* = pron. *a-mba-ta*, *ambula* = pron. *a-mbu-la.*

A nasal palatal *n* deve ser lida como o nosso *nh*: *meña* + pron. *menha.*

As consoantes nasaladas que formam os grupos consonânticos do quimbundo provêm da labial m + as labiais *b*, *p*, *v* e f ou *mb*, *mp* e *mf;* e da dental *n* + as dentais *d*, *j*, *z* e a velar *g* ou *nd*, *nj*, *nz* e *ng*.

Estas consoantes nasaladas ou grupos consonânticos podem ser iniciais em quimbundo e, como naturalmente não existem em português, sofreram alterações nos vocábulos africanos que para ele passaram.

Analisemos algumas dessas alterações:

a) mb — aparecem formas divergentes nas palavras que começam por esse grupo consonântico. Este grupo oferece três tratamentos diversos:

I. Uma vogal prostética fá-lo conservar-se:

mbundu ..... *ambudo*

II. Perde a nasal inicial:

mbirimbau ..... *birimbau*
mbundu ..... *bundo*
mbangala ..... *bengala*
mbunda..... *(nádegas) bunda*

III. Perde a bilabial e conserva a nasal:

Mbirimbau ..... *marimbau*

Em tupi este grupo na passagem para o português sofre o mesmo tratamento, desfaz-se ou em *m* ou em *b*, ocasionando às vezes variantes de um mesmo vocábulo:

mbaêcu..... *baiacú e maiacú*
mbeiú..... *beju e meju*
mbaêtac-a..... *maitaca ou baitaca*[79]

b) O grupo *mg* inicial aparece raramente:

mganga..... *ganga (e mganga)*

c) ng — Sofre três tratamentos:

I. Conserva-se íntegra graças a uma vogal prostética:

Ngola..... *Angola*
nganna..... *angana*

[79] Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, 3ª ed., p. 18.

II. Perde a nasal inicial:

nguzu ..... *guzo*
ngonga..... *gonga*

III. Conserva-se, embora raramente, íntegro e inicial:

ngunga ..... *ngunga (e gunga)*
ngombe ..... *in mariangombe*

d) ng — perde a nasal inicial:

nzangu..... *zangu*
nzámbi..... *zambi*
nzumbi ..... *zumbi*

e) nj — perde a nasal inicial:

njimbu ..... *jimbo*

f) nd — oferece dois tratamentos:

I. Conserva-se íntegro e inicial:

ndenge ..... *ndenge (cp.xmdengue)*
ndongo ..... *ndongo (cp. camundongo)*

II. Perde a nasal:

Ndenge ..... *denge (cp. dengoso)*

Em tupi, o grupo *nd* simplifica-se às vezes dando *n:*

cumã-nd ..... *cumaná, o feijão*
nzumbi ..... *caranay*[80]

[80] Q. do Vale, *Da influência tupi no português*, 1926, p. 31.

g) Acutização — Muitas vezes os vocábulos quimbundos se tornam oxítonos na passagem para o português:

nzangu..... *zungu*
nzumbi ..... *zumbi*

Morfologia. — Quando tratamos das características das línguas, já nos referimos aos afixos classificadores. Limitando-nos ao quimbundo, sabemos que este só tem prefixos.

Era referindo-se aos prefixos que Canecatim, na sua velha *Gramática da Língua Bunda,* falava de quatro "declinações" das palavras "abundas", que se distinguiam "não pela terminação mas pelas letras iniciais"[81].

Hoje conhecemos no quimbundo duas espécies de prefixos *nominais* e *concordantes*; ambas possuem dez prefixos.

Os prefixos nominais indicam a classe a que pertence a palavra:

1ª. classe	Seres animados	*mu*	*a*
2ª. classe	Seres inanimados	*mu*	*mi*
3ª. classe	Instrumentos	*ki*	*ma*
4ª. classe	Objetos de grandeza	*ri*	*i*
5ª. classe	Termos abstratos	*u*	*mau*
6ª. classe	Objetos de extensão	*lu*	*malu ji*
7ª. classe	Termos abstratos	*tu*	*matu*
8ª. classe	Termos verbais	*ku*	*maku*
9ª. classe	Animais	-	*ji*
10ª. classe	Diminutivos	*ka*	*tu*

Os prefixos nominais indicam portanto a *classe* e o número dos substantivos.

Os prefixos concordantes, segundo define o nome, estabelecem a concordância entre substantivos e atributos.

Os prefixos concordantes derivam dos prefixos nominais e a cada um destes corresponde outro prefixo concordante, conforme vemos na tabela seguinte:

[81] *Observações gramaticais sobre a língua bunda ou angolense*, Lisboa, 1859, 2ª ed., p. 6.

	Prefixos Nominais		Prefixos Concordantes	
	Singular	Plural	Singular	Plural
1.ª classe	*mu*	*a*	*u*	*a*
2.ª classe	*mu*	*mi*	*u*	*i*
3.ª classe	*ki*	*i*	*ki*	*i*
4.ª classe	*ri*	*ma*	*ri*	*ma*
5.ª classe	*u*	*mau*	*u*	*ma*
6.ª classe	*lu*	*malu*	*lu*	*ma*
7.ª classe	*tu*	*matu*	*tu*	*ma*
8.ª classe	*ku*	*maku*	*ku*	*ma*
9.ª classe	---	*ji*	*i*	*ji*
10ª classe	*ka*	*tu*	*ka*	*tu*

Apanha-se a relação entre ambos com alguns exemplos:

1ª classe *mu*bika *u*etu .....*u*bik' *a*mi
nosso escravo .....nossos escravos

2ª classe *mu*kolo *u*ami..... *mi*kolo *ia*mi
corda minha..... cordas minhas

em que os primeiros prefixos grifados são nominais e os segundos, concordantes.

Quase sempre os prefixos nominais acompanham as palavras quimbundas na passagem para o português.

Capítulo VI

Influência Africana no Português

O dialeto brasileiro e seus subdialetos. Fatores de diferenciação. Indistinção entre o fator indígena e o africano. O "mina": dialeto crioulo de existência efêmera. O negro e a fonética brasileira. Vestígios africanos na morfologia e na sintaxe. A contribuição negra para o folclore e o léxico brasileiros.

Uma língua que se desenvolve em dois territórios separados, frequentemente, se desdobra. Penetrando nas Ilhas Britânicas, o germânico bifurcou sua evolução, que continuou no continente gerando os dialetos alemães enquanto lá originava o anglo-saxão, língua matriz do inglês[82].

Fenômeno idêntico reproduziu-se com o português transplantado para o Brasil e o falado em Portugal. A diferenciação entre ambos já se fazia notável no século passado, data de alguns estudos de valor e respeito.

Em nossos dias um ilustre fonetista, depois de analisar várias particularidades fonéticas do Brasil, concluía dando-lhe como característico o alongamento das vogais pretônicas, que transmite à elocução um "caráter preguiçoso e lento"[83].

Semelhante dição contrasta com a pronúncia portuguesa que possui mínima "complexidade" das sílabas, gerada pelo enfraquecimento das vogais e o acúmulo das articulações, além de enunciação e delimitação menos claras[84].

Muitos autores, de lá e de cá, se têm empenhado em demonstrar, num excurso patriótico, qual a mais correta e acorde com o gênio da língua, no que se valem não só do português histórico como da opinião de autores estrangeiros.

[82] Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, p. 285.
[83] G. Viana, *Exposição da pronúncia normal portuguesa*, nº 68.
[84] Idem, ibidem.

A nós desinteressa inteiramente tal contenda porque a filologia deve ser um campo de observação, coisa bem diversa de pábulo a discussões mesquinhas.

Limitamo-nos a registrar um fato de há muito verificado por notável filólogo: o português do Brasil constitui um dialeto[85].

Prosseguindo em sua evolução, o dialeto brasileiro diferenciou-se em subdialetos.

Já em 1916, Virgílio de Lemos observava que "a dialetologia ainda não se constituiu entre nós numa disciplina autônoma, com objeto, programa e método próprios"[86].

E é bem doloroso dizer que em 1935 se podia repetir o mesmo! Os nossos filólogos preferem, em maioria, tratar de assuntos lusitanos a encarar os aspectos ricos da dialetologia brasileira.

Antes de um trabalho monográfico, achamos prematura a discriminação dos vários subdialetos. Urge, portanto seguir novos trilhos e organizar planos de pesquisas dialetológicas por todo o país.

Em 1936, dedicamos um estudo especial à evolução da língua portuguesa na América, que intitulamos *O português do Brasil, origens, evolução, tendências*[87], onde se procedeu a um balanço exaustivo da matéria. O problema das transformações linguísticas, ou melhor, da diferenciação linguística no Brasil vem sendo objeto de diversas pesquisas ultimamente.

Baseado em glossários de localismos, Rodolfo Garcia distinguiu as seguintes zonas dialetológicas:

I. Norte: Amazonas, Pará Maranhão;
II. Norte-oriental: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas;
III. Central-marítima: Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro;
IV. Meridional: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul;
V. Altiplana-central: Minas Gerais, Mato Grosso.

Acrescenta logo que essas divisões correspondem mal à realidade e complexidade dos fatos[88].

Lembra a quase exclusividade do índio como elemento de mestiçagem na primeira zona. Para a segunda, observa a predominância

[85] L. de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 159.
[86] *A língua portuguesa no Brasil*.
[87] Editora Civilização Brasileira S. A., Rio.
[88] R. Garcia, *Dicionário de Brasileirismos*, p. 651.

do negro sobre o índio, que vai desaparecer completamente diante do negro na terceira zona. É exatamente esta a zona de influência africana[89].

Antenor Nascentes, em monografia de valor, reconheceu, sob reservas, quatro subdialetos: o *nortista* (Amazonas, Pará e litoral dos Estados desde o Maranhão até a Bahia), o *fluminense* (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas e zona da mata, Distrito Federal[90]), o *sertanejo* (Mato Grosso, Goiás, norte de Minas e sertão do nordeste) e o *sulista* (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e triângulo mineiro)[91].

O mesmo autor esboçou estas divisões num mapa dialetológico do Brasil que publicou em sua notável gramática histórica[92].

Examinando-o, vemos como são vagas e imprecisas estas regiões extensíssimas e também a escassez de dados.

É certo que o Pará e Amazonas formam um subdialeto em que grandemente influiu o indígena. São Paulo possui ainda o dialeto caipira tão cuidadosamente estudado por Amadeu Amaral. O Rio Grande do Sul oferece outro subdialeto, em cuja formação a fronteira desempenha papel capital.

Pernambuco e Alagoas formam um subdialeto bem diferenciado, com características suas, conforme se pode ver no muito valioso estudo de Mário Marroquina, *A língua do nordeste*.

Pensamos mesmo que Minas, sertão da Bahia, Goiás e Mato Grosso constituam o subdialeto central, ou sertanejo, sensivelmente favorecido pelas comunicações do rio S. Francisco e pelas regiões auríferas e diamantíferas.

Generalizadas demais são, porém, as áreas dos subdialetos fluminense e sulista. Afirmamos até que não existem com as extensões que o eminente filólogo lhes destina.

E os fatos impõem esta conclusão: se há núcleos suficientemente conhecidos, no dialeto brasileiro existem vastíssimas zonas por estudar.

E isto pode ser o programa de uma geração.

Como quer que seja, na gênese de sua constituição, o dialeto brasileiro, além da separação do português de Portugal, teve na América outros fatores diferenciais.

A sua enorme superfície não é elemento desprezível em linguística geográfica.

Alterações assim se processaram em sua continuidade geográfica que não se devem atribuir à separação do português transatlântico.

---

[89] Roquette Pinto, Seixos Rolados, Rio de Janeiro, 1927, p. 54.
[90] Hoje Estado da Guanabara.
[91] A. Nascentes, *O linguajar carioca*, 1922, pp. 20 e 21.
[92] A. Nascentes, *O idioma nacional*, IV, 1933, p. 244.

Paralelas a estas, outras há que só intervieram com a transplantação da língua. Referimo-nos à contribuição dos elementos indígenas e africanos. O indígena nunca penetrou em Portugal. O africano chegou a ser conhecido em Portugal, onde foi corrente no teatro cujos personagens cômicos falavam língua de negro.

Gil Vicente, na comédia *Nau de Amores*, dá a palavra a um legítimo negro de Benin, que falava em seu português xacôco para gáudio dos ouvintes[93].

Houve mesmo uma literatura curiosa em que apareciam sonetos, sermões, almanaques e calendários em *língua de preto.*

Leite de Vasconcelos, a respeito, fez um valioso estudo na *Revue Hispanique*, sobre a língua de preto num texto de Henrique da Mota.

Convém notar um fenômeno fonético, a substituição do *lh* por *y* que aparece frequentemente nestas imitações:

> "*doso galiya ruo capam*
> *a mim trazê turo junto*
> *ho* coeyo *co treze pombio*"[94].

Todavia estes textos mostram apenas as alterações do português falado pelo negro, como curiosidade.

Dialetos crioulos, isto é, associação do vocabulário português com a gramática africana, nunca se constituíram em Portugal.

É somente na África que se transformaram os dialetos crioulos guineense e cabo-verdiano, os falares das costas da África, além dos dialetos crioulos do golfo da Guiné: das ilhas de S. Tomé, Príncipe e Ano Bom.

Estes dialetos negro-portugueses constituem um elemento de comparação indispensável para discriminarmos o papel do negro na fonética brasileira.

Justamente aparece aqui um ponto que nunca foi ventilado: a distinção entre o elemento indígena e o africano na formação do dialeto brasileiro.

É lastimável mesmo que fenômenos caracteristicamente negros da nossa fonética sejam aproximados do tupi, com menoscabo da verdade histórica.

Exemplificando: a inexistência do Z em tupi foi suficiente para que a ele se imputasse a transformação do fonema linguopalatal *lh* na semivogal *y: mulher* => *muyé.*

---

[93] Ver o interessante estudo de W. Giese sobre a "Fala dos negros nas obras de Gil Vicente", publicado na *Revista Lusitana*, vol. 30, pp. 251-257.

[94] L. de Vasconcelos, *Esquisse*, p. 50.

Isto resulta da proeminência indevida que se conferiu ao índio com prejuízo do negro na formação da nacionalidade brasileira. Há mesmo aí muita coisa influenciada pelo indianismo de Gonçalves Dias e Alencar.

O negro que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro, que erra pelas florestas...

Se um alicerça obscuramente a economia nacional com a lavoura da cana-de-açúcar e do café, e a mineração do ouro, o outro sugere motivos sentimentais para o passatempo dos elegantes do Império...

Mas, passando ao terreno da filologia, é certo que até o fim do século XVII se falava a *língua geral* em São Paulo e Rio Grande do Sul.

O começo do século XVIII ainda viu uma proporção, entre duas línguas da colônia, de três para um do tupi para o português[95].

Os bandeirantes, exploradores da vastidão do Brasil, foram outros propagandistas insuperáveis do tupi, porque lhe marcaram um lugar invejável na toponímia brasileira. Seria estulto, portanto, menosprezar uma influência secular. A tendência, porém, a exagerar tal influência em detrimento de outras, não se compreende.

O tupi, como filho dileto, teve muito quem dele cuidasse, entre nós; desde o Império que há indianólogos do vulto de Baptista Caetano e Couto de Magalhães, e os africanismos encontraram só em Macedo Soares um precursor notável[96].

Explica-se pela substituição gradual do negro ao índio que se acentua do século XVII em diante, a ponto de no século XIX o índio haver desaparecido praticamente no cenário do país.

É então que atua indelevelmente o fator africano.

Na intimidade da família, na vida do campo bem como na cidade, o negro é uma figura infalível.

Esta transformação étnica reflete-se na esfera linguística, e a língua acompanha a raça na sua evolução.

Língua e raça formam dois elementos que têm evolução paralela a ponto de serem muitas vezes confundidos[97]. Como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialeto crioulo.

Os fatos são diferentes.

No Brasil, deve ter havido dialetos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram.

---

[95] Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, 3ª edição, p. 3

[96] A primeira edição do *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, data de 1888, e foi publicada no volume XIII, dos Anais da Biblioteca Nacional, e só a separata é de 1889.

[97] Ver o interessante estudo Pittard, *Les races et l'histoire*, p. 55.

O *mina* foi uma língua de preto falada na Bahia, até não há muito tempo, pelos africanos e seus descendentes. Sua existência efêmera já cessou[98].

Em certas cerimônias do culto gêge-yorubano, com certeza se falou obrigatoriamente o nagô até recentemente. Todavia, já nas "macumbas", não se fala mais africano, ao que nos conste, havendo não obstante muitas palavras daquela origem no ritual.

Em relação ao Brasil, acha-se assim resolvida a dúvida de Maurice Delafosse que, dissertando sobre os falares negro-africanos, pensa com reservas ainda existirem no Brasil, nas Antilhas, nas Guianas e em outras regiões da América[99].

É insustentável a opinião de Solidônio Leite que buscou para explicar alterações negras do português o contato de negociantes que permaneciam em Angola e Moçambique e depois voltavam para o Brasil.

O negro influenciou sensivelmente a nossa língua popular. Um contato prolongado de duas línguas sempre produz em ambas fenômenos de osmose.

Ao lado da contribuição genérica e imprecisa que deu o africano para o alongamento das pretônicas e a elocução clara e arrastada, deixou sinais bem seus nos dialetos do interior, principalmente.

Analisemos rapidamente essas alterações fonéticas de origem africana.

VOCALIZAÇÃO

O fonema linguopalatal *lh* muda-se na semivogal *y:*

"*Dizem que a* muyé *é farsa*
Tão farsa como papé,
Mas quem matou Jesus Cristo
Foi home, não foi muyé".

(Quadra popular do sul de Goiás).

[98] Franco de Sá, *A língua portuguesa*, Maranhão, 1915, p. 289.
[99] A. Meillet et Cohen, *Les langues du monde*, 1925, p. 560.

Idêntico fenômeno se passa nos dialetos crioulos:

cabo-verdiano — *lh*.....*y:* melhor = *meyor*
guineense — *lh* .....*y:* filha = *fiya*

da ilha de S. Tomé — *lh* transforma-se na semivogal *y:*

folha.....*foya*

da ilha do Príncipe — *lh* é sincopado: orelha..... *uriá*[100].

Convém notar que ainda no campo da filologia românica, o mesmo fenômeno se reproduziu ou tende a produzir-se no:

romeno — a antiga consoante *l* molhado reduziu-se no Norte a *y* semivogal: *foais* ..... folia, *fiu* .....filiu, *muiere* ..... muliere;

francês — o *l* molhado reduziu-se a *y* no interior ou no fim das palavras pelo desaparecimento do som lateral: filie, bataillon, travail => *fye, batayon, travay*. Segundo Bourciez, é esta a transformação mais notável que se deu no francês moderno[101];

espanhol — o *l* molhado está desaparecendo: reduziu-se a *y* no sul da Espanha e excepcionalmente no Norte; o povo de Madri pronuncia *caye* (calle);

Italiano — *o l* molhado reduziu-se a *y* primeiro no Norte e tende a desaparecer até na língua de Roma.

ASSIMILAÇÃO

O fonema *j* passa para o sibilante *z:*

Jesus.....*Zezús*
José .....*Zozé*

[100] L. de Vasconcelos, *Esquisse*, pp. 184-192.
[101] Bourciez, *Éléments de linguistique romaine*, 1923, p. 613.

Antes de *e* e *i,* o *g* transforma-se esporadicamente em *z* no dialeto carioca, o que pode ser um vestígio do africano:

genebra ..... *zinébra*
registro..... *rezisto*[102]

DISSIMILAÇÃO

Ocorre nos grupos consonânticos de elocução difícil:

negro ..... *nego*
alegre..... *alegue*

AFÉRESE

Ao negro se atribuem aféreses violentas:

tá .....= estar
ocê .....= você
cabá .....= acabar
Bastião.....= Sebastião

APÓCOPE

Aparece em *l* e *r* finais:

general.....*generá*
cafezal.....*cafezá*
mel .....*mé*
esquecer .....e*squecê*
Artur .....*Artú*[103]

A queda no *r* final aparece também nos dialetos crioulos da África:

cabo-verdiano — onde às vezes cai: chegar .... *chegá*
da ilha de S. Tomé — onde às vezes cai: *cuié* em vez de colher, ou se troca em *l* arc *irmonlimò,* ou recebe *i* de apoio: flor ..... *flori*
da ilha do Príncipe — cai: vender .....*vendê*

[102] A. Nascentes, *O linguajar carioca*, p. 32.
[103] Franco de Sá, *A língua portuguesa*, p. 288.

da ilha de Ano Bom — ou cai: matar ..... *matá*, ou recebe um *e* de apoio: mulher ..... *miere*, ou alterna com *l*:

Senhor .....*Chiol*[104].

O *r* final desaparece no infinito dos verbos franceses desde o século XVI: *aime* (r), *porte* (r).

Mesmo na linguagem culta do Brasil, o *r* final soa levemente.

METÁTESE

Em português os negros fazem uma transposição do *e* prostético da sílaba *es* para *se:* escuta ..... *secuta*, escola ..... *secula.*

É comum entre eles a frase "Secuta aqui!" correspondente a "Escuta aqui".

Fenômeno análogo sucede também às palavras portuguesas, iniciadas por *es,* que passaram para o cafre:

escova.....*sikova*
escola.....*sicora*
escaler.....*sikarera*
espada .....*supada*
espoleta .....*supoleta*[105]

ROTACISMO

A inexistência do *r* nas línguas bantu originou a substituição do *r* forte português pela linguodental *l* ou o seu abrandamento em *r* fraco:

rapaz.....*lapassi*
carro .....*calo*

Este fato ficou restrito aos negros que ainda continuam a pronunciar assim em Angola:

era ..... *ela*, claro ..... *calado*, fora ..... *fola*[106].

[104] L. de Vasconcelos, *Esquisse*, pp. 184-192.
[105] V. J. Courtois, *Elementos de gramática tetense*, Coimbra, 1900, p. 19.
[106] L. de Vasconcelos, Esquisse, p. 192.

SUARABACTI

Atribuímos também à pronúncia dos negros certos casos de suarabacti:

Cláudio .....*Culáudio*
Clemente.....*Quelemente*
flor .....*fulô*

Justifica esta nossa hipótese o tratamento semelhante que sofrem os grupos consonânticos entre os angolenses que falam o quimbundo:

Rodolfo .....*Rodolofu*
Cristóvão .....*Kirisobo*
Cristina.....*Kirixina*

Homburger observa que em bantu: "Les mots étrangers à groupes de consonnes sont modifiés profondément; ex.:

Kiristi.....Cristo
silivera.....(anglais) silver"[107]

REDUÇÃO

Os ditongos *ei* e *ou*, por influência africana, reduziram-se na língua popular do Brasil:

ei ..... *ê*

cheiro..... *chêro*
peixe ..... *pêxe*
beijo ..... *bêjo*

Este tratamento aparece até na linguagem literária. Raimundo Correia fez a rima *beijo*, *desejo* no soneto *Madrigal:*

"*Te hão de roubar meus sôfregos desejos*
Mas o vento o chapéu lhe arroja aos ares:
A ave, liberta assim, voa... e com ela
Lá se foram também todos os beijos".

[107] "As palavras estrangeiras que contêm grupos consonantais são modificadas profundamente...". *In Lês langues du nonde*, p. 563.

Em Pernambuco e Alagoas, mesmo a gente letrada só pronuncia *quêjo*, *mantêga*, *fêjão*, *dêxe* (M. Marroquina, *A língua do nordeste*).

ou ..... *ô*

lavoura .... *lavôra*
couve ..... *côve*
louco ..... *lôco*

Uma prova evidente desta redução é fornecida pela não alternância do ditongo *oi* com *ou* no Brasil.

A redução dos ditongos acima se operou na mesma direção entre os dialetos crioulos da África, além de ter-se dado o mesmo em certas zonas de Portugal:

cabo-verdiano — os ditongos *ei* e *ou* tornaram-se *ê* e *ô:*
leite .....*lête*, pouco ..... *pôco*
guineense — ligeiro .....*ligêro*, pouco ..... *pôco*
da ilha de S. Tomé — *ei* ..... *ê:* primeiro ..... *plumêlo*
da ilha do Príncipe — identicamente
da ilha de Ano Bom — *ei* em *e, ou* em *o*: terceiro .....*tercelo*,
outro ..... *otulu.*

Na morfologia o negro deixou apenas vestígios o que é explicável pela diferença profunda entre as línguas indo-europeias e africanas.

O vestígio mais notável acha-se no plural conservado pela linguagem dos caipiras e matutos que, deixando o substantivo invariável, dizem sempre: *as casa*, *os caminho*, *aquelas hora.*

O adjunto predicativo entra na mesma regra: as criança tavum *quetu*, as criação ficarum *pestiadu.*

Um *s* prostético, nascido da ligação na frase perde este caráter e agrega-se à palavra: os óio pron. *u-zó-io* e aparece a palavra *zóio.* Isto também acontece em embora, *zimbora:* ele foi *zimbora.*

"Há que zano!" ou "Que zano!" é uma expressão do dialeto caipira em que se deu o mesmo. Aliás, isto sucede à criança francesa que diz: *un zoiseau* porque agrega a *oiseau* o s da ligação: *les oiseaux.*

Outro fato característico dos pretos é a invariabilidade tanto de gênero como de número que apresenta o pronome pessoal *ele.*

E para indicar plural o pronome *ele* pospõe-se ao Artigo definido *os*, conservando todavia a invariabilidade completa no gênero: *osêle*, *eles*, *elas*.

No dialeto caipira, em São Paulo, aparece o mesmo pronome: *zele fôro zimbora*[108].

[108] Amadeu Amaral, *O dialeto caipira*, p. 56.

Temos outrossim ouvido, no Distrito Federal[109], a terminação *am* da 3ª pessoa do perfeito do indicativo soar o átono na pronúncia dos pretos e gente de sua classe: amaram ..... *amaro*, fizeram ..... *fizero*, disseram ..... *dissero.*

O gerúndio, no dialeto de São Paulo, perde o *d* nas desinências, ando.....*ano,* endo.... *eno,* indo .....*ino*, ondo.....*ono: andano*, *veno*, *caíno*, *pôno.* Este fato é atribuído por uns à influência africana, enquanto outros autores o aproximam do tupi[110].

É preciso observar que os poucos verbos em português de origem africana pertencem todos à primeira conjugação: *mandingar, zangar, bongar, carimbar, catingar, banzar, sambar, curiar, maxixar, cochilar, candongar, enquisilar, aquilombar*.

Em Pernambuco e Alagoas, os negros deixaram certos adjetivos no dialeto local:

capiongo	cassange
cafuçu	ingangento
cangulo	macambúzio
manzanza	caçula
buzuntão	capenga
banguelo	fiota
dunga	zorô
granganzá	cutuba

alguns dos quais entraram para a língua literária como *cassange, macambúzio, caçula.* (M. Marroquina, *A língua do nordeste*).

No noroeste é muito comum o apelido *Zumba*, hipocarístico de José. *Zumba* era senhor, chefe entre os negros.

Há certas locuções que foram introduzidas e vulgarizadas no português graças ao negro: angu-caroço, angu-de-negro, banzé-de-cuia, bodum-azedo, azeite-de-dendê, dendê-de-cheiro.

Aparecem estas expressões folclóricas como *João-murundum*, populares como *virou-ogó* (= deu em nada), *dengue-dengue*, *ôrofála* e *fúlo-de-raiva*.

Os derivados nada apresentam de especial: *chuchusada*, *quitandeiro*, *quiabeiro*, *quituteiro*, *maxixeiro.*

Merecem ainda atenção os tratamentos familiares, grandemente alterados em virtude da próclise, *iôiô*, *sirihá*, *sinhô*, *nhã* e *nhô.*

[109] Hoje Estado da Guanabara.
[110] Q. do Vale, *A influência do tupi no português*, p. 48.

A própria linguagem infantil tem um sabor quase africano: *cacá, pipi, bumbum*, *nenem*, *tatá*, *papato*, *lili*, *mimi*, *cocô*, *dindinho*, *bimbinha.*

Na sintaxe, a influência africana é ainda menos sensível.

Os fenômenos de mais importância seriam os de decalque, em que o negro traduziria suas ideias em português, partindo do seu modo de falar africano.

Estes todavia não persistiram nem deixaram de si vestígios. Podemos augurar da sua existência por frases soltas de uma pastoral de D. Correia Neri que assim faz falar um preto: "Por conta de quem camaná, F. não bate caliquaqua?" O Cambône responde: — "Por conta de *caussê*[111] e mais adiante: "Por conta de quem camaná, F. não tem café *cá* — tudo?".

Nota-se em ambos a partícula *ca* que é sem dúvida o prefixo denotativo de alguma classe.

Onde, porém, se há apontado a influência sintática do africano como no português é relativamente à colocação dos pronomes átonos.

No português de Angola e Goa, segundo L. de Vasconcelos, nota-se a mesma vacilação existente na colocação dos pronomes no Brasil[112].

Gonçalves Viana assegura que esta construção sintática é crioula, como as "particularidades de pronúncia brasileira, que das de Portugal se afastam"[113].

E pergunta ainda se não se teriam originado do convívio dos brancos "com inúmera população de procedência africana, especialmente catre".

É possível que assim tenha sido.

Pensamos todavia que, se houve participação do negro na posição dos nossos pronomes, essa foi indireta.

O negro teria tornado acentuado o pronome átono, tê-lo-ia feito *tônico.* Desta forma, deixaríamos de encarar este fenômeno como sintático para considerá-lo simplesmente fonético.

Achamos que em reduzir a fútil e debatida questão dos pronomes a um fenômeno de entonação está o seu desfecho oportuno[114].

A contribuição do negro é opulenta no folclore brasileiro. O léxico brasileiro apresenta uma cópia dos vocábulos africanos a qual não é tão desprezível como a têm pintado.

Analisaremos ambas nos capítulos subsequentes.

---

[111] Apud Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, pp. 380-2.
[112] A Esquisse, p. 192.
[113] Palestras filológicas, p. 130, 2ª ed.
[114] Ver Said Ali, *Dificuldades da língua portuguesa*, p. 79.

Capítulo VII

Folclore

Totemismo e feitiçaria. Teriam sido totêmicos os nossos negros? O incremento da macumba no Brasil. Sobrevivências africanas na poesia popular brasileira. A música dos pretos e seus instrumentos. A tríplice origem ariana, indígena e africana dos contos populares. Dificuldade em discriminar o elemento indígena e o africano. A opulenta contribuição do folclore africano para o folclore brasileiro: contos populares negros.

O totemismo, organização social em que o homem se coloca sob a proteção de um deus *totem* feito animal ou planta, totem este resguardado por uma proibição ou *tabu*, ofereceu, com a escola evolucionista um soberbo espetáculo de universalidade.

Toda uma sociologia edificou-se sobre base semelhante e domina ainda grandemente com os discípulos de Durkheim à frente.

A escola Histórico-Cultural, em sua crítica percuciente, restabeleceu a verdade dos fatos e um pantotemismo é hoje ridículo[115].

Os debates, porém, continuam agudos e sucedem-se as dezenas de teorias sobre totemismo podendo-se assegurar que já não há totemismo mas, totemismos[116].

Infere-se daí quanta cautela é necessária ao tratar-se com assunto tão delicado em que os próprios especialistas têm suas dúvidas.

Analisando, porém as regiões africanas de onde importamos os nossos negros, é certo que se acham incluídas nas áreas reservadas ao totemismo.

Partindo do Sudão, verifica-se a existência de tuna constituição em clãs, caracterizada por totemes entre os Mandê, Fulbe, Haussá, Ewe, Tchi e de modo geral no domínio do Níger como na região interna da Costa da Guiné.

Falando dos Tchi, diz Hartland que "They are divided into totemics clans of 'families' of which the principal are twelve in number"[117].

[115] Schmidt, *Origine et évolution de l'idée de religion*, p. 156.
[116] Van Gennep, *L'état actuel du problème totemique*, pp. 339-352.
[117] "Estão divididos em clãs totêmicos de famílias, das quais há doze principais". S. Hartland, Art. Totemism in *Encyclopedia of religion an Ethics*, 1921, p. 396.

Em relação aos bantu, afirma Hartland serem também totemistas e cita o exemplo dos Bechuana que ocupam o centro da África do Sul e "divided into a number of independent 'tribes' generally called by totemic names and having totemics beliefs"[118].

Na monumental obra de Buschan, a questão do totemismo entre os bantu é exposta minuciosamente e em relação aos diferentes grupos.

Entre os bantu ocidentais, o totemismo existe no norte desde os Fans até os Abadua, que se encadeiam com as tribos que vivem na parte ocidental assim como os Asand. São totemistas os Bangala, Bakuba e alguns Baluba.

Conservam traços totêmicos os Bushongo e os Bakongo[119].

Os bantu orientais possuem uma organização social baseada em algo semelhante ao clanismo totêmico no Uganda e na zona dos grandes lagos.

Muitas vezes foram encontradas entre populações das mais variadas (Wahima, Wanyamwezi, Wagogo, Wahehe, Wafipa, Angoni, Wa-Yao etc.) do norte até o sul, concepções totêmicas em lendas de origens muito diversas.

Finalmente, os bantu meridionais apresentam uma estrutura tribal, entre as tribos Bechuanas como entre os Cafres, fundada num totemismo claramente acentuado que se estende a animais e plantas[120].

Todavia, Maurice Delafosse pronuncia-se negativamente e em sua opinião não há traços certos de totemismo na vasta região da África Ocidental, sendo que tal afirmação procedeu de conclusões precipitadas, logo desvanecidas com "une étude consciencieuse et approfondie des faits"[121].

Se é, porém, duvidosa e constitui um problema delicado a existência de um totemismo com todos os seus caracteres na África Ocidental, aparecem fenômenos que dele relevamos como indígenas nas que se declaram afins com rima espécie animal, afinidade essa já individual, já tribal[122].

Etnógrafos há como N. W. Thomas que admitem para a Nigéria meridional e setentrional bem como para *todas as regiões onde se encontram os Baussás* um verdadeiro totemismo[123].

Desta forma, a opinião de Maurice Delafosse suscita apenas dúvidas que não resolvem e preferimos então ficar ao lado de Artur Haberlandt, Hartland, Thomas, especialistas profundos no assunto.

---

[118] "Divididos num número de tribos independentes, geralmente conhecidas por nomes totêmicos e tendo crenças totêmicas". Idem, p. 397.
[119] Buschan, *Illustrierte Volkerhunde*, I, Afrika, pp. 537 e 538.
[120] Buschan, *Illustrierte Volkerkunde*, I, Afrika, p. 598.
[121] "Um estudo consciencioso e aprofundado dos fatos", *in Les civilisations négro-africaines*, 1925, p. 11.
[122] M. Besson, *El totemismo*, 1931, p. 66.
[123] Van Gennep, *L'état actuel du problème totémique*, p. 273.

A feitiçaria negra, como a que ainda hoje resiste ao aniquilamento no Brasil, é uma derivação totêmica em todos os seus aspectos.

Sofreu influxo do cristianismo, o qual longe de alterar a essência passou por uma adaptação, pois o catolicismo dos nossos negros era um batismo aplicado a seus *orixás,* daí em diante chamados santos.

Mas teriam sido todos totêmicos os povos negros importados no Brasil?

Diante da análise de sua proveniência feita atrás (capítulo IV) e bem assim do totemismo nas regiões correspondentes da África, a resposta seria afirmativa.

Nina Rodrigues, o mais culto e profundo dentre os africanólogos, concluiu que "os Negros importados no Brasil eram todos povos totêmicos"[124].

Esta afirmação estaria exata se o autor tivesse feito uma ressalva para os malês, negros muçulmanos vindos para a Bahia e que lá procederam a verdadeiras guerras santas como manda o Alcorão.

Torna-se esquisita mesmo a ausência de tal ressalva, uma vez que foi o próprio Nina Rodrigues quem chamou a atenção para o proselitismo destes levantes religiosos dos negros maometanos[125].

No estudo *Os malês* feito por Etienne Brasil ainda se evidencia melhor o maometismo daquele povo negro.

O islamismo todavia já se achava estratificado sobre as crenças totêmicas do negro e uma vez desaparecida a coação moral, causa da conversão, ele foi sendo substituído pelo catolicismo.

A alma negra expandiu-se então no culto gege-iorubano e a *macumba* alcançou um sucesso inédito no Brasil.

Organizada em templos ou *pejis*, com seus sacerdotes ou *alufás*, a feitiçaria dispôs seus *orixás* zelados por *Iauôs* e começou a preparar seus despachos ou *ebós*.

Por vezes assumia uma feição dendrolática e adorava-se a palmeira do dendê, *Ifá,* um dos *orixás* mais notáveis.

Irôco, a gameleira de folhas largas, merece especial carinho e encontravam-na muitas vezes rodeada de pratos de *bobó* de inhame, azeite de dendê e galinhas pretas mortas numa poça de sangue...

Também há o diabo. Figura indispensável das criações humanas, *Exu* é capaz de atrapalhar a cerimônia se de início não lhe fizerem sacrifícios propiciatórios.

Apresenta, outrossim, formas litolátricas e *Xangô*, dono das forças atmosféricas, é venerado nos meteoritos e machados de pedra. Xangô é o *orixá* mais popular entre os baianos fetichistas[126].

[124] *Os africanos no Brasil*, p. 262.
[125] *Os africanos no Brasil*, p. 88.
[126] N. Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 334.

Iansam ou Santa Bárbara poderosamente dirige os ventos.

Mas Exu ou Elegbá ou Elegbará ou simplesmente o diabo, bem como Xangô, deus do trovão, e *Xaponan* deus da varíola, não podem ter oratórios dentro das habitações e perambulam pelas encruzilhadas das ruas e das estradas.

S. Cosme e S. Damião, santos católicos, adquiriram foros de cidadania na macumba e tanto na Bahia como no Rio, encontramos sempre os irmãos mabaças ou Ibeji.

Existem orixás superiores e *Obatalá*, o céu, ocupa entre os demais uma primazia régia.

Acima, muito acima, encarregado de dirigir o universo e bem afastado das mesquinharias terrenas, estava *Olorum,* que representa concomitantemente o céu, a terra, o trovão, o raio, uma série de funções indiscriminadas.

Com o tempo, de Olorum brotam dois rebentos: *Xangô,* deus do raio e do trovão, e *Odudua,* a terra mater, a fecundidade, que lembra a *Ceres* romana.

Um dia Obatalá e Odudua uniram-se e surgiram *Aganju*, a terra firme e *Iemanjá*, as águas.

A magia africana perdurou, pois, nas camadas populares com uma insistência notável e as "simpatias" fazem parte das nossas superstições familiares[127].

A macumba no Brasil tomou incremento extraordinário principalmente no século passado, em que suas capitais eram a Bahia e o Rio.

Hoje se encontra em franca deturpação, vítima do grosseiro, gêmea do baixo espiritismo. Perdeu a pureza primitiva e tornou-se um instrumento nas mãos de alguns espertalhões. Sobrevivências totêmicas ainda apareceram nas festas populares, que por sua vez já passaram, mas conservadas na tradição ou em algum recanto do Brasil.

Ainda vimos em Alagoas cheganças e reisados, festas de Natal e Ano Bom. Todavia são resquícios desprezíveis das glórias passadas.

Os Congos, cantados pelo Natal, em que uns pretos vestidos de reis e de príncipes acompanham três rainhas pretas, são um festejo tipicamente negro[128].

Em seus cantos há estribilhos completamente africanos:

"Ó *gingana, ó gingana, ó ginganoé!*
Ginganoé, gilaguelo, ó gibagaloé!"

[127] Hernâni de Irajá, *Feitiços e crendices*, p. 41.
[128] S. Romero, *Cantos populares do Brasil*, 1897, p. 13.

O elemento africano por vezes entremeia-se com palavras portuguesas:

"*Simunga, conguê, allelô!*
Mumbica, mombaça, Rei meu Sinhô!
Abençam de zamuripunga
Que no céu te ponha já,
Amulá, amulequê,
Amulequê, amulá!"[129].

Mário de Andrade, com o talento de sempre, reviveu as tradições desses bailados em sua interessante conferência *Os Congos,* publicada no boletim da Sociedade Felipe de Oliveira.

Vemos ali os costumes dos Reis do Congo, possuidores de cetro e coroa...

Maria Cambinda era outra tradição africana, calunga carregada em cortejo pelos negros.

No Rio houve também os *Cucumbis*, festejo trazido da Bahia por alguns pretos baianos. Semelhantes aos *Congos*, apresentam certas alterações introduzidas pela magia[130].

Com efeito, o *quimbôto* ou feiticeiro é um personagem central.

Vejamos estes versos africanos:

Capataz

Mala quilombé, ó quilombé...
Mala quilombé, ó quilombé...

Adiante ainda há mais:

Feiticeiro

E... Mamaô! E... Mamaô!
Ganga rumbá, sinderê iacô
E... Mamaô! E... Mamaô!

[129] Gustavo Barroso, *Através dos folclores*, p. 107.

[130] Mário de Andrade traçou um quadro amplo e bem documentado das danças africanas e tupis no excelente ensaio *As danças dramáticas do Brasil*, onde aponta o remanescente e vivo, ao lado do já desaparecido, da contribuição negra na coreografia brasileira.

Todos

Zumbi, matequêrê,
Congo, cucumbi-ôyá.

Feiticeiro

Zumbi, Zumbi, óia Zumbi!
Óia mameto muchicongo
Óia papéto.

Coro

Zumbi, Zumbi, óia Zumbi[131]

Aparecem também canções nagôs na Bahia como a seguinte:

"Ocu babá
Ocú gêlê
Negro nagô
Virou saruê".

Não se prestam os textos acima a um comentário linguístico, porquanto não sabemos que critério presidiu à sua colheita.

Contudo aí ficam como material folclórico e como vestígios africanos na poesia popular brasileira. Por acaso a única em que se de para um vestígio do totemismo animal é a Festa dos Mortos, realizada em Alagoas e de que nos deixou Melo Morais Filho uma descrição minuciosa[132].

Até 1888, celebraram os negros das várias nações tais ritos, de preferência em recônditos afastados, duas vezes ao ano.

Como eram noturnas, preferiram-se sempre as noites claras de lua cheia e assim corria a festa durante três dias.

A abstinência do álcool e da carne começava dias antes, a fim de preparar os celebrantes para o jejum e as rezas, com que se iniciava a comemoração.

Vestidos de túnicas brancas, gorro da mesma cor, velavam a primeira noite em lúgubres orações, acompanhadas de melopeias soturnas.

[131] M. Morais Filho, *Festas e tradições populares do Brasil*, p. 163.
[132] Idem, pp. 333 e 342.

Pela madrugada do segundo dia, aproximavam-se das covas recém-abertas os sacrificadores negros que levavam na direita uma machadinha e pela esquerda conduziam os cordeiros alvos.

Ao vibrar a hora da matina, as lâminas desciam sobre o pescoço das vítimas e o sangue derramado no buraco do chão era coberto de terra.

Recolhiam-se depois.

O terceiro dia chegava com o banquete funerário e as danças evocadoras.

Trajavam então à moda africana, com turbantes e panos da Costa, miçangas, saias rendadas e leves chinelinhas.

Assim serviam aos presentes a opulenta culinária africana. Os acarajés, acassás, aberens, afurás, bobós de inhame, arroz de Haussá, anguzô, quigombôs e vatapás, todos aqueles pratos derivados da combinação azeite de dendê, pimenta, milho e arroz.

E depois dos quitutes, vinham os batuques...

E esta música negra revestia todas as solenidades do culto fetichista. Os batuques, muitas vezes ouvidos nas caladas das noites, exerciam uma função religiosa, como também festiva.

Aliás, o africano aliava sempre os folguedos às suas manifestações religiosas, acompanhadas de expansões sexuais exigidas pelo ritual macumbeiro...

Da influência profunda que lhe exercia na alma a música fetichista, diz bem a abundância dos instrumentos musicais que, na emigração da terra natal, seguiam os pobres cativos.

Foi na Bahia onde melhor se apreciou este papel da música que tanto acalentava o espírito do negro, ferido pelo banzo.

No começo do século XIX, a Bahia aos domingos fervia com atoarda dos batuques, e os senhores de escravos, indignados com a perturbação de seu repouso dominical, chegaram a ir ao Conde dos Arcos, então governador, para lhe pedir a extinção. E o Conde, em resposta, alegou que os batuques constituíam uma medida administrativa...

Eis por que ainda lá se encontram em remanescência nos candoblés, onde os têm visto os estudiosos da africanologia.

Manuel Querino descreveu os principais. Mas ficou reservado a Artur Ramos fazer o melhor estudo que conhecemos sobre a música fetichista dos candomblés, bem como sua interpretação psicanalítica.

Depois de rapidamente dividir os instrumentos de música em:

a) *idiofones,* aqueles cujo som é produzido pela vibração própria (percutidores);

b) membranofones, som de vibração de membrana tensa (tambores);
c) cordofones, som produzido pela vibração de cordas distendidas (Arcos musicais);
d) aerofones, em que a vibração sonora é produzida por uma coluna de ar (flautas);

salienta a quantidade de instrumentos membranofones dos africanos e a ausência dos cordofones, uma vez que estes pertencem a ciclos mais adiantados[133].

Entre os membranofones, salienta Artur Ramos três espécies de atabaques: "um grande a que dão os negros o nome de *rum*; um médio, ou *rumpi*; e um terceiro, menor, *lé*".

São estes derivados do primitivo *tam-tam* africano, que era uma pele distendida de animal num tronco oco de madeira. Em seguida, o *tam-tam* começou a ser fabricado com barris de madeira fechados em uma extremidade, com uma pele distendida na outra destinada a ser percutida com a mão ou com pequenas varetas.

Existem ainda os tambores de guerra, que são atabaques de vários tamanhos, desde os pequenos *batás* até os grandes *ilus* e *batás-cotôs.*

Lembra Manuel Querino o *batá-cotô*, tão usado pela tribo Egbá e cujo som infernal alucinava o ânimo dos negros, em seus levantes contra os senhores. Seu aparecimento constante nos levantes de escravos determinou a proibição expressa da sua importação desde 1835.

Entre os idiofones, o negro trouxe para o Brasil o *canzá* ou *ganzá*, feito de cana, com orifícios e talhas transversais, o qual tanto aparece no acompanhamento de suas canções.

Outros idiofones por eles trazidos são o *adjá*, pequena campa de metal; o chocalho, além do curioso *xaque-xaque* ou *chequerê.* Bem interessantes são o *auge* ou *piano de cuia*, formado de uma cabaça vazia, com pequenos seixos no interior e coberta por uma rede de fios em cujos nós se acham presos pequenos búzios; e o *agôgô*, dupla campânula de ferro.

A *marimba* tão usada pelos negros também é conhecida na América Central.

Afinal como instrumento aerofone devemos lembrar o *afofiê,* pequena flauta de madeira.

Estes instrumentos marcam o ritmo nas festas religiosas dos negros e como lembra Artur Ramos, eminente etnólogo que se tem feito o continuador de Nina Rodrigues, destinam-se à invocação dos "santos".

[133] A. Ramos, *Notas de etnologia*, Bahia, 1932, p. 4.

De uma excursão que fez a um candomblé da Bahia, trouxe aquele médico-legista esta impressão:

> ...numa vasta sala quadrangular, onde tem início as cerimônias do culto, reúnem-se as *filhas de santo* para a dança, cujo ritmo é marcado por três *atabaques* e um *agôgô.* O ritmo, típico, de interrupções sincopadas, que caracterizam a música negra, varia para cada invocação sucessiva ao santo correspondente. O som soturno no atabaque grande é entrecortado pela tonalidade mais alta do médio e pequeno, e pelo ritmo bitonal do agôgô[134].

Oneyda Alvarenga, em um estudo muito interessante sobre *A influência negra na música brasileira,* depois de uma análise dos instrumentos musicais e bailados negros, coincide com Mário de Andrade "ao pensar que, ao negro coube, em essência, o papel de colorir o material procedente da Europa". Desse colorido nasceu a música negra popular.

E foi esta música negra fonte de que emaram estilizações civilizadas como o *tango*, o *samba*, o *maxixe* na América do Sul, e os exageros norte--americanos, visceralmente sexuais, o *charleston,* o *shimmy...*

Com efeito, segundo lembra Ortiz, a *danza* cubana, a *hábanera,* o *danzón,* os bailados mais genuinamente cubanos, se tocam, bailam e cantam "como los *tangos* negros más africanos"[135].

Quanto ao papel do negro na música erudita brasileira, atingiu seu maior relevo no período 1920-1940, em consequência do movimento da "Semana de Arte Moderna", sobretudo através do influxo de Mário de Andrade sobre os compositores de sua geração, principalmente Francisco Mignone.

Essa contribuição se nota sobremodo nos compositores nacionais com os ritmos e a coreografia do negro em seus aspectos rituais, observa o musicólogo Vasco Mariz.

Corroborando essa inclinação para o colorido já aludida, quase todos os tipos de danças de origem africana já foram apresentados na música erudita, seja em amplos painéis orquestrais, seja em miniaturas para piano solo. Em ambos os setores, os compositores brasileiros revelaram-nos, de preferência, o negro em seu aspecto exterior, quase primitivo, num bailado sem fim. Na canção, possuímos obras do ciclo negro com texto africano (Exemplo: *Xangô*, de Heitor Villa-Lobos) ou com palavras portuguesas, alteradas pela pronúncia dos pretos no Brasil (Exemplo: *Canção das Mães Pretas,* de Francisco Mignone). Em geral, as

[134] A. Ramos, *Notas de etnologia*, p. 9.
[135] *De la música afrocubana*, p. 14.

canções de origem negra ou são acalantes ou cenas de macumba. Na música de câmara e na música coral poucos traços de influência negra podem ser encontrados.

O aproveitamento de constâncias negras na música brasileira erudita remonta ao advento da corrente nacionalista. Alberto Nepomuceno (1864-1924), precursor daquele movimento renovador, compôs, na última década do século passado, a *Série Brasileira*, para orquestra, da qual faz parte um valioso batuque. A influência do elemento negro sobre Villa-Lobos (1887), o fixador da música nacionalista no Brasil, tem sido diminuta, pois o compositor carioca está impregnado da música seresteira, que lhe forneceu material para os seus maiores sucessos artísticos, ou procura reproduzir, sem resultado apreciável, ambientes indígenas. Dentre a obra de Villa-Lobos ressaltamos apenas as canções *Xangô*, *Estrela é Lua Nova* e *Cantilena,* simples mas eficazmente harmonizados.

A segunda geração nacionalista soube, porém, expressar, em traços vigorosos, essa influência. Francisco Mignone (1897) transportou para a orquestra ritmos negros, valorizados pela colorida instrumentação que caracteriza sua obra. A *Congada* (1921) faz parte da ópera *O Contratador de Diamantes* e constituiu seu primeiro êxito no gênero. Revestem-se de especial importância os bailados *Maracatu do Chico Rei, Babaloxá, Batucagé* e *Leilão.* É forçoso ainda referir a sua obra pianística e os *lieder*, os mais numerosos e os mais interessantes do ciclo negro na música erudita. Mignone abandonou definitivamente tal orientação estética. Lorenzo Fernandez (1897) não tem óbvia preferência pelos negros, mas deu à música brasileira três de suas peças mais populares: o batuque da suíte orquestral Reisado do Pastoreio, o batuque da ópera *Malazarte* e a canção *Nega Fulô*, todos internacionalmente conhecidos e de mérito indiscutível, no gênero. Da mesma geração, ressaltamos ainda Frutuoso Viana (1896), autor de conhecidos trabalhos pianísticos, dentre os quais *Dança de Negros, Corta Jaca* e *Miniaturas.* Brasílio Itibirê (1896), que escreveu a *Série Litúrgica Negra*, para piano solo. Jayme Ovalle (1895), que compôs *Três Pontos de Santo*, para canto e piano, estudos de ambiente de macumba. Ernâni Braga e Hekel Tavares, ambos autores de canções muito populares.

Na geração seguinte, encabeçada por Camargo Guarnieri (1907), o ciclo negro entrou em declínio. O citado músico paulista escreveu algumas canções interessantes, como *Sai Aruê,* de rítmica curiosíssima, e a *Dança Negra,* composta para piano solo, com apreciáveis qualidades de sonoridade e coreografia. É também digna de menção a obra de José Sequeira (1907), autor de três canções sobre textos do grande poeta Manuel Bandeira e do bailado *Senzala.*

É sobretudo nos contos populares onde bem se patenteia a influência do colono preto em contato com as nossas camadas humildes. Surgem dificuldades quando se pretendem dissociar os elementos tríplices ariano, indígena e africano na formação do folclore brasileiro. Se o Ariano ressalta logo com relativa facilidade, permanecem o indígena e o africano em meias tintas de que resultam confusões.

Sílvio Romero foi o primeiro a haver-se com semelhante óbice e, apesar de todas as cautelas, fez confusão, segundo demonstram estudos posteriores.

Baseado nas observações de Couto de Magalhães, Sílvio organizou uma série de contos todos indígenas, em sua opinião, a que denominou o ciclo do jabuti.

Todos os contos em que figurava a tartaruga, o cágado ou o jabuti atribuía sempre ao índio, exceto um que deixou ao branco.

Ora, nos contos ou fábulas da África negra, variam os heróis com as comarcas.

No Sudão costuma ser a lebre, no Baixo Níger, a tartaruga; e em outras regiões a aranha[136].

Há, portanto, ciclos de tartaruga na África e Hartt já derivava alguns contos do Amazonas daquelas paragens[137].

A. Ellis, autor de *The Yoruba Speaking Peoples of Slave Coast of West Africa* (Londres, 1894), descreveu numerosos contos africanos semelhantes aos nossos do ciclo do jabuti.

Finalmente, Chatelain, notável conhecedor do assunto, afirmou categoricamente que

> The Indians of Brazil tell a long string of adventures of the Turtle or Tortoise *(Jabuti),* in which it gives many proofs of its shrewdness. Nearly all those tricky feats of the Turtle are found in African folk-lore, from the Sahara to the Cape, though they are sometimes played by other animals than the Tortoise[138].

Com efeito, Compare-se o conto brasileiro de Sergipe "O cágado e o teiú" com o conto africano da Costa dos Escravos "Alô sobre a tartaruga e o elefante", e à primeira vista se verifica que o primeiro foi moldado sobre o segundo.

---

[136] Delafosse, Los negros, p. 96.

[137] B. de Magalhães, O folclore no Brasil.

[138] "Os índios brasileiros têm uma longa série de lendas envolvendo o cágado (jabuti), nas quais ele sempre demonstra sua esperteza. De um modo geral, essas mesmas aventuras se refletem no folclore africano, do Saara à Cidade do Cabo, embora em algumas delas o cágado seja substituído por outro animal". In *Folk-tales of Angola*, Boston — New York, 1894, p. 302.

Conto brasileiro de Sergipe: "O cágado e o teiú" (Dr. Sílvio Romero):

> Foi uma vez, havia uma onça que tinha uma filha, o teiú queria casar com ela e o amigo cágado também.
> O cágado, sabendo da pretensão do outro, disse em casa da onça que o teiú para nada valia e que até era o seu cavalo. O teiú, logo que soube disto, foi ter à casa da comadre onça e asseverou que ia buscar o cágado para ali e dar-lhe muita pancada à vista de todos e partiu.
> O cágado, que estava na sua casa, quando o avistou de longe, correu para dentro e amarrou um lenço na cabeça, fingindo que estava doente. O teiú chegou na porta e o convidou a darem um passeio em casa da amiga onça; o cágado deu muitas desculpas, dizendo que estava doente e não podia sair de pé naquele dia. O teiú teimou muito: "Então", disse o cágado, "você me leva montado nas suas costas". "Pois sim", respondeu o teiú, "mas há de ser até longe da porta da amiga onça". "Pois bem", respondeu o cágado, mas você há de deixar eu botar o meu caquinho de sela, porque assim em osso é muito feio". O teiú se massou muito e disse: "Não, que eu não sou seu cavalo!", "Não é por ser meu cavalo, mas é muito feio". Afinal o teiú consentiu. "Agora, disse o cágado, deixe botar minha brida". Novo barulho do teiú e novos pedidos de desculpas do cágado, até que conseguiu pôr a brida no teiú e munir-se do mangual, esporas, etc. Partiram, quando chegaram em lugar não muito longe da casa da onça, o teiú pediu ao cágado que descesse e tirasse os Arreios, senão era muito feio para ele ser visto servindo de cavalo. O cágado respondeu que tivesse paciência e caminhasse mais um bocadinho, pois estava muito incomodado e não podia chegar a pé. Assim foi enganando o teiú até à porta da casa da onça, onde lhe meteu o mangual e as esporas a valer. Então gritou para dentro de casa: "Olha, eu não disse que o teiú era meu cavalo? Venham ver!". Houve muita risada e o cágado, vitorioso, disse à filha da onça: "Ande, moça, monte na minha garupa e vamos casar". Assim aconteceu com grande vergonha para o teiú.

Conto africano da Costa dos Escravos (Ellis):

> Meu alô, é sobre a tartaruga e o elefante.
> Um dia, a fada de cabeça pelada disse aos outros animais que ela era capaz de fazer do elefante seu cavalo, mas todos os animais declararam: "Não, tu não és capaz de montar no elefante". Ela replicou: "Bem, eu aposto que hei de entrar na cidade montada no elefante". E os outros animais aceitaram a

aposta. A tartaruga foi à floresta procurar o elefante e encontrando-o disse-lhe: "Meu pai, todos os animais andam dizendo que você não vai à cidade porque é muito desajeitado e corpulento". O elefante ficou muito zangado e disse: "Os animais são uns bobos. Se eu não vou à cidade é porque prefiro ficar no mato. Além disso, eu não conheço o caminho da cidade". "Oh! disse a fada de cabeça pelada, então venha comigo. Eu lhe ensinarei o caminho da cidade e você fará os animais corridos de vergonha". O elefante aceitou e partiram os dois. Quando estavam próximos à cidade, disse a tartaruga: "Meu pai, estou muito cansada. Deixa eu subir nas suas costas". "Pois não", disse o elefante. Ele ajoelhou-se e a tartaruga subiu-lhe às costas. Seguiram caminho. A fada de cabeça pelada propôs então: "Meu pai, quando eu coçar suas costas você deve correr e quando eu bater com minha cabeça nas suas costas, você deve correr mais depressa ainda: assim você fará uma figura muito bonita na cidade". O elefante disse: "Perfeitamente". Ao chegar perto da cidade, a tartaruga coçou as costas do elefante e este pôs-se a correr. Bateu nas costas do elefante com a cabeça e o elefante correu ainda mais. Quando os animais viram isto, ficaram pasmos. Todos estavam em suas casas olhando das janelas. E a tartaruga gritou-lhes: "Eu não disse que entrava na cidade montada no cavalo de meu pai?". "O que quer dizer "cavalo de seu pai?", perguntou o elefante enfurecendo-se. "Eu estou caçoando com você", disse a tartaruga. Mas o elefante viu que os outros animais estavam rindo-se e ficou ainda mais enfurecido. "Espera que eu vou atirar-te aqui nestas pedras duras e quebrar-te em pedaços", gritou ele. "Isto é muito bom, disse a fada calva. Atire-me aqui. Isso quero eu. Tenho certeza que não hei de morrer nem ferir-me. Se você quer matar-me, deve levar-me ao atoleiro. Lá sim, eu morrerei afogada na lama e na água". O elefante acreditou nela; correu ao atoleiro e atirou a tartaruga na lama.

Levantou a pata para esmagá-la, mas a fada calva mergulhou no lodaçal e saiu em outro lugar. Então ela gritou aos animais que estavam olhando: "Eu não disse que havia de entrar na cidade cavalgando o cavalo de meu pai?". O elefante, vendo que não podia apanhar a fada de cabeça pelada, voltou a toda a brida para as matas. Assim que chegou lá disse aos outros elefantes: "Sabem vocês o que aquela costas-quebradas me fez?" E contou a eles a história. Os outros elefantes disseram: "Você foi um maluco para levar aquela costas-quebradas à cidade". E desde então os elefantes nunca mais puseram os pés na cidade".

Além disso, opulenta e característica contribuição nos deixou o africano com aqueles contos que podemos englobar num ciclo do quibungo.

Restrito à Bahia, Silva Campos fez uma ótima colheita de contos do quibungo, os quais juntos aos colhidos por Nina Rodrigues pessoalmente formam um vasto material para o folclorista.

Outro ciclo de contos se prende ao mito da "mãe d'água" ou *Yemanjá*, tão bem estudado por Artur Ramos e Joaquim Ribeiro.

Os contos negros quase todos pertencem à mítica zoológica e uma das figuras centrais é sempre a tartaruga, *longozoé*, ou o quimbundo, macaco cabeludo cuja boca está nas costas, ou a Aranha, *anansi.*

Nestes perpassa em geral pela meada imaginosa a astúcia, qualidade mais que dileta do africano.

Uma interpretação psicanalítica do folclore africano foi compreendida, com êxito, por Artur Ramos, em seu notável livro, *O negro brasileiro.*

Além desse estudo, constituído por materiais em sua maioria inteiramente novos, há uma exposição modelar dos temas folclóricos analisados com grande largueza de vista, na obra *O folk-lore negro do Brasil.*

Ramos dividiu aí o estudo dos sedimentos da cultura negra por três categorias: a sobrevivência mítico-religiosa, a sobrevivência histórica e a sobrevivência totêmica.

A sobrevivência mítico-religiosa, analisada no primeiro capítulo, já é bem conhecida do leitor de *O negro brasileiro.* Parece que o autor desejou completar o assunto do novo volume (aliás, conquanto obedeçam a um plano, são independentes), repetindo matéria já conhecida.

Pelo contrário, os Congos e Quilombos trazem dados inteiramente novos, coligidos na Bahia e em Alagoas, donde o autor é natural.

Nenhum autor encarou essas danças dramáticas à luz dos conhecimentos científicos esposados por Artur Ramos, que lhe deu uma interpretação através da psicanálise. Os *Congos* seriam uma sobrevivência das lutas do matriarcado, dos filhos roubados ao poder da mãe.

Quanto aos *Quilombos* o material é completamente novo.

Assim afirmamos porque vimos aquela festa popular em Viçosa (Alagoas) quando menino.

As lembranças que guardamos foram avivadas pela descrição de Alfredo Brandão, reproduzidas por Ramos.

Os Quilombos representam uma sobrevivência dos Quilombos de Palmares, cujos negros fugidos à escravidão procuraram vingar a raça perseguida pelos brancos...

E lembramo-nos muito daquela quadra, muitas vezes ouvida, no engenho, da boca dos negros e caboclos:

Folga negro
Branco não vem cá,
Se vié
Pau há de levá.

São todos os recalcamentos que vêm à tona, a parte submersa do *iceberg humano*, as grades relaxadas da prisão ambulante que é o homem da psicanálise...

E também as reivindicações do ódio do negro ao caboclo pretensioso transparecem nestes versinhos:

Folga parente
Cabôco não é gente.

E nas variantes deste tratamento do branco pelo negro, o ariano não sobe a melhor preço, como nesta quadra de Pilar (Alagoas), minha terra natal:

Folga nego
Branco não vem cá
Se vié
O diabo há de levá.

Onde, porém, mais bem evidenciada se encontra a sátira do negro contra o branco é no lundu de Pai João, que Ramos reproduz num dos capítulos mais interessantes do volume (O *folk-lore de Pai João*), abaixo transcrito:

"Quando iô tava na minha tera
Iô chamava capitão
Chega na tera dim baranco,
Iô me chama — Pai João.

Quando iô tava na minha tera
Comia minha garinha,
Chega na tera dim barranco,
Cáne seca co farinha.

Quando iô tava na minha tera
Iô chamava generá

Chega na tera dim barranco,
Pega o cêto vai ganhá.

Dizafôro dim baranco
Nó si pori aturá
Tá comendo, tá... drumindo.
Manda negro trabaiá.

Baranco — dize quando more
Jezucrisso que levou,
E o pretinho quando môre
Foi cachaça que matou.

Quando baranco vai na venda
Logo dizi tá'squentáro,
Nosso preto vai na venda
Acha copo tá viráro.

Baranco dize — preto fruta,
Preto fruta co razão:
Sinhô barranco também fruta
Quando panha casião.

Nosso preto fruta garinha
Fruta sacco de feijão;
Sinhô barranco quando fruta
Fruta prata e patacão.

Nosso preto quando fruta
Vai Pará na coreção
Sinhô barranco quando fruta
Logo sai sinhô barão"[139].

E realmente como é delicioso o contraste desta última ironia, o preto quando furta vai para a "Correção", o branco quando furta sai logo "Sinhô Barão"...

Como estas, há muitas outras coisas de substancial para a psicologia étnica ou social do nosso povo na obra de Ramos.

[139] *Lundú de Pai João.*

E assim depois de examinar as sobrevivências históricas, passa ele ao estilo dos resíduos totêmicos entre nós.

Os africanos transportaram para o Brasil as suas práticas totêmicas que subsistiram francamente entre nós, quer no baixo espiritismo, quer no Carnaval.

O Rio de Janeiro nos dias dos ranchos, lembra uma passeata de alguma tribo totemista, com homens pintados de vermelho para se protegerem do diabo e divindades animais, velhos resíduos tribais...

Quando Ramos analisou o Carnaval da Bahia com os seus *Pândegos da África*, do Rio com a sua célebre Praça Onze, nós acreditamos piamente naquele "inconsciente coletivo" da teoria de Jung...

E as "Praças Onze" representam de fato um símbolo do *paideúma* afro-brasileiro, na sua vasta interpenetração de culturas...

Mas não podemos esquecer aqui os capítulos nucleares do livro. Ramos estabelece para os contos africanos que desempenharam influência no folclore brasileiro três gêneses principais:

I — grupo proveniente de esfacelamentos míticos e heroicos;
II — grupo composto de todos os contos de sobrevivência totêmica;
III — grupo constituído pelas demais formas do conto popular: reminiscências históricas, contos morais.

Passando ao estudo dos contos populares brasileiros, Artur Ramos reconhece nos contos de *kibungo* um ciclo de transformação e transcreve o material colhido por Nina Rodrigues e Silva Campos.

Procurando interpretar através da psicanálise os contos populares, Ramos segue a via traçada em outros países por Rank, Libelrer, Lorenz, e Reiz.

A simbologia aparece então com toda a sua base sexual, desfile de "phallus", de complexos de castração, de mães-fálicas, de motivos de desmame e circuncisão...

Em *O Negro brasileiro* criticamos o autor ter acentuado a palavra *bantú*. Os termos africanos sofrem acutização na passagem *popular* para o português. Mas *bântu* é termo erudito e Ramos se convenceu disso porque não o acentua mais como oxítono.

Identicamente, *batuque* nada tem que ver com *bater* como pensa Ramos[140].

É termo do landim *batchuque,* tambor, baile por extensão do sentido. E Delgado já tinha feito essa pesquisa que referimos adiante no Vocabulário *sub verbum.*

[140] *O folk-lore negro*, p. 145.

Um esclarecimento desejamos acrescentar. *Cuíca,* roedor, é termo quéchua. Vem de *kohue,* como lembra Rodolfo Garcia[141].

Cuíca, tambor, é um instrumento cujo som parece arrombar, roer em suma. A origem pois talvez seja ameríndia, em vez de africana, assimilada à *puíta* angolense, como quer Ramos[142].

Assim como a *teoria solar* para a explicação dos contos populares veio a passar, talvez algum dia seja rejeitada a interpretação psicanalítica.

É o que nos parece. A psicanálise semelha uma interpretação de momento para o folclore. Talvez até de moda...

Dois livros de muito interesse apareceram sobre temas negros, sendo uma monografia de Edison Carneiro, *Negros bantus* (já conhecido como o pesquisador de *Religiões Negras*) e outro de Gonçalves Fernandes, *Xangô do Nordeste.*

É interessante notar a influência negra em certos mitos indígenas, notadamente no mito indígena do caipora que passou a ser um preto[143].

Outro tanto acontece com as versões de contos europeus em que se imiscui a mão do negro.

Seria interessante que se fizesse uma seleta dos contos negros, o que, junto às produções da nossa literatura relativas ao negro, passaria a constituir um material coordenado e abundante para estudos posteriores[144].

É interessante anotar também a fraseologia brasileira relativa ao negro, coligida na Bahia por D. Pierson:

Negro não nasce, aparece.
Negro não casa, se ajunta.
Negro não dorme, cochila.
Negro não come, remoe.
Negro não vê, espia.
Negro não penteia o cabelo, espicha.
Negro de luva é sinal de chuva.
Negro vestido de branco é mosca no leite.

Material como esse ainda há muito por coligir. E se a linguagem é psicologia estratificada, muito dá que pensar.

[141] *Dicionário de Brasileirismos*, Introdução.
[142] Op. cit., p. 155.
[143] B. de Magalhães, *O folclore no Brasil*, p. 120.
[144] Antônio Cícero escreveu um valioso Artigo no Jornal do Comércio, intitulado "Literatura Negra".

Capítulo VIII

O Negro na Literatura Brasileira

O negro na vida da família brasileira. Casas-grandes e senzalas. O abolicionismo e seus reflexos na literatura. O introdutor do negro na literatura brasileira. Poetas da escravidão. O negro no romance nacional. Contos e peças de teatro. A lascívia do negro na veia satírica de Gregório de Matos.

Se a semelhança de climas favoreceu a aclimatação do negro no Brasil, mais ainda lhe ajudou a adaptação o tratamento benévolo, que em geral recebia do senhor brasileiro.

O contato íntimo e prolongado entre brancos e negros, desde cedo, motivou o mestiçamento, o qual com a interpenetração de sangue desfez as antinomias de raça.

A esse respeito notou o etnógrafo americano Donald Piérson: "São talvez poucos os lugares do mundo, onde a interpenetração dos povos pertencentes a 'stocks' raciais diversos se tenha realizado tão continuamente e em escala tão extensa". E de fato assim sucedeu na civilização brasileira.

Foi este caldeamento, de consequências tão felizes para a nossa arianização, o causador da elevação social do mestiço, objeto de prestígio colonial.

É o mulato muitas vezes o feitor do engenho, aquele que toma as contas aos negros vadios e manobra o relho à vontade do senhor de engenho.

Aquele mulato, que odeia os brancos porque ainda não é branco e despreza os negros porque já não é negro, o mulato cheio de prosápia, que chega a pretender as filhas brancas do senhor de engenho — é o tipo que tão bem descreveu Afrânio Peixoto, em um livro de fecundo nacionalismo — *Fruta do Mato.*

É ainda graças à mestiçagem que o negro sobe de condição, do eito passa a ser agregado da família do branco, e ocupa misteres caseiros, o *moleque* de recados, a *mucama* arrumadeira...

Aproximam-se casas-grandes e senzalas no terreno do sexo, e são senhores brancos que se amigam a escravas concubinas, pretos que iniciam às vezes a filha do senhor...

Não sem razão, notou Wanderley Pinho na sua magistral *História de um engenho do Recôncavo* (1552- 1944), essa interpenetração de raças, que às vezes dificultava a nobilitação de muitos fazendeiros:

> A Carta de brasão exigia solicitação direta com justificação da ascendência de avós, em que muitas vezes os que estavam subindo na escala social ouviam ressoar a nota desafinada de uma bastardia, ou viam escurecer-lhe as pretensões pinta de sangue de "nação" ou raça Angola.

No Brasil, a escravidão muitas vezes deixa de ser uma página de sangue para ser um quadro de lascívia... E muitos termos chulos nos vieram da língua daqueles negros.

Daí vem a observação científica, embora maliciosa, feita por Gilberto Freyre de que no Brasil a *sifilização* precedeu a *civilização...*

Belo estudo sociológico oferece a vida rural passada nos engenhos de açúcar ou nas plantações de café, em que convivem os elementos europeu e africano. E merecem todo elogio estudos sérios como o de Gilberto Freyre, que em *Casa-Grande & Senzala* nos traçou e reviveu instrutivos quadros dessa vida.

A nosso ver, *Casa-Grande & Senzala* terá sido um dos maiores livros aparecidos no Brasil nesses últimos anos.

O maior elogio que dele se poderá fazer é que esse livro humaniza a Ciência.

Os nossos avós fazendeiros, os antepassados barões por obra e graça de donativos recompensados pelo nosso Imperador magnânimo, que faziam da rede seu trono, entram galhardamente na História do Brasil preocupada até então com os fastos exibicionistas da política...

E como que toda uma galeria de mortos ressurge e desfila reconhecida perante o Autor que os tirou do esquecimento...

Assim Gilberto penetra a nossa psicologia social quando escreve:

> A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo o brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido a religião de família e influenciado pelais crendices da senzala. O estudo da história íntima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana; os Goncourt já o chamavam "ce roman vrai"[145].

[145] Obra citada, p. 30.

2.ª Div:
Pl. 19 25
Dess. d'ap. nat. par Rugendas.
Lithog.ª par Vigneron
CRÉOLES.

4e Div.
Pl. 11
BLANCHISSEUSES À RIO JANEIRO.

E mais adiante interpreta ainda:

> Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história íntima despreza-se tudo que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida; mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar; é outro meio de procurar-se o "tempo perdido". Outro meio de nos sentirmos nos outros — nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou à nossa. É um passado que se estuda tocando os nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos.

Este o novo modo de escrever a história da nossa civilização, a acrescentar às principais teorias da História do Brasil, partindo de Martius, de Buckle, de Teófilo Braga, de Oliveira Martins, dos discípulos de Spencer e de Comte... ou de Burckardt ou Huizinga.

Da superioridade do processo Gilberto Freyre dirá a aceitação extraordinária de *Casa-Grande & Senzala* cujos milheiros já se esgotaram teimosa e vorazmente desde 1933[146].

Quantos quadros não aparecem aí como a do senhor de engenho deitado na rede que requerem a pujança renovadora de um Portinari!

O estilo de Gilberto parece qualquer coisa como sorvete nos tempos de calor, uma coisa que se desmancha gostosamente refrescando a alma...

Gilberto Freyre retirou a carranca da Ciência e o espantalho de uma língua culta inteiramente artificial desaparece de sua obra.

É um alívio e um desafogo, cuja simetria está na surpresa, a leitura de *Casa-Grande & Senzala.*

Quanto ao negro são numerosas as observações originais, a interpretação sociológica do material colhido que permitem seguramente falar numa sociologia do negro brasileiro.

Duas observações notáveis se podem citar de tão grande acervo, o negro como fator da boa alimentação e da democratização social do ambiente brasileiro.

Falando dessa miscigenação, que acarretou a elevação social, diz com fina observação:

[146] Coincidindo com os nossos pontos de vista, o ilustre Professor Lewis Hanke, da "Library of Congress", Washington, publicou um artigo muito valioso, Gilberto Freyre: historiador social brasileiro, New York, 1939. Aí estuda a influência norte-americana na obra do nosso grande pesquisador.

> A Índia e a negra Mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadradona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido da democratização social do Brasil (p. 15).

Quanto à alimentação, problema que só agora começa a ser ventilado em nossa terra, Gilberto observa que "O escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade" (p. 69).

Eis aí o grande escândalo do acaso — o negro escravo melhor nutrido que o senhor branco!

Entretanto causas econômicas explicam essa benemerência...

Prosseguindo nessa árdua para ele, mas agradável tarefa para o público, Gilberto publicou em 1936 mais outro livro, de valor menor embora, *Sobrados e Mocambo*[147].

O título reporta-se à decadência do patriarcado rural no Brasil, terminando por uma análise, verdadeiramente soberba, da ascensão do bacharel e do mulato em nossa civilização.

Mas o negro, descurado pelos nossos antecessores, nunca chegou, a exemplo do índio, a determinar uma corrente literária. Nada que se pareça com indianismo.

Quando muito o abolicionismo suscitou um movimento que se refletiu em nossas letras, desordenadamente, esparso, pura produção individual.

Só Castro Alves, vibrante de talento e de mocidade, consegue repercussão e através da beleza do *Navio Negreiro* e das *Vozes d'África* obtém, para a raça negra, a justiça reparadora da simpatia para uma opressão secular. E ainda volta ao tema predileto na *Cachoeira de Paulo Afonso* e na *Tragédia no Lar*. Mas seu lirismo, ofegante como sua vida curta, abafa a naturalidade da vida diária, da vida simples e trabalhosa que leva o negro do eito.

A malícia da raça, os sambas e folguedos, o lado sadio não aparece. E passada a escravidão, desoprimida a nossa cultura com a abolição, escasseiam os leitores para as declamações lamurientas, à Vítor Hugo.

Todavia se diga que o introdutor do negro em nossa literatura não foi Castro Alves e sim um poeta maranhense, Trajano Galvão que viveu entre 1830 e 1864[148].

---

[147] De Gilberto Freyre apareceu em 1937 o volume Nordeste, estudo ecológico sobre a influência da cana-de-açúcar naquela região, onde o negro aparece como um elemento dinâmico dentro de uma zona típica do Brasil. Ali como em toda parte, o português evidenciou as qualidades de grande povo colonizador.

[148] Amadeu Amaral, "A literatura da escravidão", in *Revista no Brasil* nº 29 — maio de 1918.

Com as poucas poesias conhecidas no gênero — o *Calhambola, Nurajan* e *Jovino* — o *senhor de escravos,* e principalmente a *Crioula,* de malícia muito sutil — Trajano Galvão abria um precedente que foi seguido por Carlos Alves, Celso de Magalhães e Melo Morais Filho.

Trajano, porém, escolhe linguagem e assunto compatíveis com o preto escravo e por isto sua obra ganha em realidade.

Ouçamos a *Crioula,* de suas poesias a mais interessante:

"Sou cativa... qu'importa? folgando
Hei de o vil cativeiro levar!...
Hei-de sim, que o feitor tem mui brando
Coração, que se pode amansar!...
Como é terno o feitor, quando chama,

À noitinha escondido co'a rama
No caminho — ó crioula, vem cá! —
Há hi nada que pague o gostinho
De poder-se ao feitor no caminho
Faceirando, dizer — não vou lá —?

Tenho um pente coberto de lhamas
De ouro fino, que tal brilho tem,
Que raladas de inveja as mucamas
Me sobrolham com ar de desdém.
Sou da roça; mas sou tarefeira...
Roça nova ou feraz capoeira,
Corte arroz ou apanhe algodão,
Cá comigo o feitor não se cansa;
Que o meu côfo não mente à balança
Cinco arrobas e a concha no chão!

Ao tambor, quando saio da pinha
Das cativas, e danço gentil
Sou senhora, sou alta rainha,
Não cativa, de escravos a mil!
Com requebros a todos assombro,
Voam lenços, ocultam-me o ombro,
Entre palmas, aplausos, furor!...
Mas, se alguém ousa dar-me uma punga,
O feitor de ciúmes resmunga,
Pega a taca, desmancha o tambor!

Na quaresma meu seio é só rendas,
Quando vou-me a fazer confissão;
E o vigário vê coisas nas fendas,
Que quisera antes vê-las nas mãos
Senhor padre, o feitor me inquieta;
É pecado?... não, filha, antes peta.. .
Goza a vida... esses mimos dos céus
És formosa... e nos olhos do padre
Eu vi coisa que temo não quadre
Co'o sagrado ministro de Deus...

Sou formosa... e meus olhos estrelas
Que traspassam negrumes do céu;
Atrativos e formas tão belas
Pra que foi que a natura mos deu?
E este fogo, que me arde nas veias
Como o Sol nas ferventes areias,
Por que arde? Quem foi que o ateou?
Apagá-lo vou já — não sou tola...
E o feitor lá me chama — ó crioula!
E eu respondo-lhe branda 'já vou...'"[149].

Indiscutivelmente, estes versos têm o encanto de uma sensualidade refinada, que se mostra com a simplicidade da natureza.

É este o estilo de Galvão.

Celso Magalhães no poema *O Calhambola* esboça um quadro bem positivo da vida levada pelo escravo fugido.

Superior a todos em virtude de colocar-se no ambiente da escravidão, Melo Morais Filho, poeta, lembra bastante o folclorista adstrito aos fatos.

Dos *Cantos do Equador e Mitos e Poemas* emergem pequenos quadros, muito fiéis, da escravidão como *Partida de escravos, A feiticeira, Escravo fugido, Cantiga do eito.*

Vicente de Carvalho deixou um belo poema *Fugindo do Cativeiro*.

Guilherme de Almeida, em nossos dias, celebrou as virtudes do negro em seu esplêndido livro *Raça*.

Ainda em versos, há uma poesia de Sílvio Romero sobre os *Palmares*, mas lembramos apenas essa joia de Raimundo Correia que é *Banzo*.

[149] *Três liras*, p. 12.

Em nossos dias, como produção sugestiva sobre temas africanos, danças e tradições, numa versificação modernista, merece citação, *Urucungo*, de Raul Bopp.

Jorge de Lima publicou Poemas Negros, onde incluiu aquela joia celebrada de todos que é *Essa nega fulô*...

Cassiano Ricardo, em *Martim Cererê*, trouxe algo de insubstituível — dentro da poesia modernista — sobre o negro brasileiro:

"E grandes lágrimas de opala
lhe estrelaram a face negra, à hora do jongo,
como se o pobre preto, em sua noite escura,
conseguisse acender as estrelas do Congo..."

Em prosa, ao lado de contos esparsos, como *O caso da vara*, de Machado de Assis, em *Páginas recolhidas*, existe de José de Alencar, *O demônio familiar* cujo protagonista é um tipo negro — o moleque.

O negro ainda volta à cena em outras peças de teatro *A mãe*, de Alencar, drama comovente.

Também Artur Azevedo em *O Dote*, e no conto em verso *Escrava*; Júlia Lopes de Almeida na *Família Medeiros*, e Júlio Ribeiro em *A carne* não esqueceram o negro, que lhes perpassa pela obra como personagem principal ou figurante em destaque.

Luís Guimarães Júnior nos deixou um enredo amoroso em *A mucama*, caso da moça rica por quem finge se apaixonar um elegante interesseiro, cujos projetos a mucama da casa consegue frustrar por um beijo dado nela pelo tal, que não vira a apaixonada escondida.

O romantismo de Joaquim Manuel de Macedo também não esqueceu, em *Vítimas Algozes* o elemento africano.

Pela mesma época, Bernardo Guimarães compôs uma história de quilombolas para as suas *Lendas e Romances*.

No romance nacional brilham, sobretudo, duas obras de fundo negro, pela riqueza das observações, fluentes dos costumes negros: *Rei negro*, de Coelho Neto e *O Feiticeiro*, de Xavier Marques.

Focalizam ambos a vida africana nas regiões em que ela foi mais intensa: Bahia e Rio.

Rei negro mostra a aspereza e dissolução dos costumes entre os africanos, nas fazendas do Estado do Rio, em que os negros e negras se pegavam nas bagaceiras, como se fosse a continuação do Paraíso...

Macambira é um negro de estirpe real, que rebate esta luxúria da sua raça e incide no ridículo ou no temor dos companheiros.

Quer a salvação, o reerguimento do seu povo e, como novo *soba*, governá-lo com justiça... Casa com a mucama do fazendeiro, a Lúcia, de alma branca como os dentes... E na ausência de Macambira, Lúcia é violentada pelo insaciável estudante de medicina, filho do fazendeiro. Nasce o filho branco que traz a morte de Lúcia e a loucura de Macambira...

O feiticeiro descreve a alma nagô no que ela possui de mais íntimo — a feitiçaria. Através do estilo vigoroso de Xavier Marques, desfilam os quadros das macumbas.

Ali Xavier Marques nos deixou uma descrição "clássica" de macumba, com uma técnica só reproduzida por João do Rio, em *As religiões do Rio*. É a cena de muitas famílias que apelam para o feiticeirismo a fim de casarem as filhas... Os amantes que recorrem àquele poder sobrenatural para a reconciliação...

Sousa Carneiro, outro romancista baiano, escreveu, em 1934, *Furundungo*, romance em que o herói é um negro cavador, furão, daí o nome...

Em *Banguê* de Lins do Rego, aparece também um personagem negro, o feitor Nicolau, dedicado como um cão ao senhor de engenho.

Jubiabá é o grande romance negro que o talento de Jorge Amado publicou, alcançando um êxito extraordinário.

Ali o tema social prevalece: é a exploração dos negros escravos pelas classes ricas.

Estilização vibrante, viva como um filme de cinema, é a macumba descrita por Graça Aranha na *Viagem maravilhosa* (p. 288):

> A mãe de santo levantou-se e entrou no meio da roda. Dançava soberanamente. Erguia a cabeça, gingava o corpo esguio, marchava leve, airosa, faceira. Os macumbeiros batiam palmas, sambando sempre. A música esforçava-se. O cheiro negro azedava o ar. A rainha de Luanda cantava no compasso da dança. O frenesi crescia. A camisa alva, transparente, chegava apenas às coxas oleosas, cobrindo o ventre e os quadris, que enegreciam a brancura da cambraia. Continuou a dançar, concentrada, fervorosa. Os devotos batiam as mãos pesadas e as cabeças duras. As vozes altas, esganiçadas, das mulheres erguiam-se sobre as vozes baixas e roucas dos homens. Dançavam aos berros frenéticos, exasperados de devoção e luxúria. O pai de santo animava-se com os seus lamentos piedosos. Amélia arrancou a camisa. Delírio. A negra esguia, flexível, ardente, empinava a cabeça e os peitos. O ventre entrava, os quadris retezavam-se, o sexo empombava. Eh! Macumba. Outras negras despiram-se, magras, esqueléticas, gordas, bojudas. Saracoteavam, rebolavam nos braços dos

> homens alucinados. Uma cafusa dava gritos, pulava, queria morder e caiu convulsa, em espasmos, debatendo-se no chão. Homens e mulheres dançavam em fila, em torno da rainha de Luanda e da epilética. Balbina, possessa, esperneava aos pés do pai de santo...

Em torno de temas históricos, o negro ainda aparece em novelas. *Domingos Jorge Velho*, de Mário Wanderley, é um episódio da escravidão: o quilombo dos Palmares. É pena que o autor tenha laivos de romanticismo, enfeando algumas páginas de mérito.

Em gênero semelhante, aproximando-se o mais possível dos fatos históricos, Pedro Calmon, ilustre historiador, romanceou a insurreição das senzalas em *Malê*.

É certo que a africanologia brasileira se tem desenvolvido muito, de 1933 para cá.

E — sintoma do interesse geral pelo negro — foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife em 1934, e a que concorreram notáveis expoentes da cultura brasileira. Os *Anais* do Congresso foram publicados, reunindo trabalhos de diferente valor mas sempre de interesse. Realizou-se na Bahia o 2° Congresso Afro-Brasileiro, com a colaboração até de pesquisadores americanos ilustres como Melville Herskovits.

Mas a lascívia do negro já tinha rendido muito nas mãos de Gregório de Matos. O temperamento luxurioso, a vida boêmia, o desastre do matrimônio, tudo ajudou a Gregório fazer das negras o conforto maior da sua incontinência... E os insucessos, as negaças tornavam o poeta impiedoso contra as pretas relutantes... Daí a vindita: a sátira, "válvula de segurança" do nosso poeta.

E carinhos rejeitados transfiguravam-se nas mãos de Gregório em sátiras mordentes.

Ronald de Carvalho, crítico dos mais finos e elegantes da nossa literatura, apanhou bem a concepção do amor, em Gregório de Matos, "mais prático do que idealista, mais passageiro que constante", cujas "estrofes amorosas são, por via de regra, convites, com prazo certo e imediato, para rápidos momentos de gozo e de prazer"[150].

E referindo a observação de um biógrafo de Gregório, lembra ainda Ronald de Carvalho que "não voava distante, no Recôncavo, sua inspiração, pois para as lascivas mulatas, e para as torpes negras, é que comumente se afinou pela maior parte tão deliciosa poesia"[151].

[150] Ronald de Carvalho, *Pequena história da literatura brasileira*, 4º ed., 1929, p. 127.
[151] Ronald de Carvalho, *Pequena história da literatura brasileira*, 4º ed., 1929, p. 113.

Vale a pena, como fecho a este esboço, ouvir um "romance" do *Boca do Inferno*, que, à parte alguns termos chulos, representa a veia satírica do poeta, num legítimo disfarce freudiano à sua despeita rancorosa:

"*A uma mulata chamada Córdula*

Córdula da minha vida,
Mulatinha da minha alma,
Leda como as Aleluias,
E garida como as Páscoas:

Valha-te Deus por cabrinha,
Valha-te Deus por mulata,
E valha-me Deus a mim,
Que me meto a guarda cabras.

Quando te apolego as tetas,
Como uns marmelos inchados,
Me dão tentações, porque
Cuido que são marmelada.

Tu me matas por donzela:
Porque, Córdula, te gabas
Do virgo, sendo que Virgo
Nunca em Capricórnio anda.

Passei pela tua porta,
Estavas junto da casa,
Chamei-te, achei-te cortês,
Vieste e foste tirana.
Porque apenas to pedi,
Quando me viraste a anca
Por um cabaço que finges,
Me deste mil cabeçadas.

Enfim me deste o sim,
Com que creio que me enganas,
Porque se há xim-xim de brancos,
Tu és o xim-xim das cabras.

Por esta cara te juro
Que me levando a virotada,
Me hás-de rondar pela porta,
Me hás-de puxar pela capa".

Satírica, volume II.

Vocabulário

Advertência

Este vocabulário só contém termos africanos usados no Brasil ou empregados por escritores brasileiros. Sempre que possível procuramos dar a abonação respectiva. Outro tanto tentamos fixar para cada vocábulo a sua área geográfica.

Na presente edição corrigimos vários erros relativos à localização ou generalização do vocábulo. Acrescentamos muitos termos novos mas infelizmente não nos foi possível ver as observações de João da Silva Campos, *Notas à margem de um bom livro*, artigo publicado na *Revista da Academia de Letras da Bahia* sobre este livro, onde acrescenta 61 verbetes ao presente vocabulário, segundo refere Artur Neiva, nos seus *Estudos da Língua Nacional*, p. 43.

Donald Pierson afirma ter coligido 300 palavras de origem africana comumente usadas na Bahia (cf. *Brancos e Pretos na Bahia*, p. 165), mas como não as publicou, ignoramos o que seja novo nessa contribuição.

Os nomes de lugares aparecem documentados nos mapas, que se distribuem ao longo desse vocabulário.

Futuramente, organizaremos um texto com a toponímia de origem africana.

Que o leitor veja a explicação dos mapas acima, feita pelo Prof. Carlos Cantão.

Quanto aos termos de Angola e Moçambique e demais possessões portuguesas na África, compete a um português dessas regiões a coleta dos termos locais.

ABARÁ: sm.: bolo de feijão preto frito em azeite.

ETIM.: é vocábulo da língua ioruba (B. Rohan).

Ar. geog.: Bahia.

ABON.: "... o *abará*, que é o mesmo bolo (acarajé) envolvido em folhas de bananeira, cozido em água e sal, em vez de ser feito em azeite" (N. Rodrigues, 1932, p. 181).

ABEDÊ: sm.: leques de Oxun usados pelos pais de santo (A. Ramos, *Horizontes*, p. 33).

ETIM.: é termo empregado na feitiçaria gêgê-nagô.

ABEREM: sm.: acassá com açúcar.

ETIM.: vocábulo da língua ioruba (B. Rohan).

Ar. geogr.: Bahia.

ABON.: "... o *aberem*, espécie de acassá com açúcar" (N. Rodrigues, 1932, p. 182).

ACARÁ: sm.: bolos de feijão cozido, fritos em azeite de dendê com pimenta malagueta.

ETIM.: termo da língua ioruba; em daomeu *acará*, pão e em fulbe, *acrá*.

Ar. geogr.: Bahia e Rio de Janeiro.

ACARAJÉ: sm.: o mesmo que acará.

ETIM.: do ioruba *acará*, bolo + *jeh*, comida.

Ar. geogr.: Bahia e Rio de Janeiro.

ABON.: "E os guisados esquisitos, os Carurus, *acarajés*, o Arroz de Haussá, africanamente condimentados" (M. M. Filho, Festas e Tradições, p. 338).

ACASSÁ: sm.: pasta de milho, água e sal.

ETIM.: vocábulo da língua ioruba, oriundo da Costa dos escravos, na África ocidental onde é um prato nacional.

Ar. geogr.: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

ABON.: "... o acaçá, pasta de pó de milho em água e sai" (N. Rodrigues, 1932, p. 182).

ACHANTI: sm.: nome de um povo negro importado da África.

ETIM.: pensamos que se deriva de *fan*, planta + *di*, comer; tendo sido a forma primitiva *chandi*, e depois *achanti*. Esta ETIM. encontra justificativa no folclore achanti (Keane).

ADJÁ: sm.: instrumento músico.

ETIM.: termo africano de ioruba.

ABON.: "*Adjá.* Campas de metal amarelo: convidam os crentes para a cerimônia de dar comida ao santo" (M. Quirino, 1927, p. 187).

ADARRUM: sm.: toque apressado, ininterrupto, usado na música negra para invocar o santo.

AFOFIÊ: sf.: pequena flauta de taquara com bocal de madeira.

ETIM.: vocábulo iorubano.

Ar. geogr .: Bahia.

AFURÁ: sm.: bolo de arroz fermentado.

Ar. geogr.: Bahia.

ABON.: "Um cheiro azedo de *afurá* começou a enjoá-la" (X. Marques, 1922, 151).

AGÊ: sm.: cabaça envolta num traçado de algodão com pequenos búzios presos às linhas. É o piano dos africanos. Existe também a forma *aguê*.

AGOGÔ: sm.: instrumento de dupla campânula.

ETIM.: pensamos que este termo vem do ioruba agogô, sino (D'Avezac).

Ar geogr.: Bahia e Rio de Janeiro.

ABON.: "nos atabaques de tanoaria, agitavam ganzás e *agogôs* de dupla campânula" (P. Calmon, Malês, p. 28).

AGUXÓ: sm.: espécie de legume.

Ar geogr.: Bahia.

ABON .: "...frutos, legumes, produtos da Costa (xóxó, *abuxó*, azeite de dendê). (N. Rodrigues, 1932, p. 155). Houve erro de N. Rodrigues, pois a palavra é aguxó, segundo informa A. Neiva.

AIÊ: sf.: festa que celebrava entre os nagôs o ano novo.

ETIM.: termo iorubano.

AIÚ: sm.: jogo dos africanos formado de doze orifícios onde punham os *aiús*, pequenos frutos de cor de chumbo.

ALUÁ: sm.: bebida feita de arroz cozido, açúcar e sumo de limão. Também pode ser feita de milho.

ETIM .: do árabe *haluah*, através do quimbundo *ualáa*, cerveja de milho, com acutização. Sobre a origem da bebida escreve Varnhagem: "A bebida do *aluá* pode ser introdução da Ásia mas alguns a têm por africana" (Varnhagem, História do Brasil, 3ª ed., I, p. 282).

ABON.: "Marcela franziu a testa, cantarolou uma seguidilha, entre dentes; depois queixou-se do calor e mandou vir um copo de *aluá*" (Machado de Assis, Braz Cubas, Garnier, p. 58).

ALUFÁ: sm.: sacerdote dos negros maometanos.

ETIM.: do árabe, mas trazido pelos negros.

Ar. geogr.: Bahia e Rio.

ABON .: Os alufás têm um rito diverso: são maometanos com um fundo de misticismo" (P. Barreto, As religiões no Rio, p. 5).

ALUJÁ: sm: dança sagrada no candomblé.

ETIM.: da língua ioruba.

ABON .: "As mulheres feitas *iauôs* dançam o alujá e também o jêguedê" (H. de Irajá, 1932, p. 161).

AMBROZÓ: sm : comida feita de farinha de milho, azeite de dendê, pimenta e outros temperos.

Ar. geogr .: Pernambuco.

AMBUNDO: adj.: o mesmo que quimbundo.

ETIM.: do quimbundo mibunda com a vogal prostética *a*.

AMURÉ: sm: era o nome que os malês davam ao casamento.

ETIM.: termo árabe, mas foi trazido pelos negros maometanos.

ANAMBUCURU: sf.: divindade dos negros que habitava os lagos, mares e rios e por isso chamada mãe d'água.

ANGANA: s.: tratamento que os escravos davam à senhora.

ETIM .: do quimbundo *nganna*, senhor, com *a* prostético. Pensamos que seja uma abreviação de *nganna mug'attu*, senhora.

Ar. geog. : Estado do Rio.

ANGU: sm.: massa feita de fubá de milho ou mandioca.

ETIM.: termo africano.

Ar. geogr.: termo geral no Brasil.

ANGUZÔ: sm.: comida de ervas que se come com angu.

ETIM.: composto de *angu* + *z* eufônico + *ô*, desinência esta peculiar ao ioruba.

Ar. geogr.: Pernambuco.

AQUILOMBAR: verbo intr.: reunir-se em quilombos.

ETIM.: derivado de quilombo.

ARINGA: sf.: campo fortificado entre os negros na África.

ETIM.: termo cafreal.

Ar. geogr .: usado só entre negros.

ABON .: "Elesbão devera ter sido um príncipe, aprisionado pelos chefes de outras tribos na sua *aringa* destruída" (X. Marques, 1922, p. 47).

ASSÍQUI: sm.: bentinho, escapulário.

ETIM.: termo africano usado em feitiçaria.

ABON .: "Talismãs sagrados dos rituais cabindas — *assíquis*" (H. de Irajá, 1932, p. 5).

ATABAQUE: sm.: tambor oriental.

ETIM .: do persa *tablak*, diminutivo de *tabal*, com o *a* prostático que Dalgado julga ser o antigo árabe. Apresenta as variantes *tabaque* e *tambaque*. Pensamos que foi introduzido no Brasil pelos escravos africanos, pois o utilizavam muito em seus batuques.

AXÊXÊ: sm.: cerimônia preliminar à missa de sétimo dia.

ETIM.: termo africano do ioruba.

Ar. geogr.: Bahia.

BABÁ: sm.: pai de santo.

ETIM.: pensamos que vem do ioruba *babá*, pai, segundo nos diz D'Avezac. É provável que o termo familiar comum no Brasil babá ou ama-seca se ligue à mesma filiação.

Ar. geogr .: Bahia e Rio de Janeiro.

ABON.: quadra popular da Bahia:

"Ocu *babá*
Ocu gêlê
Negro nagô
Virou saruê..."

BABAÇA: sm.: irmão gêmeo.

ETIM .: apresenta a forma *mabaça* o que nos faz pensar no grupo quimbundo *mb* que teria originado estas divergentes.

BABALAÔ: sm.: sacerdote graduado na feitiçaria negra.

ETIM.: termo africano do ioruba que se liga ao radical *babá*, pai.

Ar. geogr.: usual na feitiçaria do Rio e da Bahia.

ABON.: "De tal maneira estão sugestionados, que vão logo aos *bábalaôs* indagar do futuro" (João do Rio, *As religiões no Rio*, p. 14).

BABALORIXÁ: "pai de santo".

ETIM.: composto de ioruba *babá*, pai, e orixá, santo; feiticeiro.

Ar. geogr.: Pernambuco.

BABALOXÁ: sm.: sinônimo de babalaô.

ETIM.: prende-se ao radical ioruba babá, pai.

Ar. geogr .: empregado na feitiçaria do Rio.

ABON .: "Talvez os *babaloxás* conheçam essas influências que muita gente nega" (H. de Irajá, 1932, p. 57).

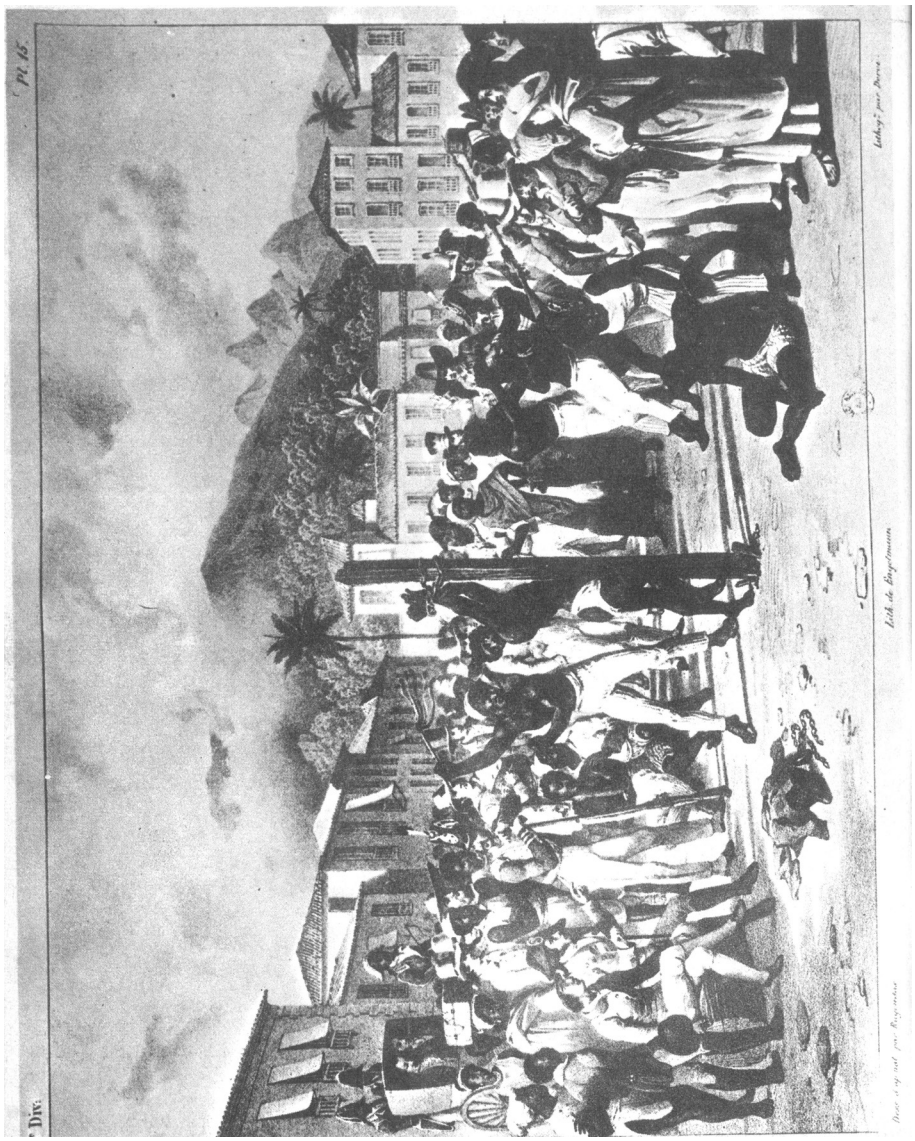
BABATAR: verbo intr.: apalpar, tatear.

ETIM.: do quimbundo prefixo verbal ku + babata, apalpar.

Ar. geogr.: usado no Estado do Rio (M. Soares, 1889).

BAIANI: sf.: festa que encerrava o ano religioso dos Nagôs.

2e Div.
Pl. 17.
Dess. d'ap. nat. par Rugendas.
Lithog.e par Maurin.
MOZAMBIQUE.



ETIM.: termo iorubano.

Ar. geogr .: Bahia.

BAMBÁ 1: sm.: dança dos negros ao som do estribilho *Bambá sinhá! bambá, querê!*

ETIM.: do quimbundo *mbamba*, jogo, com acutização.

Ar. geogr.: outrora usual nos Estados do Rio, Minas, São Paulo, Bahia; hoje palavra morta.

BAMBÁ 2: sm.: borra do azeite de dendê.

Ar. geogr.: Bahia.

BAMBAQUERÊ: sm.: dança do bambá.

ETIM.: do radical quimbundo *mbamba* + *querê*, alteração talvez de querer.

Ar. geogr.: Rio Grande do Sul.

BAMBARÉ: sm.: Arruaça, vozeria.

ETIM.: termo quimbundo.

BAMBÊ: sm.: toponímico, sinônimo de limite, aceiro.

ETIM.: do quimbundo *mbambi*, limite, com acutização.

Ar. geogr. : Estado do Rio (R. Garcia, R. L. P., p. 158).

BAMBULA: espécie de guitarra.

ETIM.: termo quimbundo.

BANGUÊ: sm.: I, engenho de açúcar do tempo colonial; II, ladrilho de taxas nestes engenhos; III, a fornalha de objetos de cozimento do caldo; IV, trançado de cipós para carregar bagaço; V, cadeirinha antiga de tração animal; VI, padiola de conduzir cadáveres.

ETIM.: do quimbundo *mbanguê* (M. Soares, 1889).

Ar. geogr .: Mato Grosso, Goiás, Minas, São Paulo, Bahia e Pernambuco.

ABON.: VI, na quadra popular da Bahia:

"Negro gêge quando morre
Vai na tumba de banguê
Os parceiros vão dizendo:
Urubu tem que comê".

BANGUELA 1: sm.: nome de um povo negro embarcado em Benguela. Há também a forma benguela.

BANGUELA 2: adj.: pessoa sem os dentes da frente.

ETIM.: provém do costume dos banguelas que Arrancavam os dentes da frente em criança.

BANGUELÊ: sm.: briga, desordem.

ETIM.: termo africano (M. Soares).

Ar. geogr.: Minas.

BANGULA: sf.: embarcação de pesca.

ETIM.: termo quimbundo.

Ar. geogr.: Rio de Janeiro.

BANGULÊ: sm.: dança dos negros com palmas e sapateados.

ETIM.: termo quimbundo.

Ar. geogr.: Cabo Frio (M. Soares, 1889).

BANTU: termo aplicado às línguas africanas dos grupos central e sul.

ETIM.: cafre, do *ba* prefixo de plural + *ntu*, homem; significa portanto homens. A acentuação *bantu* é errônea uma vez que o termo é erudito.

BANZA: sf.: instrumento músico de cordas.

ETIM .: termo abundo (Saraiva, 1878)[152].

ABON.:

"Inda assim se eu não soubera
O como tens trastejado
Na *banza* dos meus sentidos
Pondo-me a viola em cacos"[153].

BANZAR: v. intr.: pasmar de mágoa.

ETIM.: do quimbundo *ku*, prefixo verbal + *banza*, pensar.

ABON.: "Cobriu-o, e sentou-se à beira do jirau, acendeu o pito e ficou *banzando*" (C. Neto, 1926, p. 211).

BANZÉ: sm.: barulho, vozeria.

ETIM .: M. Soares derivou do quimbundo de *mazue*, plural de *rizue*, vozes, através da forma hipotética *mbanzue*. Pensamos todavia que é preferível o japonês *banzai, viva!* (G. Viana, 1906, I, p. 127). Pergunta Dalgado: "quem o teria transmitido à gíria portuguesa e por que motivo?" (1917, p. 682).

BANZEIRO: adj.: pensativo, muito triste e sem motivo.

ETIM.: derivado de *banzo*.

ABON.: "...crioulinhos tolhiços, avergados de magreza, iam e vinham banzeiros, coçando perebas". (C. Neto, p. 8).

BANZO: sm.

ETIM.: em quimbundo *mbanza* é aldeia e daí pensamos ter vindo *banzo*, saudade da aldeia e, por extensão, da terra natal. Propomos esta Etimologia diante do silêncio dos autores.

[152] Podemos acrescentar que vem do quimbundo mbanza, banjo. (Chateiam, *Folk-Tales of Angola*, p. 294).
[153] G. de Matos, 1930, I, p. 168.

ABON .: "Uma moléstia estranha, que é a saudade da pátria, uma espécie de loucura nostálgica, suicídio forçado, o banzo, dizima-os pela inanição e fastio, ou os torna apáticos e idiotas" (João Ribeiro, 1929, p. 248).

BATÁ: sm.: tabaques de madeira, usados pelos africanos.

ABON .: "Os batás são empregados nas cerimônias externas" (M. Querino, 1927, p. 187).

BATUCAGÉ: sm.: conforme me diz em Carta Xavier Marques, é a dança do candomblé, acompanhada de vozerio infernal.

ETIM.: derivado do batuque.

ABON.: "O som do batucagé, que cessara havia um quarto de hora, recomeçou frouxo e hesitante..." (X. Marques, 1922, p. 44).

BATUCAR: v. intr.: tocar o batuque.

ETIM.: derivado de batuque + ar, sufixo verbal.

BATUQUE: sm.: dança com sapateados e palmas.

ETIM.: termo africano do landim *batchuque*, tambor, baile e nada tem que ver com o verbo bater (Dalgado).

ABON.: "Há anos em P. Alegre, para os lados da Azenha, havia um *batuque* de grande nomeada como 'farmácia' de excelentes remédios em questão de amor" (H. De Irajá, 1932, p. 33).

BENDENGUÊ: sm.: jongo, dança dos negros.

ETIM.: termo africano.

Ar. geogr.: Cabo Frio (M. Soares, 1889).

BENGALA: sf.: bastão pequeno.

ETIM .: do quimbundo *mbangala*, bastão, com dissimilação vocálica e de nasalação do grupo *mb*, segundo Macedo Soares. Acreditamos, porém, que o termo é industânico, e foi introduzido na África pelos portugueses, donde *mbangala*, bastão (P. do Nascimento).

Ar. geogr.: termo geral.

ABON.:

"A flor baixa, se inculca por tulipa;
Bengala hoje na mão, ontem garlopa:
Mais isento se mostra o que mais chupa"[154].

BENGO: sm.: rua estreita e tortuosa, caminho intransitável.

ETIM.: derivado de *Bengo*, povoação angolense.

Ar. geogr.: Pernambuco.

BINGA: sf.: chifre.

[154] G. De Matos, 1930, I, p. 58.

ETIM.: Beaurepaire Rohan e M. Soares derivam do quimbundo *binga*, chifre. Não a encontramos em dicionário desta língua.

Ar. geogr.: Sertão da Bahia.

BIRIMBAU: sm.: instrumento músico.

ETIM.: corrupção de marimbau.

ABON.:

"Chocolate, café, berimbau
E a correia na ponta do pau!"[155]

BOBÓ: sm.: sopa de inhame.

ETIM.: do fulbe *bovô*, com assimilação do *v* em *b*.

Ar. geogr.: Bahia.

ABON.: "... *bobó*, outra espécie de sopa seca, feita de inhame ou fruta-pão, batida com azeite de dendê, camarão e pimenta" (N. Rodrigues, 1932, p. 181).

BOMBÓ: sm.: termo correspondente a bobó usado em Angola.

BOMBO: sm.: tambor grande.

ETIM.: M. Soares derivou do conguês bumba, bater (R. Brás, 1880). Pensamos contudo que vem do grego *bómbos*, ruído, através do latim *bombu* que pode ser onomatopaico. G. Viana derivou do italiano (1906, I, p. 157). De qualquer forma não consideramos africano este vocábulo.

BONGAR: v. introdu.: buscar, procurar.

ETIM.: do quimbundo *ku*, prefixo + *bonga*, procurar.

Ar. geogr .: Bahia e Rio de Janeiro.

ABON.: "Qu'é que ocê tá *bongando* aí?" (C. Neto, 1926, p. 274).

BUGIA: sf.: espécie de candeeiro de querosene.

ETIM.: derivado de *Bugia*, lugar da África onde se fabricavam velas de cera conhecidas por este nome.

Ar. geogr.: Portugal e Norte do Brasil.

BUGIO: sf.: macaco, mono.

ETIM.: de *Bugia*, cidade Argelina, em cujas redondezas havia muitos macacos.

Ar. geogr.: R. G. do Sul, Mato Grosso.

BUNDA: sf. nádegas, assento.

ETIM.: do quimbundo *mbunda*, nádegas, com denasalação do grupo consonântico inicial.

ABON.: "O choque de pai e mãe era uma dança de *bunda* com *bunda*, em que a eloqüência acompanhava a ação" (M. M. Filho, Festas e tradições, p. 520).

[155] J. Ribeiro, *A Carne*, 1914, p. 58.

BUNDO: adj.: natural de Angola e como língua, equivalente de quimbundo.

ETIM.: do quimbundo *mbundu*, negro (P. do Nascimento).

BÚZIO: concha de marisco usada como valor monetário entre os negros do Brasil.

ETIM.: Saraiva derivou de *bujiis*, palavra usada nas costas da África (Glossário, p. 238), enganou-se: búzio vem do latim *buccinu*.

BUZO: sm.: jogo dos negros novos do Brasil.

ETIM.: termo quimbundo.

CABAÇA: sm.: gêmeo que nasce em segundo lugar.

ETIM.: pensamos que vem do quimbundo *kábasa*, do mesmo significado.

CABAÇO: sm.: hímen, virgindade (termo chulo).

ETIM.: do quimbundo *kábasu*, virgindade.

ABON.:

"Porque apenas t'o pedi,
Quando me virastes a anca,
Por um cabaço que finges
Me deste mil cabeçadas"[156]

CABINDA: sm.: nome de povo negro embarcado em Cabinda.

ABON .: "... deitadoras de exus, caraíbas, babaloxás dos *cabindas* e fulas (H. de Irajá, 1932, p. 122).

CABORGE: sm.: feitiço.

ETIM.: termo africano.

Ar. geogr.: N. do Brasil e Minas.

ABON.: "...e depois de bem cosido, o dito saquitel ou *caborge* foi dependurado por um cordão ao pescoço da cabra" (B. Guimarães, Lenidas e romances, p. 14).

CABUNGO: sm.: bispote.

ETIM.: do quimbundo *kibungu*, sentina (Pereira do Nascimento, Huila, 1903), com substituição do prefixo *ki* por outro diminutivo, *ka*.

CACHAÇA: sf.: aguardente.

ETIM.: termo africano (M. Maciel, 1918, p. 244; A. Amaral, 1920, p. 43; e N. de Sena, 1921, p. 160).

ABON.: "— Tá doendo? Esfrega um bocado de *cachaça*" (C. Neto, 1926, p. 80).

[156] G. De Matos, *Satírica*, II.

CACHIMBO: sm.: I, tubo para fumar terminado numa espécie de concha; II, jazida de manganês; III, porção de terra em forma de prisma destacada de uma baranca vertical por dois talhos laterais.

ETIM .: do quimbundo *kixima*, poço furado, coisa oca, pela troca do prefixo *ki* no diminutivo *ka*.

Ar. geogr .: I, Cuba, Honduras, Venezuela, Equador, Peru, Chile, Argentina, Brasil; II, Minas Gerais; III, Pernambuco.

ABON.: "o sábio sorria adiando a lição para o dia seguinte, e com o *cachimbo*, o herbário e um saco de talagarça metia-se nos matos" (C. Neto, 1926, p. 14).

CACIMBA: sf.: poço artificial ou escavação para atingir lençóis de água subterrâneos.

ETIM .: do quimbundo *kixima*, poço, com substituição do prefixo *ki-* por *ka-* e evolução do *xi* para *ci*. (A. Chatelain, *Folk-Tales*, p. 230). (M. Soares diz que vem não de *kixima*, bundo antigo e sim do atual, cacimba ou cacimbo, poço, fonte, composto de *ca* dim. + *cimbo* denominação dada aos lugares onde se encontra água, cavando poços (Dicionário, separata de 1880).

Ar. geogr .: África Portuguesa e Norte do Brasil.

CACIMBO: sm.: nevoeiro, garoa.

ETIM.: do quimbundo *kixibu*, com substituição do prefixo *ki-* por *ka-*, e evolução do *xi* para *ci*. (Chatelain, *Folk-Tales*, p. 280).

CAÇULA 1: sm.: o filho mais moço.

ETIM.: do quimbundo *kazuli*, o último da família.

Ar. geogr. : termo geral no Brasil.

ABON.: "Havia um homem que tinha três filhos: João, o mais velho, o outro Manuel e o caçula José" (S. Romero, Contos, p. 124).

CAÇULA 2: sf.: ato de socar milho no pilão.

ETIM.: do quimbundo *kuçula*, pilar, socar com dissimilação do *u* pretônico em *a*.

ABON.: "E tirou para a casinha donde lhe chegava aos ouvidos o som levantado pelo alternado bater das mãos do pilão sobre o milho. Faziam a *caçula* uma rapariga e uma mulher já de idade" (F. Távora, Revista Brasileira, VIII, pp. 320- 324).

CACUCO: o mesmo que *cacumbu 1*.

CACULO: sm.: gêmeo que nasce primeiro.

ETIM.: pensamos que vem do quimbundo *kakulu*, que nasce em primeiro lugar (P. do Nascimento, 1903).

CACUMBU 1: sm.: resto de enxada, ferramenta gasta.

ETIM.: do quimbundo *ka*, prefixo diminutivo + *kimbu*, machado, com acutização.

ABON.: "...duas raparigas descascavam as raízes com os seus quicés ou *cacumbus* amolados o que raspavam velozes, à porfia, procurando uma raspadeira dar o capote à outra" (A. Peixoto, Fruta cio mato, Rio, 1920, p.182).

CACUMBU 2: sm.: dança dos negros africanos.

ETIM.: termo quimbundo.

CAFANGA: sf.: desprezo simulado por uma coisa desejada.

ETIM.: termo africano.

CAFIFE: sm.: i, moléstia que traz desânimo completo; II, série de contrariedades.

ETIM.: do quimbundo *cafife*, sarampo, moléstia sem gravidade mas que aborrece muito o doente; e daí por extensão passou a significar contrariedade.

Ar. geogr.: I, Minas e Rio; II, Pernambuco.

CAFIOTO: sm.: iniciado que já conhece os segredos e auxilia o pai de santo.

Ar. geogr.: na feitiçaria do Rio.

ABON.: Cláudio de Sousa, *Mariuza* (revista teatral).

CAFRE: sm.: nome de um povo bantu vindo para o Brasil.

ETIM.: do árabe *kãfir*, part. pres. do verbo *kafara*, mentir, ser infiel, e aplicado aos novos pagãos da África oriental (A. Nascentes, *Dicionário*).

ABON.:

"Então vos pisavam índios,
e vos habitavam Cafres"[157].

CAFÚA: sf.: quarto de prisão para alunos nos colégios.

ETIM.: Compare-se com *cafundó* e *cafuné*, onde há ideia de penetração.

ETIM.: Deriva-se de *kufundu*, cravar, com a substituição do prefixo *ku-* por *ka-*; bem como a dissimilação do *u* final em *o*, seguida de acutização.

Ar. geogr.: Rio.

ABON.: "Como é que se mora num *cafundó* assim?" (C. Neto, 1926, p. 150).

CAFUNGE: sm.: moleque travesso.

ETIM.: termo africano.

CAFUNÉ : sm.: estalidos com o polegar no alto da cabeça.

[157] G. de Matos, I, p. 119.

ETIM.: Prende-se ao quimbundo *kufundu*, cravar, enterrar.

CALOMBO: sm.: inchação que às vezes origina tumor.

ETIM.: m. Soares deriva do quimbundo *kalumba*, jiba (*Dicionário Brasileiro*). Todavia a palavra é da 2ª. classe, prefixo mu + lumba.

CALUGE: sm.: rancho de palha.

ETIM.: termo quimbundo. Há também a forma *calógi* em Pernambuco.

CALUMBÁ: sm.: cocho do caldo nos engenhos de açúcar.

ETIM.: do quimbundo kalumba, corcovado, jiboso, com acutização.

CALUNDU: sm.: mau humor, aborrecimento.

ETIM .: B. Caetano derivou do guarani *acanandu*, cabeça palpitante (sic.). O termo é legítimo africano e já usado em Angola, onde G. de Matos o colheu. Vem do quimbundo *Kalundu*, deus dos angolenses com acutização (C. da Mata, sub verbum, *kilundu*).

ABON.:

"Que de quilombos que tenho
Com mestres superlativos,
Nos quais se ensina de noite
Os calundus e feitiços"[158].

CALUNGA: sm.: boneco.

ETIM .: M. Soares deriva do quimbundo *kalunga*, mar, nome que os negros aplicaram ao deus incognoscível dos missionários e para eles vago como a extensão do mar. Representavam-no por figuras e bonecos.

Ar. geogr.: Pernambuco.

CAMAFONGE: sm.: sinônimo de *cafunge*.

Ar. geogr.: Pernambuco, Paraíba, R. Grande do Norte e Alagoas.

CAMBA: sf.: o mesmo que mucama, de que se deriva.

Ar. geogr.: Bahia.

ABON.:

"Ninguém a uma e outra quita
Serem lindíssimas cambas"[159].

CAMBADA: sf.: corja, súcia.

ETIM .: pensamos vir do quimbundo *kamba*, parceiro + sufixo port. *ada*.

[158] *Satírica*, I, p. 186.
[159] G. de Matos, II, p. 77.

Ar. geogr .: Minas Gerais.

ABON.: "É preciso mandar para o inferno esta cambada de traiçoeiros" (B. Guimarães, *Lendas e romances*, p. 87).

CAMBEMBE: adj.: ordinário, à toa, usado na expressão "gente cambembe".

ETIM.: pensamos vir do quimbundo *ka*, prefixo + *mbembe*, beldroega.

Ar. geogr.: Rio de Janeiro.

CAMBONDO: sm.: I, amigo, amásio: II, auxiliar do pai de santo na feitiçaria.

ETIM.: Este termo não aparece nos dicionários. Pensamos que vem do quimbundo *ka-*, prefixo + *mbanda*, arte de curar por encanto, e por extensão, aplicado do curandeiro ou feiticeiro (Chateiam, *Folk-Tales*, p. 268).

Ar. geogr : I, Bahia; II, Bahia e Rio.

CAMBONE: sm.: o mesmo que cambondo II.

ABON.: "O chefe de cada mesa tem o nome de embanda e é secundado por outro que se chama *cambone*" (N. Rodrigues, 1932, p. 397).

CAMUNDONGO: sm.: rato pequeno.

ETIM.: do quimbundo *ka*, prefixo diminutivo + *mundongo*, rato (M. Soares, Dicionário).

CAMUMBEMBE: sm.: mendigo, vagabundo.

ETIM.: pensamos vir do quimbundo *kamu*, vadiar + *mbembe*, ordinário, à toa e, portanto, que vadia à toa, mendigo.

Ar. geogr.: Pernambuco.

ABON.: "O quarto do seu Lula, o chão que o seu Lula pisava, a casa dos avós de seu Lula teriam aquele dono, um moleque, um *camumbembe*" (Lins do Rego, *Banguê*, 1934, p. 250).

CANDANGO: sm.: nome com que os negros designavam o português.

ETIM.: M. Soares diz ser quimbundo. No reino da Jinga, os portugueses chamam-se *kangundu*.

CANDOMBE: sm.: dança sagrada, cangirê dos negros.

ETIM.: termo africano. Há também o adjetivo candombeiro.

CANDOMBLÉ: sm.: primitivamente era um baile africano, e em seguida suas práticas religiosas.

ETIM .: origem onomatopaica (A. Ramos, *Os Horizontes míticos do negro da Bahia*, p. 10).

CANDONGA: sf.: I, benzinho; II, barulho, intriga.

ETIM.: do quimbundo *ka*, prefixo diminutivo + *ndenge*, menor, pequeno. Há o adj. *candongueiro*.

ABON.: II, "enquanto ele não está dormindo, senão amanhã temos *candonga*" (B. Guimarães, *Lendas*, p. 29).

CANDONGAR: v. intr.: fazer intriga, mexericar.

CANGA: sf.: trave de madeira adaptado ao pescoço dos animais e usada nos carros de bois.

ETIM.: do quimbundo *kanga*, prender, ligar (Meinhof, *Introduction* p. 171).

Esta palavra influi em *cogote*, originando *cangote*, pescoço; termo muito usado em Pernambuco e Alagoas.

ABON.: "Agora era para o cangote que eu reparava, para aquela penugem" (Lins do Rego, *Banguê*, 1934, p. 86).

Ar. geogr.: norte do Brasil.

CANJICA: sf.: papa de milho verde.

ETIM.: não nos Parece africano como pensavam Carlos Pereira (Gram. Hist., p. 244) e M. Maciel (p. 244). Podemos acrescentar que, em pesquisas posteriores, encontramos na obra de Richard F. Burton, *The Highlands of Brazil*, 1869, I, p. 89, a origem asiática: "*Canjica* é a forma diminutiva de canja, uma palavra em que os Anglo-Indianos dificilmente reconheceriam a velha forma familiar *congee* ou caldo de arroz".

CANJIRÊ: sm.: reunião de escravos para cerimônias fetíchicas acompanhadas de danças.

ABON.:

"Sai azar!
Vou-me benzer
Vou à casa do feiticeiro
Vou fazer
Meu *cangerê*![160]"

Ar. geogr.: Minas e Bahia.

CANHENGUE: sm.: adj.: avaro, mesquinho.

ETIM.: do quimbundo kinjenje.

Ar. geogr.: Pernambuco.

CANZÁ: sm.: instrumento músico feito de taquara em que se dão uns cortes transversais, por onde se faz passar uma varinha, que a faz ressoar.

ETIM.: termo africano. Apresenta também a forma *ganzá*, com abrandamento da consoante inicial.

Ar. geogr.: Bahia.

ABON : "Quando acabou foi bater no ganzá, cantando..." (B. de Magalhães, 1928, p. 312).

[160] Quadra popular da Bahia.

CAPIANGAR: verbo tr.: furtar com destreza.

ETIM.: derivado de *capiango*.

Ar. geogr .: Minas Gerais.

ABON.: "Olha bem a cara dele; este maldito queria é me capiangar minha Florinda..." (B. Guimarães, *Lendas e romances*, p. 27).

CAPIANGO: sm.: ladrão, gatuno.

ETIM.: termo bantu.

CARCUNDA: sm.: jiba, corcova.

ETIM.: do quimbundo *ka*, prefixo + *rikunda*, costas, com a síncope do i pretônico. Há também a forma popular *cacunda* que vem diretamente de *kakunda*, ao lado da forma culta corcunda.

Ar. geogr.: termo geral.

ABON.: I, carcunda:

"O chouriço grande é paio
Não sabe ler a guariba,
Quem tem *carcunda* tem jiba,
Antes de Junho está Maio"[161].

ABON.: II, corcunda:

"Ninguém sabe entender os seus esgares bufos porque ele veste o amor, a *corcunda* e a tristeza de fitas, de galões, de guisos e de tufos..."[162].

CARECA: adj.: calvo.

ETIM.: G. Viana (*Apost*., I, 236) reconhece um aspecto cafreal no vocábulo e afirma não ser quimbundo. Todavia o quimbundo possui *makorika*, calvície, sendo provável que o termo se prenda a um radical semelhante do quimbundo.

CARIMBO: repartições usada nas repartições e casas de negócio.

ETIM.: do quimbundo *ka*, prefixo diminutivo + *rimbu*, repartições.

ABON.: "São os Tumbeiros que de presídio a presídio levam o bando de escravos, que por sordidez vão nus, e marcados a ferro em brasa com o carimbo, para o caso de fuga" (J. Ribeiro, 1929, p. 246).

CARURU: sm.: guisado peculiar à culinária baiana.

ETIM .: Carlos Pereira considerava africano, e como a maioria dos nossos africanistas, sem Argumento . O vocábulo é o tupi *caá-ruru*, a folha grossa.

[161] G. de Matos, I, p. 306.
[162] Guilherme de Almeida, Jogral.

CASSANJE: adj.: pejorativo: ordinário, errado; português *cassanje*.

ETIM .: primitivamente nome dum povo negro que custava a falar português. Eram os *Kasanji* (Chateiam, *op. cit*., p. 304).

ABON.: "E foi precisamente o que se deu com o príncipe Natureza, o Mirabeau *cassanje* das conferências do Recreio" (M. M. Filho, op. cit., p. 515).

CASSARANGONGO: sm.: nome de um engenho da Bahia, pertencente à família Calmon.

ETIM.: termo africano.

CATIMBAU: sm.: prática de feitiçaria ou baixo espiritismo.

ETIM.: pensamos que seja termo africano, todavia, Rodolfo Lenz (Dic. ETIM., p. 183), dá o quechúa *katimpuy* como origem provável.

Ar. geog.: Peru, Chile e Brasil (Com a forma catimbó é peculiar a Pernambuco, segundo R. Garcia).

CATIMBÓ: sm.: o mesmo que *catimbau*.

ETIM.: termo africano.

ABON.: "*Catimbó* é palavra comumente usada no Nordeste para designar o culto afro-brasileiro, também conhecido por *candomblé* (Bahia) e por *xangô* (no Recife)" (D. Pierson, op. cit., p. 272).

CATINGA: sf.: mau cheiro.

ETIM.: Saraiva (*Glossário*, p. 245), Pacheco Júnior (Gram. Port., p. 156) consideram o termo africano. Pensamos todavia que o termo se prende ao radical tupi "*cati*, olor pesado" (Montoya).

CAXAMBU 1: nome de uma cidade de Minas Gerais.

CAXAMBU 2: sm.: é um tambor, depois a dança, depois o morro em forma de tambor.

CAXINGUELÊ: sm.: nome de animal.

ETIM.: termo africano de origem onomatopaica (a. Ramos).

ABON.: "...tudo dançando, e a trovoada batucando que nem *caxambu* e coriscos fuzilando" (C. Neto, 199).

ETIM.: do quimbundo *ka*, prefixo diminutivo + *jingulu*, plural de *ngulu*, porco (M. Soares, 1888). Pensamos que sofreu influência indígena.

CAXIXI: sm.: instrumento musical de percussão, feito de uma cestinha de vime fechada e alongada, caroços dentro. Era usado pelos negros Angolas.

ETIM .: termo quimbundo.

ABON.: "também entre os usados nos candomblés: *caxixi*, cestinha cheia de búzios ou pedrinhas" (Oneyda Alvarenga, *op. cit*., p. 374).

CAXUMBA: sf.: inflamação das parótidas.

ETIM.: talvez termo quimbundo.

CAZUMBA: sm.: não conseguimos apurar-lhe a significação.

ETIM.: termo africano, quimbundo.
ABON.:

"Hum, hum,
Tá... tá, tá-lêlê,
Sentada no *cazumba*"[163].

CHAFARIZ: sm.: bebedouro público.

ETIM.: Pacheco Júnior dá-lhe origem africana (*Gram. Hist*., p. 131). Carlos Pereira, que parece copiar Pacheco Júnior, atribui-lhe a mesma origem (*Gram. Hist*., p. 244). Nelson de Sena, último em pronunciar-se sobre os africanismos no Brasil, ainda coloca *chafariz* entre os de "origem africana contestada por muitos *indianólogos* (sic) e vernaculistas" (L. R. P., XII, p. 160). *Chafariz* é o árabe *s'ahrij* com palatização da dental inicial, da passagem aspirada *h* a *f* e um *a* epentético.

CHUCHU: sm.: planta cicurbitácea.

ETIM.: termo africano (Nelson de Sena).

COCHILAR: v. intr.: cabecear com sono.

ETIM.: do quimbundo *koxila*, dormitar (Pereira do Nascimento, *Dicionário Português Kimbundo*). João Ribeiro apontou esta origem em *A língua nacional*, 2ª ed., 1933, p. 248.

ABON.:

"Pois se há sermão, nunca o ouvem,
Porque ou se põem de improviso
A *cochilar* como negros,
Ou se vão escapulindo"[164].

Também Machado de Assis o empregou na tradução do *Corvo*:

"Mas como eu, precisando de descanso,
Já *cochilava*, e tão de manso e manso,
Batestes, não fui logo, prestemente,
Certificar-me que aí estais"[165].

CONGA: sf.: prêmio dado ao dono da casa de farinha, de meia cuia em cada prensa.

[163] B. de Magalhães, 1928, p. 212.
[164] G. de Matos, 1930, I, p. 192.
[165] Apud. Souza de Oliveira, *Lições de Português*, 2ª ed., p. 353.

ETIM.: Parece termo africano (R. Garcia).

Ar. geogr.: Pernambuco.

CONGADA: sf.: dança dos congos.

ABON.: "Têm ainda os africanos umas danças guerreiras ou esses similares de guerra que conservaram por muito tempo na América, desfigurados nas *congadas*" (R. Pombo, *Hist. do Brasil*, II, p. 480).

CONGO: sm.: nome de um povo negro importado.

CUBATA: sf.: choupana, morada dos pretos na África.

ETIM.: a nosso ver é o quimbundo *kubata*, casa.

ABON.: "Agarrados por surpresa, de repente, nas suas *cubatas* ou numa festa..." (Brás do Amaral, *op. cit*., p. 46).

CUCUMBE: sm.: comida usada na Bahia.

ETIM.: termo quimbundo.

ABON.: "Depois da refeição lauta do *cucumbe*, comida que usavam os congos e munhambanas nos dias da circuncisão de seus filhos, uma partida de congos põe-se a caminho" (M. M. Filho, *op. cit*., p. 157).

CUCUMBI 1: sm.: instrumento de música.

ETIM.: termo bantu.

ABON.:

"Meu Sam Benedito,
Venho lhe pedi
Pelo amor de Deus
Pra tocar *cucumbi*"[166].

CUCUMBI 2: sm.: "A essas ordens de negros de várias tribos, de face lanhada e nariz deformado por uma crista de tubérculos, que descia do alto da fronte ao sulco mediano do lábio superior, o povo da Bahia denominou de *Cucumbis* e das demais províncias de Congos" (M. M. Filho, op. cit., p. 155).

CUFAR: vb. intr.: morrer.

ETIM.: pensamos que vem do quimbundo *ku*, prefixo verbal + *fa*, morrer.

Ar. geogr .: Minas Gerais.

ABON.: "— Não, zambi; o mulato *cufou*, mas não foi possível trazê-lo" (B. Guimarães, op. cit., p. 70).

CURIAR: vb. intr.: comer.

ETIM.: do quimbundo *ku*, prefixo verbal + *ria*, comer. Era termo só usado entre os negros, hoje parece morto.

[166] S. Romero, 1897, p. 187.

ABON.:

"Toma lá *curiá*, meu filho!
Toma lá *curiá*, meu filho"![167]

CURINGA: sm.: certas figuras do jogo de Cartas.
ETIM.: termo africano (Nelson de Sena).
CURUMBA: sf.: mulher velha.
ETIM .: termo bantu.
ABON .: "Óia, *curumba*, s'ocê dá mais um passo pra mim, eu te pego!" (C. Neto, 1926, p. 154).
DENDÊ: sm.: nome africano de uma palmeira do Congo e da Guiné, introduzida no Brasil desde o século XVI. É muito abundante na Bahia e regiões do S. Francisco. Há também dendezeiro, forma derivada.
DENGO: sm.: designação familiar de menino.
ETIM .: do quimbundo *ndnge*, menino, que perdeu a nasal inicial. Há também as variantes *dongo*, *ndengue* e *ndongo*. Hoje é vocábulo morto.
DENGOSO: ad.: cheio de dengue.
ETIM.: derivado de dengue.
ABON.: "Lúcia encostou-se à secretária, d'olhos baixos, resmungando em tom *dengoso*" (Idem, p. 65).
É termo bem popular e vivo:

"Você me chamou feio,
Sou feio mas sou dengoso,
Também o tempero é feio
Mas faz o prato gostoso".

DENGUE: sm.: choradeira de criança, manha.
ETIM.: do quimbundo *ndenge*, menino e, por extensão, choradeira, manha de menino.
ABON.: "Lina era uma bonita rapariga de vinte anos, sempre amolecia em *dengue* volutuoso" (C. Neto, 1926, p. 30).
DESBUNDAR: vb.: perder qualquer domínio sobre si mesmo. Cair na farra.
ETIM.: de *bunda*. É termo muito expressivo e popular.
Ar. geog .: Bahia.
ABON.: "Si desmanchasse o casóro, *desbundava* na arrilia..." (Clóvis Amorim, *O alambique*, 1934, p. 56).

[167] O Kibungo e o filho Janjão, conto popular.

DIAMBA: sf.: nome de uma planta de que os negros faziam fumo.

ETIM.: julgamos vir do quimbundo *riamba*, cânhamo. Segundo nota Mário Marroquina, em Pernambuco e Alagoas, "vivem na língua popular a duas formas *liamba* e *diamba*" (*A língua do Nordeste*, p. 29).

Ar. geog.: norte do Brasil.

ABON.: "Depois num domingo, em tempo de colheita, quando em casa, descansando da semana trabalhada, pitava a cabeça de *diamba*, eis o que o cabra, apertado em roupas brancas, montado num cavalo de selas novas, riscou-lhe à porta". (Viriato Correia, *Minaretes*, Maranhão, 1902, p. 42).

DUNGA: sm.: senhor. É também uma figura de jogos de Carta.

ETIM.: Vem de dunga, senhor, em língua dos negros da Costa (N. de Sena, R. F. H., 1931, I).

ABON.: conservou-se da escravidão uma frase africana, espécie de saudação:

Dunga tará sinherê!

EBÓ: sm.: oferenda na "macumba" composta quase sempre de uma galinha preta, velas de cera, guisados africanos, deixados nas encruzilhadas. "Despacho" chama-a a gíria do Rio.

ETIM.: propomos o ioruba *egbó*, raiz, que teria evoluído para *ebó* como *Egbá* em *Ebá* na pronúncia da Bahia. A presença de ervas e raízes nos *ebós* é frequente (D'Avezac).

ABON.: "O Dr. Pereira Lima referiu-me entretanto o caso de um pobre diabo seu conhecido que, quando sabe de um ebó de 'sustância' avança nos comestíveis" (H. de Irajá, 1932, p. 66).

EFIFÁ: sm.: espécie de feitiço.

ETIM.: termo africano, provavelmente do ioruba.

ABON.: "O feitiço *efifá* é deste gênero: alguns coleópteros (besouros) secos e moídos são colados a uma forquilha" (H. de Irajá, 1932, p. 40).

ÊFÓ: sm.: guisado.

ETIM.: termo africano.

Ar. geog .: Bahia.

ABON.: "...*êfó*, ainda uma sopa seca, preparada de folha batida com camarão, galinha ou carne..." (N. Rodrigues, 1932, p. 181).

EFUM: sm.: cerimônia do culto fetichista dos negros.

ETIM.: termo iorubano.

ABON.: "Imediatamente, faz-se-lhe o *Efum*, isto é, pinta-se-lhe a cabeça, descrevendo círculos concêntricos com as cores: branca, azul e vermelha" (M. Querino, 1927, p. 163).

EGUM: sm.: aparição nos candomblés.

ETIM.: Há também a forma *egungum*. Vem do ioruba *egun*, osso, esqueleto e por extensão "um homem surgido da morte" (A. Ramos, *Os horizontes míticos*, p. 15).

ABON.: "Não precisei dos meios violentos do Caramuru da África para saber do mais terrível mistério da religião dos minas: — o *egum* ou evocação das almas" (João do Rio, *As religiões no Rio*, p. 38).

ELEGBÁ: sm.: o diabo.

ETIM.: a nosso ver a origem desta palavra está no ioruba *Eleguá*, diabo, que deu diretamente a forma *Eleguavá*, usada em Minas. Existe outra variante *Elegbará* (D'Azevac). Também existe a forma *legba*, nome dado ao demônio pelos negros Minas no século XVIII, segundo o manuscrito de Costa Peixoto, Língua Geral de Mina, p. 54, que era o dialeto falado nas Minas Gerais.

Ar. geog.: Minas, Bahia, Rio.

ABON.: "*Elegbá, Elegbará*, ou *Exu* é uma divindade fálica que entre os nossos negros, graças ao ensino católico, está quase de todo identificada com o diabo" (N. Rodrigues, 1932, p. 339).

EMBANDA: sm.: feiticeiro que dirigia a "Cabula", espécie de maçonaria negra.

ETIM.: a nosso ver, do quimbundo *mbanda*, feiticeiro (Meinhof, *Introduction*).

Ar. geog.: Bahia.

ABON.: "O chefe de cada mesa tem o nome de *embanda* e é secundado nos trabalhos por outro que se chama cambone" (N. Rodrigues, *op. cit*., p. 379).

EMPATE: sm.: embaraço, igualdade de situação.

ETIM.: O termo empata aparece na Etiópia Oriental, de frei João dos Santos como usado na África Oriental na mesma acepção do nosso. Daí Saraiva originar o nosso do africano, no que foi seguido por C. Pereira *(Gram. Hist*., p. 244) e Nelson de Sena (R. L. P., XII, p. 161). Desconfiamos destas aproximações empíricas e preferimos a origem romântica.

ENDOQUE: sm.: feiticeiro.

ETIM.: a nosso ver, deriva do conguês *ndoki*, feiticeiro, com um e prostético (Meinhof, *Introduction*, p. 158).

ABON.: "...o *endoque* (feiticeiro), os vantuafunos (escravos, vassalos e vassalas do rei)..." (M. M. Filho, *op. cit*., p. 371).

ENGAMBELAR: v. intr.: seduzir, agradar para enganar.

ETIM .: talvez provenha de *ngimbelar*, ação e prática do *ngombo*, adivinho, feiticeiro em quimbundo. Existe a variante *engabelar* (João Ribeiro, R. L. P., IV, 1920, p. 52).

Ar. geog.: Pernambuco.

ETÉ: sf.: praga.

ETIM.: termo africano.

ABON.: "Galinhas pretas no quintal servem de para-raios às *etés* de qualquer qualidade" (H. de Irajá, 1932, p. 66).

ETU.: sm.: espécie de feitiço.

ETIM.: termo africano.

Ar. geog.: Rio.

ABON.: "Esse misterioso serviço chama-se *etu*" (J. do Rio, op. cit., p. 31).

EUBÁ: sm.: nome duma língua muito falada pelos negros do Rio.

ETIM.: de *Egbá*, nome de povo, com vocalização do *g* em *u*.

Ar. geog.: Rio.

ABON.: "O *eubá* para os africanos é como o inglês para os povos civilizados" (Idem, p. 2).

EXU: sm.: diabo, espírito maligno na macumba.

ETIM.: do ioruba *exu*, o espírito do mal.

ABON.:

"*Exu* tiriri, lô-nam barahô, bebê
Tiriri lô-nam
Exu tiriri" [168].

FIMBO: sm.: lança, azagaia de madeira usada pelos cafres.

ETIM.: Os autores silenciam sobre sua origem, mas a nossa opinião é que vem do cafretetense, *fumo*, lança, flecha (Courtois).

ABON.: "...e um momento, *fimbos*, zargunchas, azagais ouriçando-se, alanharem-no, alancearem-no..." (C. Neto, 1926, p. 184).

FUBÁ: sm.: farinha de milho ou de arroz.

ETIM.: do quimbundo fubá, farinha, com acutização (Chatelain, *Folk-Tales of Angola*, p. 288).

FULA: adj. pátrio: povo africano importado pelo Brasil. São os Fulahs, Fulbi ou Peul ou Pui da África.

ETIM.: do árabe *felah*, camponês; forma esta que se corrompeu em *fulah*.

FULO: adj.: amarelo, que muda de cor por efeito da raiva.

ETIM.: Cândido de Figueiredo deriva do lat. *fulvus*! O nome provém da cor dos pretos *fulos* ou amarelados, pois são mestiços que eram extraordinariamente irascíveis e esta é a gênese da expressão familiar "fulo de raiva".

[168] Ladainha de pai de santo

GAMBÁ: sm.: marsúpio, comum no Distrito Federal[169].

ETIM.: a Beaurepaire-Rohan parecia termo africano (subverbo *saruê*). Carlos Pereira vai-lhe nas águas (*Gramática Histórica*, p. 244). O vocábulo é o tupi Guá-mbá, o ventre aberto, a barriga oca.

GONGÁ: sm.: cestinha com tampa.

ETIM.: do quimbundo *ngonga*, cesto, com denasalização do grupo consonântico inicial e acutização.

Ar. geog.: Rio de Janeiro.

GONGOLÔ: sm.: centopeia, miriápodo.

ETIM.: a nosso ver é o quimbundo *ngongôlo*, centopeia, com denasalação do grupo consonântico inicial e acutização.

Ar. geogr.: Maranhão.

ABON.: "Ainda com o nome de gongolô designa-se um miriápodo (centopeia)" (S. Fróis Abreu, *Na terra das palmeiras*, 1931, p. 233).

GRIS-GRIS: sm.: talismã, escapulário da feitiçaria.

ETIM.: do ioruba *gri-gri*, feitiço (A. Ramos).

ABON.: "A auto-sugestão do atraso, da decadência, da mofina, consequente ao *gris-gris*, operava-se-lhe espontaneamente" (X. Marques, 1922, p. 226).

GUANDU: sm.: fruto de guandueiro, planta leguminosa.

ETIM.: tanto o nome como o vegetal são importações da África.

ABON.: "Ao lado da navegação, em alguns dos seus portos, devemos a introdução de algumas plantas, como dos quingombos ou quiabos e maxixes, do feijão preto (segundo alguns), do capim de Angola, do coqueiro de dendê, dos *guandus* e da malagueta..." (Varnhagem, 3ª. ed., I, p. 282).

GUNOCÔ: sm.: "É a divindade das florestas, quer dizer fantasma" (M. Querino, 1927, p. 149).

ETIM.: Esta palavra afigura-se-me ioruba, tanto mais que nela aparece a terminação *ocô* que é o ioruba *okô*, alma.

GUZO: sm.: força, vigor. Não é mais termo vivo.

ETIM.: do quimbundo *nguzu*, força.

HAUSSÁ: adj. pátrio: nome de um povo negro importado que falava a língua haussá.

ETIM.: de haussá, língua do Sudão.

ABON.: Conservou-se a palavra na expressão "arroz de haussá", guisado ainda hoje apreciado na Bahia.

IAIÁ: sf.: senhora.

ETIM.: é corrupção africana da palavra *nhanhã*, em que o negro transformou a palatal *nh* na semivogal *y*, havendo desaparecimento completo das vozes nasais.

[169] Atual Estado da Guanabara.

ABON.:

"Sonhos, *iaiá*, está sonhos
feitos por mãos de sinhá"[170].

IALÊ: sf.: mulher favorita entre os negros poligâmicos.

ETIM.: termo iorubano.

ABON.: "O que se dava é que uma tinha certa superioridade sobre as outras, caso em que era considerada *ialê*..." (Brás do Amaral, 1915, p. 41).

IANSAM: sf.: nome africano de Santa Bárbara no culto gêge-iorubano.

IAUÔ: sf.: filhas de santo ou sacerdotisas do fetiche.

ETIM.: termo africano.

ABON.: "Os feiticeiros, mandigueiros, macumbeiros, ensinam a cantar certos versos quando as filhas de santo, *iauô*, estão em crise" (H. de Irajá, 1932, p. 166).

IBÁ: sm.: receita de feitiçaria.

ETIM.: do ioruba ibá, cuia.

Ar. geog.: Rio.

ABON.: "Abubaca Coelho, o alcoólico da rua do Resende, tem o *ibá*, cuia com pimenta da costa e ervas para fazer mal" (J. do Rio, *op. cit*., p. 54).

IEMANJÁ: sf.: deusa das águas no culto gêge-iorubano.

ETIM.: do ioruba *yeye*, mãe + *eja*, peixe (A. B. Ellis, *The Yoruba speaking peoples*). Com efeito Iemanjá é figurada sob forma de sereia, metade mulher, metade peixe.

ILU: sf.: tabaque grande usado na música africana.

Ar. geog.: Bahia.

INDUNGA: sf.: não conseguimos apurar o sentido exato desta palavra.

ETIM.: é o quimbundo *ndungu*, pimenta.

ABON.:

"*Indunga... indunga... indunga...*
Indunga lacandunga, inguti..."[171].

INGOME: sm.: nome de um tambor sem pintura, feito de barril. É usado em Xangô (Oneyda Alvarenga, *op. cit*., p. 357).

INHAME: sm.: nome de um tubérculo comido sob a forma de farinha, planta asparagácea.

ETIM.: termo africano proveniente da raiz *nyame*, comer, existente em todas as línguas bantu (Meinhof, *Introduction*). O nome tupi é cará.

[170] Pregão da Bahia antiga.
[171] Silva Campos, 1928, p. 208. Pregão da Bahia.

IÔIÔ: sm.: senhor.
ETIM.: corrupção africana da palavra nhonhô em que se processou a despalatização do grupo *nh* para a semivogal *y*.
ABON.:

"É de iaiá, é de *iôiô*,
Quem qué sonhá com meu amô!..."[172].

IORUBA: sm.: nome de um povo africano que fala o ioruba ou nagô.
ETIM.: de ioruba, língua sudanesa.
IROCÓ: sm.: receita de feitiçaria.
ETIM.: do ioruba *rôco*, árvore milagrosa, que tem virtudes divinas.
ABON.: "...o *irocó*, defumação das roupas, num fogareiro em que se queima azeite de dendê, cabeças de bichos e ervas" (J. do Rio, *op. cit*., p. 32).
JÊGUEDÊ: sm.: passo de uma dança de negros.
ABON.: "e o *jêguedê*, em que ao compasso dos atabaques, com os pés juntos, os corpos se quebram aos poucos em remexidos sinistros" (J. do Rio, *As religiões no Rio*, Garnier, p. 21).
JEREBITA: sf.: cabeça, mandureba.
ETIM.: termo africano.
ABON.: "... os capadócios, dando gritos de entusiasmo lascivo, invadiam a loja da quitandeira a pedir *jerebita*" (X. Marques, 1922, p. 125).
JIBONAN: adj.: pessoa que fiscaliza os exercícios espirituais dos negros fetichistas.
ETIM.: termo do ioruba.
JILÓ: sf.: fruta do jiloeiro, planta da família das soláceas.
ETIM.: tanto o nome como a planta são de origem africana, segundo B. Rohan. Todavia Chatelain deriva *njilu* do brasileiro giló e comenta: "This word, as well as the plants, is of American origin"[173] (*Folk-Tales*, p. 294).
JIMBO: sm.: dinheiro e primitivamente um marisco com valor de moeda entre os negros.
ETIM.: Macedo Soares deriva erradamente de *zimbu* (*Revista Brasileira*, 1880). O verdadeiro étimo é *njimbu*, búzio em quimbundo. Há também a forma *zimbo*.

[172] Pregão da Bahia.
[173] Esta palavra, assim como a planta, é de origem americana.

ABON.:

"Ambicioso avarento,
Dás próprias negras amigo,
Só por levar a gaudere
O que aos outros custa *jimbo*"[174].

JONGO: sm.: dança dos negros nas fazendas.

ETIM.: termo bantu.

Ar. geog. : Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo.

LAGUIDIBÁ: sm.: espécie de contas pretas fabricadas com chifre de boi.

ETIM .: termo usado pelos nagôs.

Ar. geog.: Bahia.

ABON.: "O africano costumava enfeitar o corpo das crianças colocando no pescoço e na cintura corais e contas de tamanhos diversos, notadamente o — *laguidibá*" (M. Querino, in R. A. B. L., 1927, nº. 70, p. 181).

LÉ: sm.: atabaque pequeno.

ETIM.: termo iorubano (A. Ramos, *Notas de etnologia*, p. 7).

LIBAMBO: sm.: corrente que prendia o pescoço de um escravo ao de outro, e também a que lhe prendia o tornozelo ao tronco.

ETIM.: do quimbundo *lubambu*, corrente.

ABON.: "... ajoujam-os pelo pescoço com a pesada cadeia, o *libambo*, em caso de rebeldia" (J. Ribeiro, *História do Brasil*, 1929, p. 247).

LIMÁMO: sm.: chefe do culto dos Malês.

ETIM.: a nosso ver este vocábulo é o árabe *imam*, chefe que dirige as cerimônias do culto, com o artigo árabe *ál*. De *al imam* ou *el imam* fez-se lemane, forma popular da palavra. A forma *limamo*, mais culta, já utilizou a antiga forma portuguesa *imamo*, registrada por Bluteau (A. Nascentes, *Dicionário*).

Ar. geog.: Bahia.

LUNDU: sm.: dança dos negros africanos.

ETIM.: os autores concordam em atribuir-lhe origem conguesa ou quimbunda; não lhe dão, porém, étimo algum. *Lundu* também se chama a música que acompanha a dança. Como o *lundu* era uma festa que acompanhava a colheita no campo, é possível se prenda sua origem ao cafre "*landu*, conseqüência, o que se segue a um ato". (Dohne's, *Zulukafir Dictionary*).

MABAÇA: sm.: gêmeo. O mesmo que *babaça*.

ETIM.: termo quimbundo.

[174] G. de Matos, *Satírica*, I, p. 258.

Ar. geog .: Bahia.

ABON.: "...encheu de água as quartinhas dos santos *mabaças* Cosme e Damião". (X. Marques, 1922, pág. 152).

MACAMBA: sm.: companheiro, camarada.

ETIM.: do quimbundo *ma*, prefixo plural da quarta classe + *camba*, camarada.

ABON.: "Três turmas de escolta ficaram estendidas e ele ganhou o mato, muito fresco, com os seus *macambas*" (C. Neto, 1926, p. 193).

MACAMBÚZIO.: adj.: tristonho, sorumbático.

ETIM.: adj.: talvez se prenda ao radical de *macamba*. Alguns consideram-no cafre.

MACOTA: sm.: maioral, graúdo entre os negros.

ETIM.: do quimbundo ma, prefixo plural da quarta classe + kota, maior.

ABON.: "Sobre um plano elevado — diz ele — assenta-se o dembo, no meio da sanzala, onde lhe colocam o trono, rodeado de seus *macotas*..." (R. Pombo, II, p. 481).

MACULO: sm.: diarreia com prolapso da mucosa anal.

ETIM.: Uma raiz bantu-"*kulo*, enorme", existente também em quimbundo, com o prefixo *ma* poderia ter originado *maculo*, moléstia que traz uma inflamação anal. (Meinhof, *Introduction*, p. 202).

MACUMBA 1: sf.: feitiçaria, candomblé.

ETIM.: termo africano. Há também o adj. macumbeiro.

Ar. geog .: Rio de Janeiro.

ABON.: "E assim tem 'siá' Florência uma infindável coleção de receitas dessa magia sinistra das *macumbas*" (H. de Irajá, 1932, p. 170).

MACUMBA 2: sf.: instrumento musical dos negros.

ABON .: "... produzindo esta mudança de efeito o rolar surdo das caixas de guerra, o som de rapa das macumbas em grande número..." (M. M. Filho, p. 370).

MACUTA: sf.: moeda de cobre de Angola. Tem o valor de 30 réis.

ETIM .: é o quimbundo *mu*, prefixo de segunda classe + *kuta*, moeda com a dissimilação do *u* pretônico em *a*.

ABON.:

"Levou-nos o dinheiro a má fortuna,
Ficamos sem tostão, real nem branca,
Macutas, correão, novelos, molhos"[175].

[175] G. de Matos, *Satírica*, II, 1930, p. 9.

MACUTO: sm.: mentira, inverdade.

ETIM.: do quimbundo *má*, prefixo plural da quarta classe + *kuto*, mentira.

ABON.: foi termo usado entre os negros e hoje Parece desaparecido.

MALAMBA: sf.: desgraça, infelicidade.

ETIM.: pensamos que é o quimbundo *ma*, prefixo plural da quarta classe + *lamba*, desgraça. Em Portugal, existe a expressão *chorar o lamba* = desgraças, colhida por Gonçalves Viana (*Palestras*, p. 47).

Ar. geog .: Pernambuco (R. Garcia).

MALÊ: sm.: negro muçulmano vindo do Sudão.

ETIM.: a nosso ver é corrupção do nome geográfico Mali, afamado império africano. Há o sinônimo *malinke*.

Ar. geog.: Bahia.

ABON.: "... nos fundos da casa da 'Princesa' consertavam os malês um plano de insurreição que devia abranger toda a cidade" (P. Calmon, *Malês*, 1933, p. 40).

MALUNGA: sf.: manilha usada pelos negros como distintivo de nobreza.

ETIM .: os autores silenciam mas o étimo é o bundo *ma*, prefixo plural da quarta classe + *lunga*, manilha.

ABON.: no Museu Histórico do Rio de Janeiro há várias malungas em exposição.

MALUNGO: sm.: camarada, companheiro. Sinônimo de *macamba*.

ETIM.: é termo quimbundo com certeza. Em relação ao étimo, não obtivemos nenhum resultado com nossas pesquisas. M. Soares deriva com dúvida de *mah'ugo*, vizinho, no que pomos ainda mais dúvida.

ABON.: "Adiante um velho, pachorrento, sentado à beira da palhoça, tecia palha da costa, enquanto o *malungo* fazia balaios e samburás..." (X. Marques, 1922, p. 11).

MANAFUNDO: sm.: príncipe, figura do cortejo na coroação de um rei negro no Rio colonial.

ETIM.: termo quimbundo.

MANDINGA: sm.: feitiço, talismã para "fechar" o corpo.

ETIM.: provém do nome geográfico Mandinga, na Guiné, lugar onde havia insignes feiticeiros. Houve a extensão do sentido e o termo passou de "terra do feitiço" ao próprio "feitiço". Há o adj.: mandigueiro.

Ar. geog.: é termo pan-americano: Cuba, Costa Rica, Venezuela, Peru, Chile, Argentina, Brasil.

ABON.: é comum dizer-se que "uma coisa tem mandinga".

MANIPANSO: sm.: ídolo.

ETIM.: termo africano segundo C. Figueiredo (*Novo Dicionário*).

ABON.: "...os moleques que lhe saíam à frente com ar idiota, maltrapilhos e sujos, ramelentos, estendendo a mão magra em gesto simiesco com o corpo gizado a arranhaduras, como *manipansos* de basalto lanhados a buril" (C. Neto, 1926, p. 10).

MANSA: sm.: rei, imperador na África sudanesa.

ETIM.: em nossa opinião vem do mandinga mansa, rei.

ABON.: "Na Gâmbia, apesar da já tão remota destruição do império Mandê, não pronunciam eles o nome de imperador ou *mansa* sem se inclinar" (N. Rodrigues, 1932, p. 106).

MARABU: sm.: sacerdote dos malês. O mesmo que *alufá*.

ETIM.: do árabe *marbut*, propriamente ligado, particípio passado do verbo *rabata*, ligar, ser piedoso. Foi termo introduzido no Brasil pelos negros muçulmanos.

Ar. geog .: Bahia.

MARACATU: sm.: dança dos africanos.

ETIM.: termo africano e nada tem a ver com o maracá como pensava Beaurepaire-Rohan.

Ar. geog .: Pernambuco e Alagoas.

ABON.: "O baiano é um produto mestiço; é uma transformação do *maracatu* africano, das danças selvagens e do fado português" (Sílvio Romero, 1897, p. XVI).

MARAFO: sm.: aguardente, cachaça.

ETIM.: termo africano colhido em uma "macumba".

Ar. geog.: Rio de Janeiro.

ABON.: Cláudio de Sousa, Mariuza.

MARIBONDO: sm.: inseto, vespa.

ETIM.: do quimbundo *ma*, prefixo plural da quarta classe + *rimbondo*, vespa, que deu diretamente a forma popular *marimbondo*, de que *maribindo* já é uma alteração culta.

ABON.:

"Fui hoje ao campo da Palma,
Onde com súbito estrondo
Me investiu um *marimbondo*,
Que me picou dentro da alma"[176].

MARIMBA: sf.: espécie de tambor.

ETIM.: do quimbundo, prefixo *ma* + *rimba*, tambor.

[176] G. de Matos, II, p. 65

MARIMBAU: sm.: o mesmo que *birimbau*.

ETIM.: do quimbundo *mbirimbau*, com a simplificação do grupo consonântico *mb*.

MATACO: sm.: assento, coxas. Termo chulo, usado entre negros.

ETIM.: não vem de *matacataca*, plural de *ritacataca*, coxa, como diz Macedo Soares, aliás sem explicar a evolução da palavra. A nosso ver do quimbundo *mataku*, assento, e plural mais usado de *ritaku*, nome de quarta classe.

ABON.:

"Quem vai para a cova,
.....é *mataco*:
Água de flor do sovaco
Deu sempre vida a um morto"[177].

MATANGA: sf.: velório, ato de velar um cadáver.

ETIM.: termo bantu.

ABON.: "...e a *matanga* (velório africano) começa, enchendo o espaço de rumores lamentosos, *eni* quanto que as danças funerárias exprimem a ação" (M. M. Filho, p. 162).

MATOMBO: sm.: canteiro, leira, em que se planta de estaca a mandioca.

ETIM.: talvez termo quimbundo. Há também a forma *matumbo*.

Ar. geog .: norte do Brasil.

ABON.: "Fazia no tabuleiro os *matumbos*, para que Joaquim enterrasse as estacas de maniva..." (J. de Alencar, *Ubirajara*, p. 89).

MATUNGO 1: sm.: cavalo velho, inútil.

ETIM.: termo africano. João Ribeiro derivou esta palavra de "*cu-tunco* parar, a que, aplicado o sistema de derivações nominais viria *mu-tungue*, coisa que pára ou que não anda, parador" (*Dicionário Gramatical*).

ABON.: "...um roceiro que descia, com os cassuás cheios de frutas na espinha de um *matungo*" (X. Marques, 1922, p. 11).

MATUNGO 2: sm.: instrumento musical dos negros.

ETIM.: termo africano. Há também a forma *mutungo*.

ABON.: "A música dos negros é monótona: os seus instrumentos não passam do marimbau, do *matungo* (uma cuia com ponteiros de ferro), do tambaque (espécie de tambor) e do pandeiro" (S. Romero, *História da Literatura*, pp. 102-103.

MAXIXE: sm.: fruto de uma cucurbitácea.

ETIM .: os autores não lhe dão étimo, mas é o quimbundo *ma*,

[177] Idem, I, p. 309.

prefixo plural da quarta classe + *xixe*; plural de *rixixe*, maxixe. O termo conservou-se íntegro em português. Há também o derivado *maxixeiro*, planta do maxixe.

MAXAMBOMBA: sf.: os dicionários não registram. Era o antigo nome de Nova Iguaçu, estação da linha férrea no Estado do Rio.

ETIM.: parece termo africano.

MAZANZA: adj.: relaxado, indolente.

ETIM.: termo africano. Em Pernambuco e Alagoas, existe um cognato *manzanzar* (M. Marroquina, *A língua do nordeste*, p. 148).

Ar. geog .: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte.

MGANGA: sm.: termo respeitoso usados pelos negros, senhor.

ETIM.: os dicionários não registram mas pensamos que é o quimbundo *nganga*, feiticeiro.

ABON.: " — Zelómo, disse Joaquim Cambinda, ussê penso bê nu que ussê vai fazê, lapássi? — Pensô, *mganga*" (J. Ribeiro, *A carne*, p. 119).

MIÇANGA: sf.: contas de vidro, joias de pouco valor.

ETIM.: do cafre *mi*, prefixo de classe + *sanga*, continhas de vidro.

ABON.: "As infelizes vítimas do Arbítrio e da cobiça negra trocam-se pelas *miçangas* de vidro, pelos panos da Costa..." (João Ribeiro, 1929, p. 246).

MILONGA: sf.: palavrada, mexerico.

ETIM.: do quimbundo *mi*, prefixo plural + *longa*, palavra; plural mais usado de *mulonga*.

Ar. geog .: Pernambuco.

MINGONGO: sm.: "Gongolô ou *mingongo* é a larva dum inseto que ataca o coco babaçu — o *Bruchus nucleorum*, Fabr. Os naturais comem-no assado e reputam-no saboroso alimento (S. Fróis Abreu, 1931, p. 233).

ETIM.: compare-se a *ngongolo*, centopeia.

Ar. geog.: Maranhão.

MINHOCA: sf.: verme anélido.

ETIM.: Carolina Micaêlis derivou de **mioca*, lat. *minare*. T. Sampaio dá corr. mi-nhoca ou mi-nhoga, o que é extraído, arrancado ou tirado. A nosso ver o vocábulo é o quimbundo *mu*, prefixo + *nhoka*, cobra, em que o *u* átono-pretônico se mudou em *i* (Cordeiro da Mata).

MIRONGA: sf.: segredo.

ETIM.: termo africano.

Ar. geog.: Rio.

MOBICA: s. m. e.: negro forro, escravo liberto.

ETIM .: do quimbundo *mu*, prefixo da primeira classe + *bika*, escravo. A mudança de sentido pensamos explicar-se por continuar a ser

tido como igual a escravo o negro forro. A consideração social de ambos era idêntica.

Ar. geog .: Bahia.

MOÇAMBIQUE 1: adj.: nome que tiveram no Brasil os negros procedentes de Moçambique.

ETIM.: do nome geográfico *Moçambique*, porto da Contracosta.

MOÇAMBIQUE 2: sm.: dança dos negros.

ETIM.: termo africano derivado de *Moçambique*, nome dos negros assim chamados.

Ar. geog.: Minas Gerais. Mário de Andrade amplia a área dando como existente largamente em São Paulo e Goiás (*As danças dramáticas no Brasil*, p. 81).

ABON.: "...ele não quer que gente brinque, que dance *moçambique*, nem nada" (B. Guimarães, *op. cit*., p. 48).

MOCAMBO: sm.: esconderijo, refúgio dos escravos fugidos.

ETIM.: do quimbundo *mu*, prefixo + *kambu*, esconderijo. Há também o adj. *mocambeiro*.

ABON.: "Um desses quilombos ou *mocambos* de negros tornou-se extremamente notável no nosso país e merece alguns momentos de atenção" (A. M. Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil*, 1867, 3ª. parte, p. 21).

MOCOTÓ: sm.: mão de vaca.

ETIM.: Carlos Pereira considera africano (*Gram. Hist*., 1919, p. 244) e Nelson de Sena também (R. L. P., XII, p. 161). O termo nunca foi africano: é o tupi *mo-cotig* ou *mocotó*, faz que jogue ou oscile.

MOLEQUE: sm.: menino, rapazote entre os negros.

ETIM.: do abundo *muleque*, menino. O feminino moleca tem a mesma origem *muleka*. Há em português os derivados *molecada*, bando de moleques, e *molecagem*, ato de moleque. Em Pernambuco e Alagoas se usa um bolo comprido e achatado conhecido por "pé de moleque".

Ar. geog.: termo geral no Brasil.

MONDIÁ: sm.: azar, jetatura, e, por extensão, rixas, desavenças.

ETIM.: termo africano.

Ar. geog .: Minas Gerais.

ABON.: "Foi hora aziaga em que entrou neste quilombo esse aru que trouxe *mondiá* para desassossego de todos nós" (B. Guimarães, *Lendas e romances*, p. 73).

MONDONGO: sm.: nome de um povo negro introduzido na Bahia.

ETIM.: termo quimbundo.

MONGOLÔ: sm.: árvore de Angola.

ETIM.: de *mongolo*, árvore africana, com acutização (C. de Figueiredo).

Ar. geog .: Bahia.

ABON.:

"Esta trombeta é de *mongolô*
Este cavalo é de mongolô
Este cabedal é de mongolô..."[178].

MUAFA: sf.: bebedeira, embriaguez.

ETIM.: termo africano.

ABON.: "E havia *muafas* delambidas, carraspanas lânguidas..." (C. Neto, 1926, p. 104).

MUAMBA: sf.: negócio ilícito, velhacaria.

ETIM.: do quimbundo *muhamba*, cesto em que os carregadores trazem a carga (P. do Nascimento). Depois passou a significar carga contrabandeada.

Ar. geog .: Estado da Guanabara, Ceará e outros Estados do Norte.

MUANA: sm.: pretinho, criança negra.

ETIM.: os dicionários nem sequer registram o termo. Pensamos que vem do cafre *mu*, prefixo da primeira classe + *ana*, filho (Courtois, Meinhof).

ABON .: "... quatro *muanas* (negrinhos) serviam de batedores ágeis, fazendo negaças, cantando, gritando..." (M. M. Filho, p. 379).

MUCAMA: sf.: escrava predileta que servia a senhora.

ETIM.: Beaurepaire-Rohan deriva com dúvida do tupi *mocambuara*, ama de leite e como a *mucama* não era *ama de leite*, ladeia a dificuldade com "uma degeneração de sentido" (*Dic. de Voc.*, 1889). Paulino Nogueira deriva mucama do "abaneenga *mokamby*, a que mostra a mama que dá leite" (*Vocabulário Indígena*). Amadeu Amaral pergunta se é o tipo *mocambuara*, ama de leite, ou o bundo *mim-banda*, mulher? (*O dialeto caipira*, p. 173). Quintino do Vale, cautelosamente ("segundo todas as probabilidades"), vai mais longe: o étimo está em "*mbo*, prefixo formador de verbos + *cam*", peito, que dá "*mbocam*, donde *mocama* ou *mucama*, perfeitamente de acordo com a fonética" (*Da influência do tupi no português*, 1926, p. 71). Ladeiam todos a ignorância do étimo ou com formas hipotéticas ou com explicações absurdas. O termo é simplesmente o quimbundo *mukama*, escrava amásia de seu senhor e muito conhecido em Angola, formado de *mu*, prefixo da primeira classe + *kama*, que é um radical bantu. O cafretetense possui

[178] Silva Campos, 1928, p. 164.

kama, verbo tr., ordenhar, mungir. Há ainda as formas *camba* e *mucamba* (Cordeiro da Mata, Pereira do Nascimento, *Dicionários*).

MUGUNZÁ: massa de milho cozido. Faz parte da culinária africana.

Ar. geog .: norte do Brasil. No sul chama-se canjica.

ABON.: "...o *mungunzá*, massa de milho branco cozido com água, sal e coco..." (N. Rodrigues, 1932, pp. 181-182),

MULAMBO: sm.: trapo, roupa esfarrapada.

ETIM.: termo quimbundo.

ABON.: "*Mulambos* trapejavam em cordas tendidas de muro a muro" (C. Neto, 1926, p. 7).

MULUNGU: sm.: árvore leguminosa.

ETIM.: é o mesmo que *mulúngu*, nome de uma árvore africana, com acutização.

MUMBANDA: sf.: o mesmo que mucamba.

ETIM.: B. Rohan apela com dúvidas para *mi-nhan-da*, mulher em quimbundo. Modernos dicionários não registram *mi-nbanda*.

Ar. geog .: Pernambuco.

MUNGANGA: sf.: abóbora grande.

ETIM.: não é tupi como perguntava M. Soares (R.B., 1880) e parece termo bantu pela presença da consonância nasalada *ng* repetida. Há também a forma *moganga*.

ABON.: "Rompeu do mato no alto do caminho com *moganga* e um feixe de ervas" (C. Neto, 1926, p. 125).

MUNHAMBANA: nome de um povo negro importado do Brasil procedente do sul da África.

ETIM.: termo bantu.

MUNZUÁ: sm.: cesto comprido de boca afunilada para pescar.

ETIM.: termo africano segundo Teschauer.

ABON.: "...outros concertando os seus anzóis, os seus puçás, os seus *munzuás*, as suas redes" (Silva Campos, 1928, p. 222).

MUQUÁ: sm.: companheiro.

ETIM.: do quimbundo (Pereira do Nascimento).

Ar. geog .: Minas Gerais.

ABON.: aparece no coro dos Cucumbis: "O *muquá*!"

MUQUILA: sf.: cauda, rabo.

ETIM.: os dicionários não registram esse termo mas pensamos que é o quimbundo *mu*, prefixo da segunda classe + *kila*, cauda.

ABON.:

"Helena, calena,
Do papo lundu,
Cajila, *muquila*"[179].

MURUNDU 1: sm.: morrete ou monte, montículo de coisas, de roupas, de pedras.

ETIM.: do quimbundo *mu*, prefixo da segunda classe + *lundu*, montanha; com rotacismo.

Ar. geog.: Estado do Rio (R. Garcia, R. L. P., m, p. 177).

ABON.: quadra popular:

"João curutu,
Detrás do *murundu*
Comei este menino
Com bolo de angu...".

MURUNDU 2: sm.: nome de um cemitério no Realengo, Estado da Guanabara.

ETIM.: do quimbundo *mulundu*, montanha.

MUSSURUMIN : sm.: nome que os negros maometanos davam a si próprios, enquanto o povo os apelidava *malês*.

ETIM.: corrupção de *muçulmano*.

Ar. geog .: Bahia.

MUTAMBA: sf.: nome comum de uma planta no Brasil (*G. ulmifólia*).

ETIM.: do quimbundo *mu*, prefixo da segunda classe + *tamba*, tamarindeiro. O nome foi dado à planta pelos negros em razão da analogia com a de seu país.

ABON.:

"Estas minhas amas
São de tamburá,
Mutamba, mutamba,
Vão-se embora já"[180].

MUXIBA: sf.: carne magra, pelanca. Por extensão, coisa ruim.

ETIM.: do quimbundo *mu*, prefixo da segunda classe + *xiba*, veia, artéria.

ABON.: "Óia, *muxiba*! Óia, já qu'ocê não conhece. Tá vendo? É carne, *muxiba*" (C. Neto, 1926, p. 35).

[179] Silva campos, 1928, p. 213.
[180] S. Campos, 1928, p. 275.

MUXINGA: sf.: surra, coça, tunda e, primitivamente, açoite.
ETIM.: do quimbundo *mu*, prefixo + *xinga*, açoite.
ABON.:

"Para tanto pecado é curta a sala,
Ide para a *muxinga* florescente.
Onde tanta vidrada flor exala"[181].

MUXOXO: sm.: sinal de agastamento, enfado: som produzido com a língua aderida aos dentes.

ETIM.: B. Rohan registra o termo sem mencionar-lhe origem, sendo que os demais dicionários não o incluem. Afirmamos que é o quimbundo *muxôxu*, termo de significado igual ao nosso.

ABON.: "Ora, defuntos! — respondeu Virgílio com um *muxoxo*" (Machado de Assis, *Braz Cubas*, Garnier, p. 15).

MUZAMBÊ: sm.: não conseguimos apurar-lhe o sentido exato.

ETIM.: pensamos ser quimbundo, onde *muzambu* significa adivinhação. Muzambinho é termo conhecido em Minas Gerais.

ABON.:

"*Muzambê, muzambê*
Titi Maruê quer me comê"[182].

NAGÔ: adj.: nome dos negros iorubanos importados do Sudão e que na Bahia tiveram esse nome.

NEMBANDA: sf.: rainha, segunda figura na antiga coroação dos reis negros no Rio colonial.

ETIM.: Compare-se com embanda, cambondo.

ABON.: "Atrás da música caminhavam majestosamente o Neuvangue (rei), a *Nembanda* (rainha)..." (M. M. Filho, p. 371).

NEUVANGUE: sm.: rei, figura principal na antiga coroação de um rei negro.

ETIM.: termo africano de aspecto cafreal.

NGOMBE: sm.: boi, gado. Termo que desapareceu deixando vestígios no nome popular de uma erva medicinal, *mariangombe*, que o povo alterou para Maria-Gomes (Macedo Soares). Em Alagoas e Pernambuco também existe uma erva chamada "bredo *manjangome*" (M. Marroquina, *A língua do Nordeste*, p. 148).

[181] G. de Matos, I, p. 54.
[182] Silva Campos, *Folclore*.

ETIM .: do quibundo *ngombe*, boi, vaca. Em cafre *ngombe* designa também gado.

NGUNGA: sm.: sino, sineta de colégio (termo que desapareceu da língua).

ETIM.: do quimbundo *ngunga*, sino (M. Soares, 1889).

OBÁ: sm.: príncipe entre os negros.

ETIM .: o termo é o ioruba *obbá*, rei, étimo este que propomos como exato (D'Avezac).

ABON.: "O príncipe *Obá* era um negro de estatura colossal, usava empinada carapinha, bigode espesso e cavaignac" (M. M. Filho, p. 534).

OBI: sm.: noz de cola, pequeno fruto originário da África e presente em todas as cerimônias feitichistas.

ETIM .: os autores dizem que é africano. Podemos acrescentar que é o ioruba *obi*, cola (D'Avezac).

Ar. geog .: Bahia e Rio.

ABON.: "Nos lanhos da cara puseram o pó da salvação e na boca tem sempre o obi, noz de cola boa para o estômago e asseguradora das pragas" (J. do Rio, p. 3).

OCU: v. intr.: morrer. É legítimo termo africano e não se incorporou à língua.

ETIM .: os autores não o mencionam e muito menos tocam em sua origem. Podemos asseverar que é do ioruba *oku*, morrer (D'Avezac).

ABON.: quadra popular da Bahia:

"*Ocu* babá
Ocu gelê,
Negro nagô
Virou saruê".

OGÓ: sm.: mineral formado por grânulos de zirconita de mistura com monazita, que lhe empresta um amarelo cor de ouro. Aparece nos leitos de rios das regiões auríferas de Minas.

ETIM.: termo iorubano ogó, moeda, riquezas, ouro (R. Garcia, R. L. P., III, p. 178).

ABON.: "...cumpre-nos explicar que (ogó) é, conforme Burton ("The highlands of the Brasil", I, 316), "a base yellow metal found in sand, and used to falsify gold"[183]. Em Minas, próximo de Mariana, há um "córrego de *Ogó*".

[183] "Um metal ordinário, amarelo, que se encontra nas areias que se utiliza para falsificar o ouro".

Ar. geog .: Bahia e Minas Gerais.

OGUN: sm.: deus da guerra na feitiçaria nagô.

ETIM: termo iorubano.

ABON.: "...prometeu-me que *Ogun* ia declarar guerra aos inimigos de D. Pedro" (X. Marques, 1922, p. 302).

OJÁ: sm.: faixa larga, bordada de búzios e contas.

ETIM.: termo iorubano.

OJÓ: sm.: oração, reza especial de feitiçaria.

ETIM.: termo iorubano.

ABON.: "Este remédio que é tiro e queda para unir dois corações e deixá-los para sempre incendiados de amor, deve ser manipulado sob o murmúrio constante de certa oração — *ojó*" (H. de Irajá, 1932, p. 40).

OKAIA: sf.: amásia, amante, mulher, quase esposa.

ETIM.: termo africano. Em quimbundo, esposa é *mukaji*, sendo provável que o vocábulo provenha do radical *kaji*, aportuguesado.

Ar. geog .: Minas Gerais.

ABON.: "Sossega seu coração, menina. Quando Zambi vier falar outra vez com você, não fala que você não quer ser *okaia* dele, não" (B. Guimarães, *Lendas e romances*, p. 44).

OLOBÓ: sm.: cola amargosa.

ETIM.: o termo assim como o produto vieram da África.

Ar. geog.: Estado da Guanabara.

ABON.: "E no mundo das simpatias, pesando as pragas — (etés, analisando os *olobós* e despachos..." (H. do Irajá, p. 191).

OLORUM: sm.: deus supremo, abstrato, cuja objetivação é o céu, o firmamento, na mística africana.

ETIM.: os autores dão como simples africanismo. Podemos ajuntar que é o ioruba *olôrum*, formado de *olou*, dono + *ároun*, céu e daí olorum significar dono do céu ou o deus supremo.

OPELÉ: sm.: instrumento de adivinhação usado pelos feiticeiros nas macumbas.

ORIXÁ: sm.: santa, divindade da feitiçaria.

ETIM.: podemos afirmar que é o ioruba *orisa*, deus secundário, feito de madeira. Em ioruba, o *s* corresponde a um fonema chiante equivalente ao nosso *ch*.

ORÔ: sm.: aparição, fantasma nas macumbas.

ETIM.: termo iorubano.

Ar. geog .: Bahia.

ABON.: "é do mesmo gênero a aparição de *Orô* que, entre nós, só existe, ao que me consta, nos terrenos mais afastados" (N. Rodrigues, 1932, p. 353).

OROBÓ: sm.: fruto semelhante ao obi e cuja mastigação torna fatal a praga que se diz.

ETIM.: é o mesmo que *olobó*.

OSSONHE: sm.: santo dos negros, de uma perna só.

OUBATALÁ: ídolo bissexual, divindade hermafrodita dos negros sudaneses.

ETIM.: propomos o ioruba *Batálá* deus, um dos patronos da capital dos Iebus na África. Bowen deriva de *oba-ti-nlá*, o rei que é grande, ou *oba-ti-alá*, o rei que é branco (*apud*. A. Ramos, *Horizontes míticos*, p. 11).

OUGAN: sm.: chefe de candomblé, sacerdote graduado e também protetor do candomblé.

ETIM .: é termo africano e a nosso ver talvez do ioruba *ogá*, casa. Há também a forma *ogan*.

ABON.: "Paulo conheceu-os e falou a mais de um. Eram *ougans* como ele, mas ainda em pleno exercício de suas funções" (X. Marques, 1922, p. 48).

OXÊ: sm.: sacerdote ou feiticeiro africano possuído por Xangô.

Ar. geog .: usado na feitiçaria da Bahia.

OXÓSSI: sm.: santo da caça entre os negros (Manuel Querino).

ETIM.: termo iorubano.

ABON.: "*Oxóssi*, o caçador vesgo e disforme, úmido das chuvas e verdoengo dos musgos..." (P. Calmon, 1933, p. 104).

OXUN: sf.: divindade feminina do culto gêge-iorubano.

ETIM.: Parece termo iorubano. Há o composto *Oxun-maré*, o Arco-íris

ABON.: "Oxun, senhora das águas, cabelos corridos e saia de palha, fartos seios e braços dobrados, tinha uma atitude tranqüila de oferenda..." (P. Calmon, *Malês*, 1933, p. 104).

PACHORÔ: sm.: "rabos de boi", objeto de uso dos pais de santo.

ETIM.: aparece na feitiçaria nagô.

PANGO: sm.: erva mirtácea da África (*cannabis indica*), de cujas folhas os negros fazem uma espécie de fumo para cachimbar.

ETIM.: b. Rohan Parece considerá-lo africano, pois pensa ser o "nome *angolense* do cânhamo". M. Soares, baseado na afirmação de um angolense, diz que a árvore e o termo são de Angola. G. Viana, com outro significado, afirma tratar-se de um africanismo. *Pango* em cafre tem dois sentidos, "rabeca" e "cintura". Em quimbundo, o cânhamo chama-se *riamba* e no sertão africano *liamba*. Julgamos que o termo não é africano, mas hindustânico.

ABON.: "...estava Zambi Cassange, embrulhado em sua tipóia, aspirando tranqüilamente baforadas de pango pelo comprido canudo de seu cachimbo de baro" (B. Guimarães, p. 12).

PAPAGAIO: sm.: ave trepadora.

ETIM.: P. Júnior considera africano (*Gramática Histórica*, 1878, p. 131) e Carlos Pereira também, com a agravante de colocá-lo entre os vindos da África desde o século XVI (Gramática Histórica, 1916, p. 244). Nelson de Sena põe entre os de "origem africana, contestada por muitos *indianólogos* e vernaculistas" (R. L. P., XII, p. 160). O termo não é africano e sim o árabe *bagaga*, com influência do latim *gaiu*, gaio (Dozy, Eguilaz e Lokotsch).

ABON.: Quanto à ancianidade do termo já aparece em D. Dinis:

"Ela trazia na mão
hun *papagay*, mui fremoso,
cantando muj saboroso,
ca entraua o uerão"[184].

PATUÁ: *sm.:* saco de couro que se leva a tiracolo.

ETIM.: Nelson de Sena considera africano (R. L. P., XII, p. 161). O termo é tupi *patauá,* cesto. Há também a forma *patiguá.* Também o considera africano, erradamente, o ilustre dialetologista, M. Marroquina *(A língua do nordeste,* p. 158).

PEJI: capela do santo, instalada no interior da casa.

ETIM .: termo africano. "Finda esta cerimônia, o santo é recolhido ao *Peji*" (M. Querino, R. A. B. L., p. 153).

PICUMÃ: *sm.:* fuligem.

ETIM.: Alfredo Gomes considera africano (*Gramática Portuguesa,* 18ª. ed., 1920, p. 156) mas o vocábulo é o tupi *apecumã.*

PUÍTA*: sf.:* tambor dos negros, de forma cilíndrica.

ETIM .: os autores limitam-se a tê-lo por africano. Podemos adiantar que é o quimbundo *puíta,* tambor, nome da terceira classe. De passagem, convém notar que a pronúncia *púita* é errônea.

ABON.: "...mulheres bracejando aos guinchos e retroando, *puitas,* marimbas, urucungos e as vozes estrugindo em burburinho, horríssono..." (C. Neto, 1926, p. 110).

QUENGA*:* sf.: guisado de quiabo com galinha.

ETIM.: termo africano.

Ar. geog.: Bahia.

QUIABO*:* sm.: fruto do quiabeiro, planta da família das malváceas, gênero *Hibiscus*.

ETIM.: o termo como vegetal são de origem africana.

[184] Nunes, *Crestomatia Arcaica*, 2ª. ed., 1921, p. 336.

Ar. geog.: termo geral.

ABON.: "E de canto a canto passeavam cágados, afocinhando *quiabos* e retraços de outras hortaliças" *(X.* Marques, *O Feiticeiro,* p. 151).

QUIBACA 1: sf.: nome de um engenho da Bahia, pertencente à família Calmon.

ETIM.: termo africano.

QUIBACA 2: sf.: bráctea das palmeiras.

Ar. geog.: Alagoas (B. Rohan).

QUIBANDO: sm.: peneira de junco.

ETIM.: os autores dizem ser africano e apenas Figueiredo aventura "talvez do quimbundo" (*Nov. Dic.*). Podemos adiantar que é o quimbundo *ki,* prefixo da terceira classe + *bandu,* peneira.

QUIBÊBE*:* sm.: iguaria de abóbora reduzida à consistência de papas.

ETIM.: termo africano. João Ribeiro muito acertadamente derivou do quimbundo *ki bembé,* assimilado em *quibêbe,* por influência de beber (*Dicionário Gramatical*). Parece ter mesma origem *quimbembé.*

QUIBUNGO: sm.: "*Quibungo* é um bicho meio homem, meio animal, tendo uma cabeça muito grande e também um grande buraco no meio das costas, que se abre quando ele abaixa a cabeça e fecha quando a levanta" (N. Rodrigues, 1932, p. 301).

ETIM.: os dicionários não o registram. O termo vem do quimbundo *ki,* prefixo da terceira classe + *bungu,* lobo.

Ar. geog .: Bahia.

QUIÇAMA*:* sm.: nome de um afamado engenho de açúcar no Estado do Rio.

ETIM.: os autores não registram o termo. Vem de *Quissama,* cidade de Angola.

QUILOMBO*: sm.:* povoação fortificada dos negros fugidos ao cativeiro.

ETIM.: B. Rohan deriva-os da língua bunda sem menção de étimo que afirmamos ser *kilombo,* povoação em quimbundo.

Ar. geog.: com significação alterada é termo pan-americano: Venezuela, Chile, Argentina, Uruguai, Brasil.

QUILOMBOLA: sm.: escravo refugiado em quilombo.

ETIM.: derivado de *quilombo* + *óla,* sufixo português.

ABON.: "O regresso era fácil, alegre, sem risco, a não ser nos socavões da serra onde bandidos e *quilombolas* tocaiavam tropeiros" (C. Neto, 1926, p. 12).

QUIMAMA: sf.: iguaria de gergelim, farinha e sal.

ETIM .: do quimbundo *ki,* prefixo nominal + *myama,* carne, comida (Meinhof, *Introduction,* p. 166).

QUIMANGA: sf.: vasilha de madeira em que os jangadeiros guardam comida.

ETIM .: R. Garcia pergunta se será termo africano e B. Rohan não fala em sua Etimologia. Pesamos que é o quimbundo *ki,* prefixo da terceira classe + *manga,* cesto.

Ar. geog .: de Alagoas ao Ceará.

QUIMBEMBE*: sm.:* pequena habitação de família pobre.

ETIM.: talvez termo quimbundo.

Ar. geog .: Pernambuco.

QUIMBEMBÉ: sm.: bebida feita com milho fermentado.

ETIM.: ver *quibêbe*.

Ar. geog .: Pernambuco.

QUIMBEMBÉQUES: sm. pl.: berliques que as crianças trazem ao pescoço (R. Garcia).

ETIM.: termo quimbundo.

Ar. geog .: Pernambuco.

QUIMBÊTE: batuque de escravos (hoje é vocábulo morto).

Ar. geog.: Minas Gerais (B. Rohan).

QUIMBOMBO: sm.: feiticeiro mor, "pai de terreiro".

ETIM.: termo africano.

QUIMBÔTO: sm.: feiticeiro.

ETIM.: termo quimbundo.

ABON.: "Na distribuição do dançado, esplêndido e aparatoso, há personagens típicos, figuras importantes, dentre as quais o Rei, a Rainha, o Capataz, o Língua, o *Quimbôto* (feiticeiro), um ou mais Marmêtos..." (M. M. Filho, p. 158).

QUINDIM*:* sm.*:* meiguice, enfeite. Dificuldade: *meus quindins.*

ETIM.: termo africano.

Ar. geog .: Bahia.

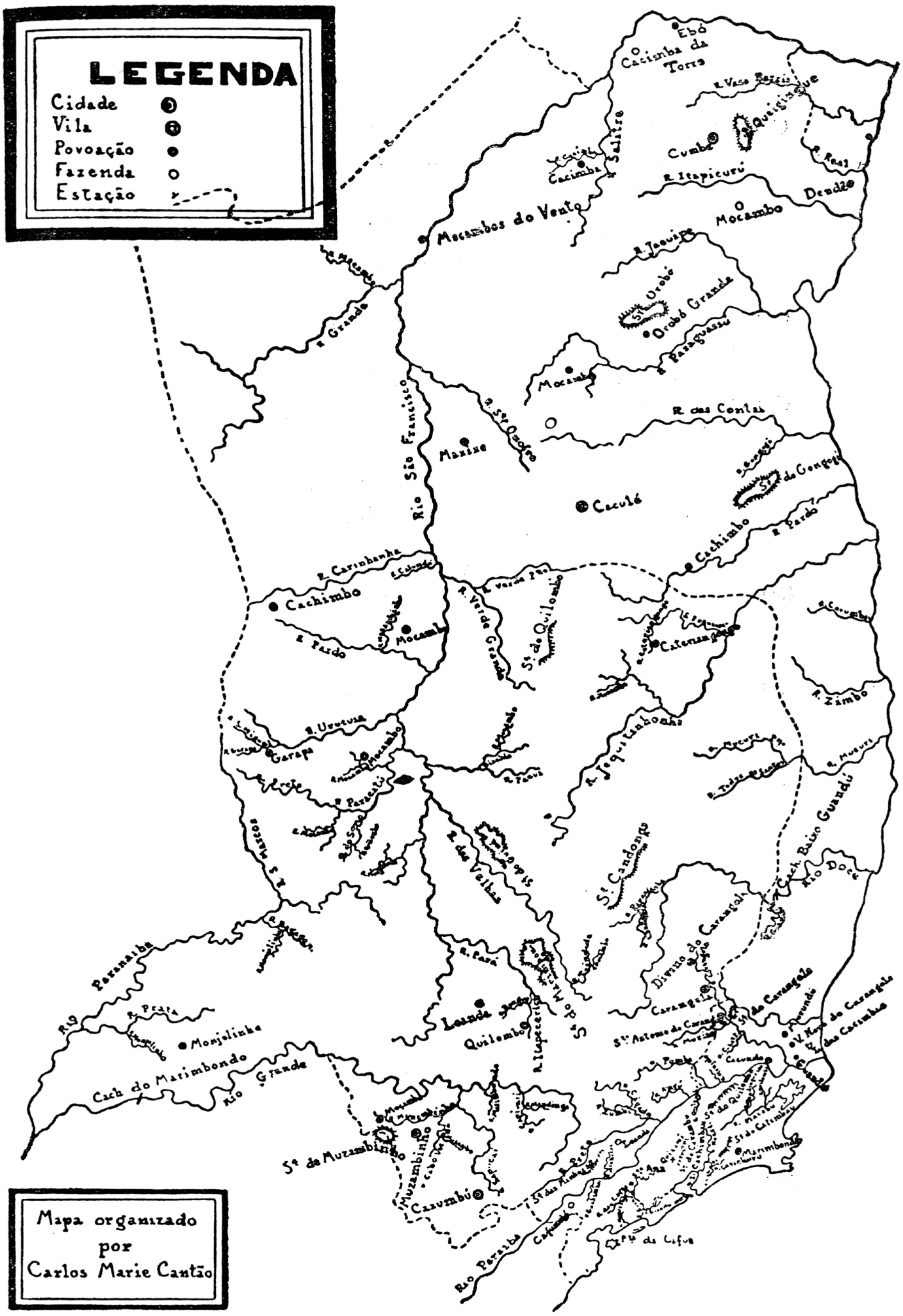
QUINGOMBÔ: sm.: sinônimo de *quiabo.*

ETIM.: os autores consideram-no africano. Podemos precisar sua origem e dizer que é o quimbundo *kingombo,* quiabo, nome da terceira classe, com acutização.

Ar. geog .: Rio.

ABON.: "Ao trato da navegação, em alguns de seus portos, devemos a introdução de algumas plantas como dos *quingombós,* ou quiabos e maxixes..." (Varnhagem, *História do Brasil,* vol. I, p. 282).

QUINGUINGU: serão feitos pelos escravos para limpar moendas dos engenhos.


LEGENDA
Cidade
Vila
Povoação
Fazenda
Estação
Mapa organizado
por
Carlos Marie Cantão
Ebó
Cacimba da Torre
Cumbe
R. Itapicurú
Dendê
Mocambo
Mocambos do Vento
Cacimba
Salitre
R. Jacuipe
Orobó Grande
R. Paraguassu
R. das Contas
Maxixe
Caculé
Cachimbo
R. Pardo
Rio São Francisco
R. Carinhanha
Mocambo
R. Verde Grande
Sª do Quilombo
Catenanga
R. Jequitinhonha
R. Zambo
R. Mucuri
R. Urucuia
Garapa
R. Paracatú
R. das Velhas
Sª Candonga
Cach. Baixo Guandú
Rio Doce
Divino do Carangola
Carangola
Sª do Carangola
V. Nova do Carangola
Paranaiba
R. Prata
Monjolinho
Cach do Marimbondo
Rio Grande
Loanda
Quilombo
R. Pará
Sª de Muzambinho
Muzambinho
Cazumbú
Rio Parahyba
Cafundó
Marimbondo
Sª do Quilombo
Pta da Lifua

ETIM.: termo de aspecto quimbundo.

Ar. geog .: Pernambuco e Alagoas.

QUITANDA: sf.: venda de verduras, frutas e outros vegetais comestíveis.

ETIM.: do quimbundo *kitanda,* feira, nome da terceira classe, como indica o prefixo *ki.*

Ar. geog .: termo geral no Brasil.

ABON.: "Defronte da quitanda de Luísa, tinha a sua banca de marceneiro um crioulo liberto, de nome Duarte Mendes" (P. Calmon, *Malês,* p. *45).*

QUITUNGO: sm.: sinônimo de gongá.

ETIM.: termo quimbundo.

Ar. geog.: Rio de Janeiro (B. Rohan).

QUITUTE: sm.: iguaria de apurado sabor.

ETIM.: do quimbundo *kitútu,* indigestão. Naturalmente um bom prato é repetido imprudentemente, o que produz às vezes uma indigestão...

QUIZILA: sf.: "é a antipatia supersticiosa que os africanos nutrem por certos alimentos e determinadas ações" (M. Querino, R. A. B. L., p. 167).

ETIM.: do quimbundo *kijila,* preceito. *A* forma acima não vem nos dicionários. Há além desta as variantes *quijila, quezília* e *quezila* que originou *quezilento, quezilar.*

RUM*:* sm.*:* atabaque grande.

ETIM.: é termo usado pelos negros iorubanos.

RUCUMBO: sm.: instrumento dos angolas feito de um Arco de madeira flexível curvada por um fio grosso que se faz vibrar com uma varinha.

ETIM.: termo africano.

RUMPI: tambor de baro.

ETIM.: não vem nos dicionários. Derivado de *rum*, tambor.

ABON .: "... *rumpis* e ganzás do batucagé, os pachorros do bruxo, os abedês de Oxum, cabaças, botijas, velas em meio consumidas, o entulho, a montureira do *candomblé...*" (P. Calmon, *Malês,* p. 105).

SACUÊ: sf.: galinha de Angola.

ETIM.: não vem nos dicionários. Julgamos ser de origem africana.

SAMBA*:* sm.*:* dança dos negros. Hoje é termo bem vivo no sentido de composição musical.

ETIM.: termo africano. Há os derivados *sambar* e *sambista.* A palavra vem do quimbundo *samba,* embigada, passo de dança semelhante ao batuque e existente em Luanda e outros distritos de Angola (A. Ramos, *O folk-lore negro no Brasil,* p. 136). Ladislau Batalha refere-se também a

uma dança angolesa chamada *quizomba.* Na abonação dada por Pereira da Costa, no *Vocabulário Pernambuco,* vem uma confirmação de origem: "A Júlia que é *sambista* Arreliada, dá no Júlio fortíssima *umbigada*". Também Artur Neiva viu no samba executado pelos pretos da Bahia a umbigada.

SAMBANGA: *s.* e *adj.:* indivíduo que aparece em uma festa sem ser convidado. Atoleimado, bobo. (É esperto até demais!)

ETIM.: não vem nos dicionários. Pensamos que seja termo africano.

Ar. geog .: Minas Gerais.

ABON.*:* "Ah! você é *sambanga* mesmo, rapaz. Pois ela tem querer! Então feitiço não serve de nada?" (B. Guimarães, p. 9).

SANSA: sf.: "A *sansa* é um outro instrumento africano que veio ao Brasil e que no país de origem tem esse mesmo nome entre os bechuanas..." (A. Cláudio, 1931, p. 24).

ETIM .: do bechuana *sansa,* instrumento musical.

SARÁ: sf.: missa dos malês.

ETIM.: não vem nos dicionários. Talvez seja termo árabe trazido pelos negros muçulmanos.

Ar. geog.: Bahia.

SENZALA: sf.: alojamento dos negros nas fazendas.

ETIM.: do quimbundo *sanzala,* povoação e não *senzala* como diz Saraiva (*Glossário,* p. 297). Esta é forma culta, a popular é *sanzala.*

ABON.:

"De um tambor um general,
Um branco de um mameluco,
De uma *sanzala* um palácio,
E um galeão de um pantufo"[185].

SINHÁ: sf.: forma popular de *senhora,* criada pelos negros sobre o masculino *sinhô.*

SINHÔ: sm.: forma popular de *senhor,* criada pelos africanos.

SOBA: sm.: régulo africano.

ETIM.: do quimbundo *soba,* régulo, nome da nona classe. Apresenta forma culta *sova*, com abrandamento do *b* em *v.*

ABON.: "Desde logo a cobiça dos pais, e arbítrio dos reis e dos *sovas,* e o direito da guerra convulsionou como um terramoto todo o sertão negro" (João Ribeiro, 1929, p. 246).

SUNGAR: v. tr.: puxar para cima.

ETIM.: do quimbundo *sunga,* puxar + *r,* desinência de infinito.

[185] G. de Matos, I, p. 212.

ABON.: "Olhando para o ventre proeminente lembraram-lhe as calças: *sungou-as* de novo, no gesto habitual" (A. Peixoto, *Fruta do Mato,* p. 35).

SUSSU: *sm.:* nome de uma língua importante da família mandinga. Foi com todas as probabilidades faladasa pelos negros importados no Brasil e aparece, para efeito poético de aliteração, na quadra popular da Bahia:

"*Sussu* sossegue
Vai dormir seu sono,
Deixe o amor dos outros
Que já tem seu dono".

TAMINA: sf.: ração de comida servida aos escravos em uma tigela.

ETIM.: do quimbundo *tamina,* tigela, que passou ao português sem o prefixo *ri* de sua classe.

ABON.: "Era um espetáculo curioso, a *tamina*...o povo juntava-se no eito, cada qual com a sua vasilha" (C. Neto, *Palestras,* p. 94).

TANGA: sf.: pano que encobre as partes genitais.

ETIM.: do quimbundo *ntanga*, pano, capa (Dalgado).

ABON.: é termo bem vivo no falar carioca onde a expressão "de tanga" equivale a sem nada, limpo de dinheiro e de roupas.

TARIMBA: sf.: estrado em que dormem os soldados.

ETIM.: Carlos Pereira considera africano (*Gram. Hist*., p. 244). Tarimba é o árabe *tarima* (A. Nascentes, *Dicionário*).

TATANGUÊ: nome de um pássaro.

ETIM.: termo africano.

ABON.:

"Bico subiano,
Pená de *tatanguê*,
Cadê la jacabana,
Bota, bota, vamos vê"[186].

TECEBÁ: sm.: rosário dos malês, de meio metro de comprimento, noventa e nove contas de madeira, terminado numa bola em vez de cruz.

ETIM.: não vem nos dicionários. Era termo usado pelos negros mas parece árabe.

Ar. geog.: Bahia.

ABON.: "Feita a reza no pesado *tecébá*, o mais velho dos malinkes interrogou a moça" (P. Calmon, *1933,* p. 42).

[186] Silva Campos, 1928, p. 215.

TUTU: sm.: I, fantasma com que se *faz* medo às crianças, "papão"; II, indivíduo valentão, maior mandão; III, comida comum à maior parte do Brasil, feita com feijão preto e farinha de mandioca.

ETIM.: Alberto Faria, em "Aerides" (pp. 33-34), baseado em Cordeiro da Mota, derivou do quimbundo *kitutu,* papão".

UANTUAFUNO*:* sm.: "... os *uantuafunos* (escravos, vassalos e vassalas do rei) luzido e vigoroso grupo daquelas festas tradicionais e genuinamente afri*canas*..." (M. M. Filho, p. 371).

ETIM.: termo africano.

URUBÁ: adj.: nome de certos negros da Bahia que tinham a cara cortada e diferenciavam-se assim dos *efans*, "caras queimadas".

URUCUNGO*: sm.:* instrumento musical que consta de um arco de madeira preso nas extremidades por dois ou mais fios paralelos. No centro do arco, internamente, adapta-se uma cuia que age como ressoador. Entre outros nomes do *urucungo*, Oneyda Alvarenga cita os termos *gobo*, *gunga* (Compare-se *ngunga*, sino) e *macungo*, que aqui relacionamos em tempo. (O. Alvarenga, *Musica popular brasileña,* Fondo de Cultura Economica, México, 1947, p. 258).

ETIM.: M. Soares deriva de *ricungo*, círculo, em quimbundo (R. B., 1880). Canecatim, base das Etimologias de Soares, dá *ricúndu*, círculo. O termo é quimbundo mas não aceitamos este étimo.

VATAPÁ: sm.: "o *vatapá,* espécie de *purée* ou quase pasta, preparado com o pó de arroz ou outra farinha, a que incorporam camarão pisado, ou galinha, carne ou peixe, tudo banhado em alta dose de azeite de dendê e fortemente apimentado" (N. Rodrigues, 1932, p. 181).

ETIM.: vocábulo da língua ioruba.

Ar. geog .: Bahia.

VODU: sm.: nome de "santo" e, por extensão, o culto fetichista importado do Daomei no Maranhão e nas Antilhas. Há também a forma *vodun*.

ETIM.: é termo vindo da língua gêge (*ewe*).

Ar. geog .: Maranhão e Bahia.

ABON.: "Graças ao dom da ubiquidade, que outras divindades também desfrutam os *Voduns* Minas-gêge estão ali..." (Nunes Pereira, *A casa das minas,* Rio, 1947, p. 31).

VU: sm.: sinônimo de *puíta.*

ETIM.: vocábulo onomatopaico.

Ar. geog.: Sergipe (B. Rohan).

XACÔCO*: adj.:* sinônimo de cassanje.

LEGENDA
Vila
Povoação
Fazenda
Açude
Mocambo
Mulungú
Quandú
Cacimbas
Cacimbinha
Cacimba Nova
Cafundó
Quandú
Cachimbo
Cacimba de Baixo
Jaguaribe
Calumbi
Cabaços
Exú
Cacimba Nova
Cacimba Nova
Cacimbinha
Angú
Mulungú
Mocambo
Cacimba da Torre
Cacimba
Cumbe.
Cachimbo
Catimbau
Sª do Catimbau
do Exú
Cacimbinhas
Cafundó
Rio São Francisco
Mocambo
Marimbondo
Samba
R. Real
Cumbe
L. Zumbi
Cacimba de Dentro
Zumbi
Rio Paraíba
Mungunzá
L. do Angú
Massangano
Zombaria
Quandú
R. Ipojuca
Cafuchi
Mapa organizado
por
Carlos Marie Cantão

ETIM.: do quimbundo *xacôco,* linguareiro (Canecatim).

ABON.: "O brasileiro é o *xacôco,* estragador dos tipos sintáticos, que não sabe zelar a pureza do verbo culto de que se tornou legatário" (X. Marques, *A cultura da língua nacional,* Bahia, 1933, p. 96).

XANGÔ: sm.: deus litolátrico da feitiçaria.

ETIM.: vocábulo da língua ioruba.

XAPONAN: sm.: deus da varíola entre os negros.

ETIM.: vocábulo iorubano.

XAQUE-XAQUE: sm.: instrumento dos negros africanos.

ETIM.: vocabulário onomatopaico.

XAXÁ : sm.: governador, representante do soba em uma feitoria da costa de África.

ETIM.: termo africano.

ABON.: "O mulato fluminense, Félix Sousa, o primeiro *xaxá* de Ajuda, foi declarado oficialmente pelo rei Guesô, o primeiro dos brancos" (N. Rodrigues, p. 253).

XENDENGUE: adj.: magro, franzino.

ETIM.: derivado do quimbundo *ndenge,* pequeno, diminuto.

Ar. geog .: Pernambuco.

XEQUERÊ: sm.: instrumento musical dos negros.

ETIM.: vocábulo onomatopaico.

ABON.: "Imediatamente num acesso de paixão, despertaram os *xequerês,* com fragor..." (X. Marques, 1922, p. 51).

XÉRÊ: vasilha de cobre cheia de calhaus, semelhante a chocalho e objeto de mistério na feitiçaria.

ETIM.: Há também a forma *xeréré.* É termo onomatopaico.

XIBA: sf.: dança, samba.

ETIM.: termo africano.

Ar . geog .: Rio de Janeiro.

ABON.: "Levam às vezes semanas inteiras em *xibas* ou sambas" (S. Romero, *Cantos*, 1897, p. V).

XINGAR: v. intr.: injuriar, ofender.

ETIM.: do quimbundo *xinga,* injuriar.

ABON.:

"*Xinga*-te o negro, o branco te pragueja
E a ti nada te aleja"[187].

ZABUMBA: sm.: bombo.

[187] G. de Matos, I, p. 269.

ETIM.: termo africano cujo radical parece ser o conguês *bumba,* bater. G. Viana aproxima do espanhol *zambomba* (*Apost.*, I, p. 157). É termo popular e muito usado na roça onde o Carnaval se caracteriza pelo *zabumba.*

ZAMBÊ: sm.: nome dado nos Estados do Norte ao *ingome* pequeno (O. Alvarenga).

ETIM.: termo quimbundo.

ZAMBI: sm.: chefe de quilombo.

ETIM.: do quimbundo *nzambi,* deus. Há também a forma *zumbi,* mais comum, que vem de *nzumbi,* com acutização.

ZAMBÔ: adj.: o que é filho de preto e índio. Tem a pele escura e os cabelos lisos. Também se diz *cafuso.*

ETIM.: termo africano.

ZEBRA: sf.: equídeo africano.

ETIM.: termo conguês segundo Larousse (A. Nascentes, *Dicionário*).

ZORÔ: sm.: iguaria de camarões e quiabos.

ETIM.: pertence à culinária africana.

ABON.: "óia, amenhã tem *zorô* lá em casa" (C. Neto, 1926, p. 61).

ZUNGU: sm.: briga entre os negros.

ETIM.: do quimbundo *nzangu*, rixa, com assimilação do *a* em *u,* simplificação do grupo *nz* em *z,* e por fim, acutização (P. do Nascimento s. v. "barulho — *nzangu*").

ABON.: "Que mandava passar toda a canalha a *relho.* Não queria *zungus* em casa" (C. Neto, *Trova*, p. 218).

Addendum

Explicação dos Mapas Toponímicos

Os mapas constantes deste volume apresentam um esforço de localização dos topônimos derivados das línguas negras. É a primeira vez que, entre nós, se procura esboçar uma Carta com este objetivo. Fizemo-la baseados nos mapas existentes na Biblioteca Nacional.

Não nos apegamos à escala. Se o tivéssemos feito, alguns dos acidentes representados não o poderiam ser em Cartas de tão exíguas dimensões. A nossa preocupação única foi mostrar a ocorrência de nomes geográficos de origem africana. Daí exagerarmos o tamanho de certos rios, ilhas e serras.

A maior ou menor abundância de lugares indicados em certos Estados não implica na predominância nestes em relação aos outros nomes de origem negra. Coligimos em quase todos muito maior número de termos geográficos do que os indicados. Em Minas, onde figuram quarenta, sabemos da existência de mais de cem. O mesmo diremos para o Estado do Rio, Bahia, Alagoas. Mas os mapas consultados não nos forneceram maiores indicações.

Em alguns Estados é lastimável a escassez ou falta de bons mapas. Do Rio Grande do Norte a Biblioteca possui doze mapas gerais, todos os quais consultamos. Só pudemos localizar um rio, uma lagoa e uma povoação. E não se diga que pouco mais se pode apresentar. Sabemos de povoações, rios e fazendas. Os mapas deste Estado, por nós verificados, são falhos e antigos.

No Amazonas há pouca coisa. O Professor Jaques Raimundo cita a ilha de Cachimbo, no rio Japurá, entre as ilhas de Pequiá e Paranari; e

Marimbinha, lago no município de Manaus. Os mapas não os localizam. Procuramos o primeiro, sem obter resultados, em Cartas especiais do rio Jamundá. Não encontramos outras indicações nos livros e mapas[188].

O lago Cachimbo, no Pará, foi localizado de acordo com a planta do rio Jamundá, levantada por Barbosa Rodrigues, em 1875. A ilha de Iaiá não encontramos nos mapas. Arriscamo-nos a situá-la, uma vez que conhecemos a sua posição exata.

A lagoa Zumbi, no Rio Grande do Norte, foi tirada do trabalho do Tenente Vital: "Coast of Brazil from the St. Roque channel to Formosa".

No Rio Grande do Sul há um número bem escasso de termos geográficos de procedência africana. Os indicados foram feitos de acordo com o "Mapa da Viação do Estado do Rio Grande do Sul — Inspetoria Federal de Estradas — 1928".

Evitamos os topônimos cuja Etimologia africana é errônea ou duvidosa, como por exemplo: Macacos, Bananas, Bananal, Bananeira, Catinga, Búzio etc. Procuramos acompanhar as conclusões do autor deste livro — para o qual os mapas foram feitos especialmente. Houve, porém, de nossa parte um lapso: Caruru, Caruruzinho (Alagoas). O mapa já estava pronto quando verificamos que o Professor Renato de Mendonça se insurge contra Carlos Pereira e outros e dá-lhe etimologia tupi.

Nos mapas, encontram-se assinalados em tipos maiores os nomes africanos, figurando também a indicação de alguns rios, para auxiliar a localização.

Abaixo citaremos os mapas que maiores dados nos forneceram:

I — Estado do Maranhão — Carta organizada na Secretaria do Estado do Interior, pelo engenheiro José Abranches de Moura — 1925.

II — Estado do Ceará — Mapa organizado por Teodoro Pompeu Sobrinho — 1931.

III — Mapa dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba com parte dos Estados limítrofes, sob a direção dos engenheiros Horace E. Williams e Roderic Crandall.

IV — Estado da Paraíba — Inspetoria de Obras contra as Secas — Mapa organizado pelo engenheiro Roberto Miller.

V — Estado de Pernambuco — Inspetoria de Obras contra as Secas — Guilherme Lane.

VI — Estado de Alagoas, organizado pelos engenheiros Guilherme Lane e Virgílio Pinheiro — Junho de 1917.

[188] Ver o Elemento afronegro na língua portuguesa, Rio. 1933.

VII — Carta corográfica do Estado de Pernambuco, organizada pelo Dr. Sebastião de Vasconcelos Galvão.
VIII — Estado de Sergipe — Inspetoria Federal de Estradas.
IX — Mapa do Estado de Sergipe e da parte nordeste do Estado da Bahia, pelo engenheiro Ralph H. Soper — Ministério da Viação e Obras Públicas — Julho de 1914.
X — Mapa da Viação do Estado da Bahia, publicado no período presidencial do Dr. Washington Luís — Inspetoria Federal de Estradas — 1930.
XI — Carta corográfica do Estado do Rio de Janeiro para comemorar o Centenário da Independência, executada de 1920 a 1922.
XII — Mapa da Viação do Distrito Federal[189], Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo — Inspetoria Federal de Estradas — 1930.
XIII — Carta do Distrito Federal[190], levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico Militar — 1922.
XIV — Carta geral do Estado de São Paulo — Instituto Astronômico e Geológico de São Paulo — 1933.
XV — Mapa da Viação dos Estados do Paraná e Santa Catarina, publicado no período presidencial do Dr. Washington Luís — Inspetoria Federal das Estradas — 1928.
XVI — Mapa do Estado do Paraná, de Romário Martins.
XVII — Mapa do Estado do Paraná, organizado pelos engenheiros: militar Alberto Ferreira de Abreu; civil Cândido Ferreira de Abreu e geógrafo Manuel F. Ferreira Correia.
XVIII — Mapa do Paraná — J. Moreira Garcez e F. Gutierrez Beltrão, organizado por ordem do Governo do Estado — 1922.
XIX — Mapa do Estado de Santa Catarina, organizado de acordo com os últimos dados existentes, pela Inspetoria de Estradas de Rodagem — 1930.
XX — Estado de Minas Gerais — Carta física e política organizada pelo Serviço de Estatística Geral da Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, segundo a divisão administrativa e judiciária vigente em 1930 — José Ximenes César.
XXI — Goiás — Inspetoria Federal das Estradas — Dezembro de 1913.

[189] Hoje Estado da Guanabara.
[190] Idem.

XXII — Mapa do Estado de Goiás, organizado em 1918 — Fr. Reginaldo Tournier.
XXIII — Estado de Mato Grosso — Inspetoria Federal de Estradas — Dezembro de 1913.

Março de 1935.

Carlos Marie Cantão

Bibliografia[191]

Etnografia Africana

Áreas culturais, in B. M. N. R. J., vol. IV, nº. 3 (Setembro de 1829), pp. 121-8.

Buschan (G.) – *Illustrierte Völkerkunde*, I. Afrika, 1922, in 8º.

Delafosse (M.) – *Les Civilisations negro-africaines*, Paris, Stock, 1925, in 8º.

Deniker (J.) – *Les races et le peuples de la Terre*, 2ª. Ed., Paris, Masson, 1926, in 8º.

Gautier (E. F.) – *L'a Afrique noire occidentale*, 2ª. Ed., Paris, Libraire Larose, 1943.

Haberlandt – Etnografia, 2ª. Ed., 1929.

Haddon (A. C.) – *Les races humaines et leur répartition géographic*, Trad, de A. Van Gennep, Paris, Alcan, s.d. (1927), in 8º.

Keane (A. H.) – *Man past and present*, 2ª. Ed., Cambridge, University Press, 1920, in 8º.

Pires (F. A.) – *A forma primitiva da família*, Rio de Janeiro, 1930, in 8º.

Rivet (P.) – *L'anthropologie*, in B. M. N. R. J., vol. IV, nº. 3 (setembro de 1928), pp. 67-95.

Seligman (C. G.) – *Les races de l'Afrique*. Trad. de George Montandon, Paris, Payot, 1935, in 16º.

[191] Esta bibliografia só contém livros aproveitados neste estudo e julgados de maior importância. No texto o leitor encontrará muitos outros citados oportunamente.

Van Gennep (A.) – *L'état actuel du problème totémique*, Paris, Leroux, 1920, in 8º.

O Elemento Africano na formação Étnica Brasileira

a) Trabalhos Gerais

Calógeras (P.) – *Política exterior do Brasil*, vol. II.

Fróes Abreu (S.) – *Na terra das palmeiras*, Rio de Janeiro, 1931, in 8º.

Oliveira Viana (F. J.) – *Evolução do povo brasileiro*, 2ª. Ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933, in 16º.

Oliveira Viana (F. J.) – *Populações meridionais do Brasil*, I, Populações rurais do Centro-Sul, 3ª. Ed., idem.

Oliveira Viana (F. J.) – *Raça e assimilação*, idem, 1932.

Rocha Pombo (J. F. da) – *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Fonseca e Saraiva, s. d., II, in 8º.

Roquette-Pinto (E.) – *Seixos rolados,* Rio de Janeiro, 1927, in 16º.

Varnhagen (F. A.) – *História Geral do Brasil*, 3ª. Ed. Integral, São Paulo, Companhia Melhoramentos, s. d. (desde 1927), vols. I-III.

Vasconcelos (M.) – *Motivos de história diplomática do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930.

b) Trabalhos Especiais

Amaral (B. do) – *As tribos negras importadas*, in R., I. G. H. B., vol. X, nº. 41 (1915).

Carneiro (Edison) – Religiões negras, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S. A. Editora, 1936.

Carneiro (Edison) – *Negros Bantus*, Rio de Janeiro, 1937.

Claudio (A.) – *As tribos negras importadas*, pp. 55-194 dos "Ensaios de Sociologia, Etnografia e Crítica", Petrópolis, 1930, in 8º.

Morais (E.) – *A escravidão africana no Brasil*, S. Paulo, 1933.

Querino (M.) – *A raça africana e seus costumes na Bahia*, in R. A. B. L., vol. XXV, n° 69 e 70 (Setembro e Outubro de 1927).

Pierson (Donald) – *Brancos e Pretos na Bahia*, (Estudo de contato social), S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945.

Ramos (A.) – *A possessão fetichista na Bahia*, Bahia, 1932.

Ramos (A.) – *Os horizontes míticos do negro na Bahia*, Bahia, 1932.

Ramos (A.) – *Notas de etnologia*, Bahia, 1932.

Ramos (A.) – *O negro brasileiro*, 1934.

Rodrigues (N.) – *L'animisme fétichiste des négres de Bahia*, Bahia, Reis, 1900.

Rodrigues (N.) – *Os Africanos no Brasil*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932, in 16º.

Sena (N. de) – *Os negros* (Elementos de origem africana e seus descendentes), in R. L. P., ano 4°, n° 22 (Março de 1923), pp. 131-155.

Viana Filho (Luís) – *O negro na Bahia*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1946.

Linguística

a) Trabalhos Gerais

Dauzat (A.) – *La géographie linguistique*, Paris, 1922.

Hovelacque (A.) – *La linguistique*, 4ª ed., Paris, Schleicher, s. d., in 16°.

Jespersen (O.) – *Language*, London, 1922, in 8°.

Kieckers (E.) – *Die Sprachstamme der Erde*, Heidelberg, 1931.

Meillet et Cohen – *Les langues du monde*, Paris, Champion, 1924, in 8º.

Sausurre (F. de.) – *Cours de linguistique générale*, Paris, Payot, 1922, in 8º.

Vendryes (J.) – *Lo Langage*, Paris, 1924.

Wurtburg (Walther V.) – *Problèmes et méthodes de la linguistique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1946.

W. Schmidt (S. V. D.) – *Die Sprachfamilien und Sprachenkeise der Erde*, Heidelberg, Winter, 1926, 1 vol., in 16º e um atlas in fólio.

b) Filologia Portuguesa

Franco de Sá (F.) – *A língua portuguesa*, Maranhão, Imprensa Oficial, 1915, in 8°.

Gonçalves Viana (A. R.) – *Ortografia Nacional*, Lisboa, 1904, in 8°.

Gonçalves Viana (A. R.) – *Apostilas aos dicionários portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1906, 2 vol., in 8°.

Gonçalves Viana (A. R.) – *Palestras filológicas*, 2ª ed., Livraria Clássica Editora, 1931, in 12°.

Leite de Vasconcelos (J.) – *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris-Lisboa, Aillaud, 1901, in 8°.

Leite de Vasconcelos (J.) – *Língua de preto num texto de Henrique da Mota*, New York-Paris, 1933.

Said Ali (M.) – *Dificuldades da língua portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1919, in 16°.

c) Dicionários

Beaurepaire-Rohan (Visconde de) – *Dicionários de vocábulos brasileiros*, Rio de janeiro, Imprensa Nacional 1889, in 8°.

Cardeal Saraiva – *Obras completas*, t. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, in 8°.

Figueiredo (C. de) – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 4ª ed, 1925, in 8°.

Macedo Soares (A. J. de) – *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1889, in 8°.

Nascentes (A.) – Dicionário Etmológico da Língua Portuguesa, 1932, in 4°.

Teschauer (C. S. J.) – *Novo Vocabulário Nacional*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1932, in 8°.

d) Filologia portuguesa. Trabalhos especiais.

Amaral (A.) – *O dialeto caipira*, São Paulo, 1920, in 16°.

Dalgado (S. R.) – *Gonçalves Viana e a lexiologia portuguesa de origem asiático-africana*, in B. S. C. A. S. L., vol. X, 1915-1916 (1917), pp. 649-811.

Garcia (R.) – *Dicionário de Brasileirismos* (Peculiaridades pernambucanas), s. d., in 8°.

Marroquim (M.) – *A língua do nordeste*, São Paulo, 1934.

Marques (X.) – *Cultura da língua nacional*, Bahia, 1933.

Mendonça (Renato) – *O português do Brasil* (Origens, evolução, tendências), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Editora, 1936.

Nascentes (A.) – *O linguajar carioca em 1922*, Rio de Janeiro, s. d., in 16°.

Neiva (Artur) – *Estudos da língua nacional*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

Ribeiro (João) – *A língua nacional*, 2ª ed., São Paulo, 1933.

Sampaio (T.) – *O tupi na geografia nacional*, 3ª ed., Bahia, 1928, in 8°.

Influência Africana no Português

a) Trabalhos Gerais

Cannecattim (Fr. B. M. de) – *Coleção de observações gramaticais sobre a lingual bunda ou angolense e dicionário abreviado de língua congolesa*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, in 8º.

Capelo e Ivens – *De benguela às Terras de Iaca*.

Carvalho (H. de) – *Língua de Luanda*, Lisboa, 1889.

Courtois, (V. J. S. J.) – *Elementos de gramática tetense*, nova ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1990, in 8º.

D'Avezac (M.) – *Notice sur le pais et le peuple des Yebus em Afrique*, in "Mémoires de la Societé Ethnologique", t. III, 2ª. Parte, s. d., in 8º.

Laytano (Dante de) – *Os africanismos do dialeto gaúcho*, Porto Alegre, 1936.

Macedo Soares (A. J. de) – *Sobre as palavras africanas introduzidas no português do Brasil*, in R. B., maio de 1880.

Machado Filho (Aires da Mata) – *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1944.

Meinhof (Carl) – *Introduction to the phonology if the bantu languages*, Berlim, 1932.

Negreiros (A.) – *O dialeto de S. Tomé*, pp. 303-369 da "História etnográfica da ilha de S. Tomé", Lisboa, 1895.

Peixoto (Antônio da Costa) – *Língua geral de Mina*, manuscrito da Biblioteca Pública de Évora publicado por Luís Silveira com comentário filológico de Edmundo Correia Lopes, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1945.

Ribeiro (João) – *O elemento negro*, Rio de Janeiro, Editora Record.

Senna, (N. de) – *Africanismos no Brasil*, in R. L. P., ano 2º. nº. 12 (julho de 1921), pp. 159-163.

Sousa e Oliveira (S.) e Castro Francina (M. A. de) – *Elementos Gramaticais da língua nbundu*, Luanda, Imprensa do Governo, 1864, in 8º.

b) Dicionários

Courtois (V. J. S. J.) – *Dicionário Cafre-Tetense-Português,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900, in 8º.

Dohne's – A zulu-kafir dictionary, Cape Townm 1857.

Mata (C. de) – Ensaio de dicionário Kimbundo-Português, Lisboa, 1893.

Ortiz (F.) – Glossário de afronegrismos, Havana, 1924.

Pereira do Nascimento (J.) – Dicionário português-kimbundu, Huila, Huila, 1903, in 8°.

Andrade (Mário) – As danças dramáticas do Brasil, in Boletim Latino Americano de Música, tomo VI, Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1946.

Barroso (G.) – Através de todos os folklores.

Cendrars (Blaise) – Anthologie nègre, Editions Corrêa, Paris, 1947.

Chatelain (H.) – Folk-Tales of Angola, Boston, 1894.

Cocchiara (G.) - Folklore, Milano, Hoeplim,1927.

Ferreira (Ascenso) – O Maracatu, Recife.

Hoyos Sainz (Luís de) y Nieves de Hoyos Sancho – Manual de Folklore, Madrid, Revista de Ocidente, 1947.

Magalhães (B. de) – Folklore no Brasil, Rio de Janeiro, 1928.

Melo Morais Filho – Festas e tradições populares do Brasil.

Ortiz (F.) – De la Musica Afrocubana, Havana, 1934.

Ramos (Artur) – O folklore negro do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Btrasileira, 1935.

Ribeiro (J.) – Folklore, 1919.

Ribeiro (Joaquim) – Introdução ao estudo do folklore brasileiro, Rio de Janeiro, 1934.

Romero (S.) – A poesia popular no Brasil, 1888.

Romero (S.) – Cantos populares do Brasil, 1897.

Van Gennep – Le Folklore.

Obras do Autor

A influência africana no português do Brasil – Rio: Sauer, 1933 (Prêmio de Erudição da Academia de Letras). (Prefácio de Rodolfo Garcia).

O negro no folclore e na literatura do Brasil – Rio: Ariel, 1935, in *Estudos Afro-Brasileiros*.

A influência africana no português do Brasil – São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2ª edição, 1935.

O português do Brasil, origens, evolução, tendências – Rio: Civilização Brasileira, 1936. (Prêmio de Língua Portuguesa da Academia Brasileira).

O negro e a cultura no Brasil – Rio: Civilização Brasileira, 1940, in *O negro no Brasil*.

Os sete povos das missões e o tratado de Madrid – Porto Alegre: Brasil, 1940 (separata dos Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História).

Alexandre de Gusmão, el precursor de Monroe – México: Editorial Cultura, 1941.

Um diplomata na Corte da Inglaterra – (O Barão do Penedo e sua época) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

El Brasil enla América Latina – Colégio de México, 1944.

Barão do Rio Branco – José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, com introdução e notas de Renato Mendonça. Rio: Editora *A Noite*, semdatí.

Pequeña Historia del Brasil – Secretaria de Educación Pública, México, 1944.

El Brasil y su cultura – Conferencias em la Universidad de Mexico, prólogo de Ezequiel Padilha, Ministro das Relações Exteriores do México, PorrúaHnos., Mexico, 1944.

Pensamiento de Ruy Barbosa – Prólogo e Antologia em espanhol, edição da Secretaria de Educação Pública, México, 1945.

Historia da Política Exterior do Brasil – Instituto Panamericano de Geografia e Historia,Mexico, 1945.

Pequena Historia do Brasil – Lisboa, 1946, edição ilustrada.

A influência africana no português do Brasil – 3ª edição, Porto: Livraria Figueirinhas, 1948.

Afranio Peixoto, o romancista e o crítico literário – Coimbra, 1947.

O declínio do Império e o ideal republicano no Brasil, Porto, 1948.

Ramo de Oliveira – Prefácio de Julio Dantas, Lello& Irmão, Porto, 1951.

Breve historia del Brasil – Ediciones Cultura Hispánica, Madrid, 1950.

Brésil, pagesd'Histoire, Paris: Editores Bruxelas, Editora Elseviers, 1962.

Fronteira em Marcha, Biblioteca do Exército, (1º Prêmio "Tasso Fragoso"), Rio, 1955.

Breviário da poesia brasileira – (Antologia e comentário crítico). Antologia de "laencina y el mar". Instituto de Cultura Hispânica, Madrid, 1952.

Fronteira em Marcha – Prefácio de José Carlos de Macedo Soares, 2ª edição, Rio: Livraria São José, 1956.

Retratos da Terra e da Gente – Rio: Instituto Nacional do Livro, 1959.

Um diplomata na Corte da Inglaterra – 2ª edição, Rio, 1968 – Copyright Renato Mendonça. Capa "Bloch".

A influência africana no português do Brasil – 4ª edição, Rio: Editora Civilização Brasileira, 1973.

ANEXO

COMUNICADOS CULTURAIS
DA CASA DO PENEDO

ANO 1, Nº 1, JULHO 1993

RENATO MENDONÇA: DIPLOMACIA E LETRAS

O LEGADO ESPIRITUAL DE RENATO MENDONÇA

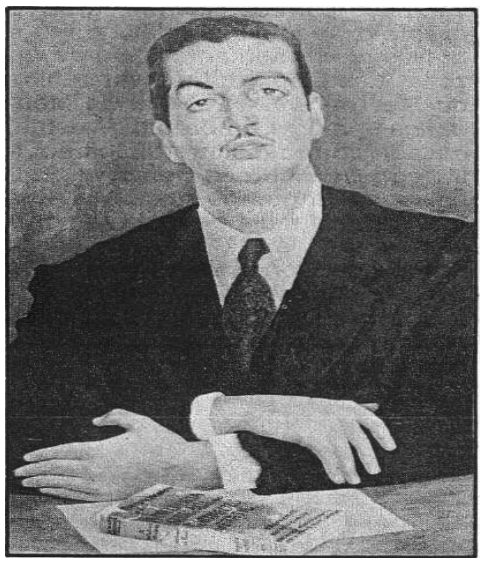


Foto de Renato Mendonça
Pintura de Diego Rivera
Mexico - 1942

Francisco A. Sales

Augusto Comte afirmava que " cada vez mais os vivos são dirigidos pelos mortos O passado é uma força incomparável para acionar as grandes marchas para o Futuro, quando não se fossiliza, não se converte em estagnação conservadora, racionária. O passado deve ser uma fonte de inspiração criadora e o solo fértil onde nascem as inovações. Não foi outro o pensamento que originou a Casa de Cultura do Penedo que mantém as melhores tradições de Alagoas, do Nordeste e do Brasil.

Renato Mendonça que agora se homenageia e estuda - e a melhor maneira de homenageá-lo é estudá-lo! - representa bem o espírito fecundo e patriótico de Alagoas, seu berço, do Nordeste e do Brasil. Nasceu em Pilar e do seu convívio com a sua região natal se pode dizer o que ele, na sua obra magna **Um Diplomata na Côrte da Inglaterra,** escreveu de Francisco Inácio de Carvalho Moreira,

o Barão de Penedo: " É no " Santa Cândida " que o pequeno Francisco Inácio vive grande parte da infância. É ali que, sentindo o cheiro bom dos canaviais, a alma infantil se vai formando, na quentura oleosa do trópico, ao contato macio da natureza."

Bacharelou-se em Ciências e Letras no Colégio D. Pedro II. Nessa tradicional instituição de ensino, passa logo de estudante a professor. Professor que se prolonga em pesquisador, ensaísta e historiador. A antiga ligação com Alagoas deve tê-lo levado aos estudos africanistas. Logo que chegou a maior idade em 1933, lançou o ensaio **Influência Africana no Português do Brasil.** Talento autêntico não segue a moda; ao contrário, contribui para criá-la. Com Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Edson Carneiro, estimulou o estudo da cultura negra no Brasil. Seu primeiro livro tem prefácio do insigne Rodolfo Garcia. Renato Mendonça passa a viver pois, no ambiente dos sábios, dos mestres da língua portuguesa: Antenor Nascentes, Celso Cunha e Serafim da Silva Neto. Ingressa no Ministério das Relações Exteriores. No concurso, organizado pelo Instituto Rio Branco, empata com Guimarães Rosa! É o início de duas grandes carreiras da diplomacia brasileira - diplomacia muitas vezes enobrecida pela cultura e pela glória literária.

A carreira de Renato Mendonça é abrilhantada peia conquista de inúmeros títulos honoríficos. Sua extensa bibliografia conta com obras de alto valor, sobretudo no campo da história da diplomacia brasileira, como **Os Sete Povos das Missões e o Tratado de Madrid.** Alguns de seus estudos sobre o Brasil merecem traduções e divulgação no estrangeiro. Mas a obra que mais o liga a Alagoas e a Penedo, e que, ao mesmo tempo, oferece uma visão ampla da diplomacia brasileira, no passado, é a exemplar biografia do Barão do Penedo: **Um Diplomata na Côrte da Inglaterra.** Esta homenagem da Casa de Cultura do Penedo a Renato Mendonça tem como seu principal fundamento oferecer à juventude penedense um grande exemplo de intelectual alagoano e brasileiro. O momento ideal de fazê-la é este em que a distinta filha do Mestre, sra. Vera Marina Mendonça Somogyi, embaixatriz Áustria, casada com o distinto diplomata e filólogo Dr. Andreas Somogyi, Embaixador da grande nação, a Áustria, país da mais "rica cultura, visitam Penedo e a Casa de Cultura do Penedo. Concluímos, relacionando o final destas páginas com as suas primeiras afirmações: o passado e o presente formam uma aliança harmoniosa e criadora.

RENATO MENDONÇA

Pilar 23.12.1912 - RJ 25.10.1990

A DIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO CULTURAL

José Maria Tenório Rocha

Poucas, muito poucas foram as personalidades que fizeram de sua vida exemplo dignificante de coragem e trabalho; dentre esses raros exemplares, destaca-se no Brasil a figura ímpar de Renato Firmino Maia de Mendonça, mais conhecido nos meios diplomáticos e intelectuais como **Renato Mendonça.**

Vindo à luz no dia 23 de dezembro de 1912, na cidade alagoana de Pilar, terra do também ilustre cientista social Arthur Ramos, seu contemporâneo, que debruçou-se sobre sua obra mais comentada e mais citada - **A influência africana no português do Brasil -** para afirmar entusiasmado: esta é " a primeira tentativa séria sobre a lingüística africana e sua influência no Brasil".

Sentindo a necessidade de aprimoramento em seus estudos, Mendonça saiu de sua terra, indo residir no Rio de Janeiro, onde bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais.

A demonstração da precocidade e genialidade desse estudioso é muito simples: aos vinte e um anos de idade, consegue elaborar e publicar um dos estudos mais importantes da lingüística brasileira em todos os tempos - **A influência africana no português do Brasil**;seu valor é acrescido, quando se tem em conta que em 1934 recebia o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras.

Esse estudioso possui uma larga folha de relevantes trabalhos prestados à América Latina, que vai desde as atividades de ensino, onde se destacam os méritos de Professor de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) e Professor Extraordinário da Universidade Nacional do México, aos labores da carreira diplomática, onde,fica provado que o esforço dispendido e a honestidade de propósitos, pode ser retribuído através de gestos nobres de reconhecimento e gratidão.

Desde as atividades de Cônsul de terceira categoria (1934) a Ministro de Primeira Classe (1968), à carreira diplomática traz as marcas de um ritmo sempre ascendente, pautado pelo trabalho e exemplo dignificantes.

Na qualidade de Cônsul, exerceu tarefas em Buenos Aires, Porto (Portugal), Valparaíso, Amsterdam, Rotterdam e Paris. Como Embaixador serviu em Tóquio, México, Madrid, Nova Delhi, Colombo, Accrae Paris. Como Ministro, atuou em Bruxelas.

Ao lado das atividades diplomáticas não se descuidava das atividades intelectuais, o que lhe valeram prêmios de altíssima qualidade, dentre eles: Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras (1934), Prêmio de Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras (1936) e Prêmio Tasso Fragoso, do Ministério da Guerra.

Essa intensa atividade cultural o conduziu a diversos reconhecimentos públicos, brasileiros e internacionais, surgidos através de convites para integrar valiosas instituições culturais, dentre elas instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Coimbra, Real Academia de História de Espanha, Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos, Sociedade Brasileira de Direito internacional. E mais: o de fundador da cátedra de literatura Brasileira, na Faculdade de letras do México e conferencista em universidades do México, 'Coimbra, lowa (USA) tratando a respeito de problemas culturais e políticos do Brasil e da Hispano-América.

Uma bibliografia resumida do estudioso, é necessária para que possamos entender melhor a sua experiência; é o que fazemos a seguir.

A influência africana no Português do Brasil.

Rio de Janeiro, Sauer, 1933. Prêmio Erudição da Academia Brasileira de Letras. 2ª ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935. 3ª ed. Porto, Livraria Figueiredo, 1948. O negro no folclore e na literatura do Brasil. IN: **Estudos Afro-Brasiieiros, Rio de Janeiro, Ariel, 1935.**

O português do Brasil, origens, evolução, tendências:

Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. Prêmio Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. O negro e a cultura do Brasil. IN: **O negro no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940.

Os sete povos das missões e o Tratado de Madrid.

Separata dos Anais do III Congresso Sul-Riogradense de História. Porto Alegre, 1940.

Alexandre de Gusmão, el precursor de Monroe. México, 1941.

Um diplomata na corte da Inglaterra. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1942. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1968.

El Brasil en la América Latina. Colégio de México, México, 1944.

El Brasil y su cultura. Conferencias en ia Universidad de México. México 1944.

Pequena história dei Brasil. Secretaria de Educación Pública, México, 1944.

Pensamiento de Rui Barbosa. Secretaria de Educación Pública, México, 1945.

Pequena História do Brasil. Lisboa, 1945.

História da política Exterior do Brasil. Instituto Panamericano de Geografia e História. México, 1945.

Pequena História do Brasil. Lisboa, 1946.

Afrânio Peixoto, o romancista e o crítico literário. Coimbra, 1947 O declínio do Império e o ideal republicano no Brasil. Porto, 1948

Breve História do Brasil. Ediciones Cultura Hispânica. Madrid, 1950. **O ramo da Oliveira.** Porto, Lello e

irmão, 1951. 2S ed. com o título **Retratos da terra e da gente.** Rio de Janeiro, Mec/INL, 1959.

Antologia de la poesia Brasileña. Instituto de Cultura Hispânica, Madrid, 1952.

A recuperação econômica do Nordeste. Edição do Itamaraty. Rio de Janeiro. 1953.

A política mundial do Brasil, sua formação e objetivos permanentes, 1954, s/indicação de editora.

Fronteira em marcha. Prêmio Tasso Fragoso, do Exército. Rio de Janeiro, 1956. 2- ed. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1956.

Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Introdução e notas de Renato de Mendonça. Rio, Editora a Noite, s.d.

Em algumas de suas obras, o estudioso denota uma grande modéstia. Não a modéstia como simples figura de retórica, mas prova cabal que é necessário sempre maiores esforços e maiores aprofundamentos nas pesquisas para que se consiga excelentes resultados; assim, em **Fronteira em marcha,** apela: " ao leitor benévolo (a quem cabe) julgar as incorreções e falhas que um trabalho dessa natureza sempre apresenta".

Há em seu pensamento a firme idéia da difusão, cada vez mais generosa dos conhecimentos, pois, como ele próprio apregoa: " Já passou a época da ciência nas mãos de aiguns papas. Democratizou-se e desceu à massa".

A significativa obra desse incansável trabalhador da cultura, recebeu as mais elogiosas das críticas de contemporâneos, que se identificavam com as suas obras, assim, a respeito de " **A influência africana no português do Brasil",** escreveu Rodolfo Garcia:

" O tema é dos mais interessantes, a exigir competência especial e investigação acurada. Uma e outra, cumpre adiantar, se revelam nestas páginas pelo método adotado e pela bibliografia, que abona as conclusões estabelecidas " (Prefácio).

" Um novo erudito capaz de honrar as brilhantes tradições dos estudos linguísticos no Brasil". Rebelo Gonçalves, filólogo português.

" Notável contribuição para o estudo e conhecimento completo de nossa língua em todas as alterações e todos os acréscimos que a tem modificado e enriquecido". Xavier Marques, da Academia Brasileira de Letras.

Comentando a obra **Fronteira em Marcha,** sentencia o acadêmico José Carlos de Macedo Soares, da Academia Brasileira de Letras:

" Não falta ao ilustre diplomata o inteiro domínio da matéria que não tem para ele segredo e reservas.(...) A obra é de alta significação histórica e literária".

E Júlio Dantas, diz poeticamente de **Ramo de Oliveira:**

" Belo livro, tão rico de substância e tão elegante na sua expressão literária".

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)